



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ASSESSORIA DA CASA DA MULHER DO NORDESTE: RECONFIGURANDO AS
RELAÇÕES DE GÊNERO COM AS AGRICULTORAS NO SERTÃO DO PAJEÚ-PE**

MICHELLY ARAGÃO GUIMARÃES COSTA

RECIFE

2014

MICHELLY ARAGÃO GUIMARÃES COSTA

**ASSESSORIA DA CASA DA MULHER DO NORDESTE: RECONFIGURANDO AS
RELAÇÕES DE GÊNERO COM AS AGRICULTORAS NO SERTÃO DO PAJEÚ-PE**

Dissertação submetida à Universidade Federal Rural de Pernambuco, no Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Linha de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Dra. Vicentina Maria Ramires Borba

RECIFE

2014

A todas as mulheres que lutam pelos seus sonhos.
Deixa-me ser quem eu sou.

Naquela noite, os sonhos faziam fila, querendo ser sonhados, mas Helena não podia sonhá-los todos, não dava. Um dos sonhos, desconhecido, se recomendava:
- *Sonha-me, vale à pena. Sonha-me que vai gostar (...).*
Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Recordar, voltar a passar pelo coração: os momentos de partilha e carinho que recebi em cada abraço, sorriso verdadeiro e aperto de mão das agricultoras, mulheres lutadoras, resistência viva do nosso Sertão. Sou imensamente grata pelas portas abertas, pelos ensinamentos e pela construção deste trabalho, a partir das suas mãos, vozes e Histórias de vida que nos inspiram a lutar por uma vida de amor, justiça e liberdade.

Agradeço com especial carinho às minhas duas orientadoras: Vicentina Ramires e Maria Virginia Aguiar sem cuja ajuda, colaboração, estímulo, críticas e amabilidade não teria sido possível escrever esta dissertação.

Às técnicas e às coordenadoras da Casa da Mulher do Nordeste, agradeço pela disposição, atenção e contribuição no desenvolvimento deste trabalho. Especialmente, quero mencionar as técnicas Edvânia de Souza e Tatiane Faustino, pelo acolhimento e demonstração de persistência no trabalho de campo com as mulheres – valiosas experiências.

Às chaves alheias em meu chaveiro da Marina Morena, da Juliana Verçosa e sua família, do Paulo Francisco, da Mariane Cabral, do “Castelinho” - pessoas que me acolheram e me estenderam as mãos nesse encontro -, agradeço de coração todo o conforto e apoio nos momentos de dificuldades e incertezas. Em especial, ao Luis Soares, pela paciência, dedicação, cuidado e carinho, serei eternamente grata, companheiro.

Às mulheres da minha vida, Adelina Aragão e Elza Aragão, que vivem a brilhar em suas andanças e caminhadas, repletas de coragem e determinação, sintam-se abraçadas, pois vocês são minhas inspirações cotidianas. Tudo isso só foi possível, pois vocês me demonstraram como viver é bom e divertido – profunda admiração. Aos meus amigos/as Patrício Soares, Leonardo Pereira Marcondes e Francine Tavares, agradeço pelas ligações de força e assistência nos mais diversos horários.

Institucionalmente, agradeço ao Programa de Pós Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural – PADR/UFRPE, pela oportunidade e bolsa obtida junto à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois sem esse apoio não seria possível concretizar este trabalho.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a assessoria da Casa da Mulher do Nordeste tem favorecido a alteração e/ou mudanças nos processos e estruturas das relações desiguais de gênero na agricultura familiar do sertão do Pajeú. Para isso, recorreu-se à revisão bibliográfica dos estudos da agricultura familiar camponesa na região nordeste, dos estudos de gênero, extensão rural agroecológica e à análise dos dados secundários, tais como: documentos sistematizados por articulações e ONGs. A observação participativa em quatro unidades produtivas familiares, a utilização de metodologias participativas, de entrevistas narrativas com as agricultoras, a participação nos encontros e eventos organizados pela Casa da Mulher do Nordeste foram recorrentes para analisar a realidade vivenciada por essas mulheres e as relações de gênero que perpassam suas trajetórias de vida. Para compreensão dos limites e avanços da assessoria da Casa da Mulher do Nordeste no sertão do Pajeú, recorreremos às entrevistas e ao acompanhamento das atividades das técnicas, tal como a percepção do serviço recebido pelas agricultoras. Apesar das imensas adversidades, como a estiagem dos últimos três anos, são as mulheres agricultoras, portadoras de conhecimento e saberes, que resistem e lutam cotidianamente por alternativas que favoreçam a sobrevivência da sua família no Semiárido. O acúmulo das práticas dessas mulheres e as experiências consolidadas de transição agroecológica e de auto-organização nos movimentos autônomos de mulheres rurais, as tecnologias sociais, a exemplo das cisternas com o projeto PIMC, foram fundamentais para a melhora na vida das famílias e, em especial, das mulheres, principais responsáveis pela gestão da água na propriedade. As políticas de assistência técnica e extensão rural, de inserção econômica e financeira, ainda são um entrave para a inclusão das mulheres no processo de gestão, decisão e participação dos projetos e das políticas públicas no semiárido. Poucos avanços são notáveis no âmbito da reorganização das tarefas domésticas, acarretando na sobrecarga de trabalho das mulheres. O conhecimento de gestão e dos processos de comercialização foram apontados como insuficientes pelas agricultoras e uma lacuna pela assessoria técnica da Casa da Mulher do Nordeste. Os desafios são inúmeros e de diferentes ordens. Entretanto, as mulheres rurais reafirmam a importância da autonomia, da segurança alimentar, de uma assistência técnica que reconheça seu trabalho, da produção diversificada agroecológica, das tecnologias sociais e, sobretudo, a valorização do seu papel social e político para a sobrevivência das famílias no campo e no semiárido.

Palavras-chave: Mulheres Rurais; Assessoria Técnica; Relações de Gênero; Agroecologia; Semiárido.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how the advice of the Casa da Mulher do Nordeste has favored the change and / or changes in the processes and structures of unequal gender relations in the family farming hinterland of Pajeú. For this, we resorted to the literature review of studies of peasant family farming in the northeast, gender studies, agroecological extension and analysis of secondary data, such as documents systematized by joints and NGOs Participatory observation in four units family production, the use of participatory methodologies, narrative interviews with farmers, participation in meetings and events organized by the Casa da Mulher do Nordeste were to analyze the applicants experienced by these women and gender relations reality that pervades their life histories. To understand the limitations and advances the advice of the Casa da Mulher do Nordeste in the backwoods of Pajeú, we use the interviews and monitoring the activities of techniques, such as the perception of the service received by farmers. Despite immense hardships such as drought in the last three years, are women farmers, people with knowledge and knowledge, which resist and fight daily for alternatives that promote the survival of their families in semiarid. The accumulation of the practices of these women and the consolidated agro-ecological transition and self-organization in autonomous rural women's movements experiences, social technologies such as with the PIMC project were fundamental to improving the lives of families and particular women, mainly responsible for water management in the property. The policy of technical assistance and rural extension, of economic and financial integration, are still an obstacle to the inclusion of women in management, decision and participation projects and public policies in the semiarid process. Few advances are outstanding under the reorganization of domestic tasks, resulting in heavy workload of women. Knowledge management and marketing processes were identified as insufficient by farmers and a gap for the technical assistance of Casa da Mulher do Nordest. The challenges are numerous and different orders. However, rural women reaffirm the importance of autonomy, food security, a service that recognizes their work in diverse agroecological production, social technologies, and above all, appreciation of its social and political role for the survival of families in field and semiarid.

Palavras-chave: Rural Women; Technical Assistance; Gender Relations; Agroecology; Semiarid.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Renda média mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade segundo sexo	19
Figura 2: Localização da região de atuação da CMN	49
Figura 3: Mapa da Unidade Produtiva – Dona Rosa Jatobá/Antes da Assessoria da CMN (1995 - 2005)	76
Figura 4: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Rosa Jatobá/Depois da Assessoria da CMN (2005 - 2013)	77
Figura 5: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Rosa Jatobá/Fluxo de Homens e Mulheres.....	89
Figura 6: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Rosa Jatobá/Fluxo de homens, mulheres e da técnica da CMN	94
Figura 7: Mapa da Unidade Produtiva – Dona Lina Umbuzeiro/Antes da Assessoria da CMN (1986 - 2003)	100
Figura 8: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Lina Umbuzeiro/Depois da Assessoria da CMN (2003 - 2013)	101
Figura 9: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Lina Umbuzeiro/Fluxo de Homens e Mulheres..	104
Figura 10: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Lina Umbuzeiro/ Fluxo de homens, mulheres e da técnica da CMN	109
Figura 11: Mapa da Unidade Produtiva – Dona Fátima Baraúna/Antes da Assessoria da CMN (1973 - 2003)	113
Figura 12: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Fátima Baraúna/Depois da Assessoria da CMN (2003 - 2013)	114
Figura 13: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Fátima Baraúna/Fluxo de Homens e Mulheres..	118
Figura 14: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Fátima Baraúna/Fluxo de homens, mulheres e da técnica da CMN	121

Figura 15: Mapa da Unidade Produtiva – Dona Maria Girassol/Antes da Assessoria da CMN (1968 - 2004)	128
Figura 16: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Mara Girassol/Depois da Assessoria da CMN (2004 - 2013)	130
Figura 17: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Maria Girassol/Fluxo de Homens e Mulheres ..	136
Figura 18: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Maria Girassol/Fluxo de homens, mulheres e da técnica da CMN	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Rosa – 2013.....	80
Quadro 2: Categoria de Espécie Animal do Agroecossistema da D. Rosa – 2013	81
Quadro 4: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Lina – 2013.....	102
Quadro 5: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Lina – 2013.....	102
Quadro 6: Rotina diária e o uso do tempo da D. Lina e do Marcos – 2013.....	106
Quadro 7: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Fátima – 2013	115
Quadro 8: Categoria de Espécie Animal do Agroecossistema da D. Fátima - 2013	115
Quadro 9: Rotina diária e o uso do tempo da D. Fátima e do João – 2013.....	120
Quadro 10: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Maria – 2013.....	132
Quadro 11: Categoria de Espécie Animal do Agroecossistema da D. Maria – 2013	132
Quadro 12: Rotina diária e o uso do tempo da D. Maria e do Jacinto – 2013	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CMN	Casa da Mulher do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FRS	Fundo Rotativo Solidário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
PNATER	Política Nacional de ATER
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PPIGRE	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de ATER
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar

SIBRATER Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SPM Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1.MULHERES RURAIS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR	26
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL ÀS MULHERES	34
3 . METODOLOGIA	46
3.1 Área de atuação da Casa da Mulher do Nordeste	49
4. A ASSESSORIA DA CASA DA MULHER DO NORDESTE	53
4.1 Políticas Institucionais e Estrutura Organizacional em Rede	54
4.2 Programa Mulher & Vida Rural	67
4.3 A experiência dos quintais produtivos agroecológicos	69
5. HISTÓRIAS DE VIDA: UM OLHAR PARA A UNIDADE PRODUTIVA FAMILIAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	75
5.1 A História de Dona Rosa Jatobá: a mulher que luta pela terra.....	75
5.2 A História de Dona Lina Umbuzeiro: resistência no grupo de mulheres Xique-Xique.....	95
5.3 A História de Dona Fátima Baraúna: resgatando identidade e autoestima	110
5.4 A História de Dona Maria Girassol: produzindo alimentos e saberes no semiárido	122
5.5. Mudanças em curso: os limites e os avanços da CMN e na vida das mulheres	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	149
APÊNDICES	155
ANEXOS	168
GLOSSÁRIO CULTURAL.....	172

INTRODUÇÃO

As transformações do cenário nacional e internacional nas últimas décadas trazem um novo conceito e perspectivas para o meio rural. Entender como se dão as relações que permeiam esse ambiente, especificamente, as relações de gênero no modo de vida da agricultura familiar camponesa exige minúcia e uma abordagem baseada na complexidade.

A percepção do mundo rural imprime novos enfoques e mudanças cumulativas, configurando-se como “uma nova ruralidade” - espaço de diversificação social (pela descentralização econômica, aposentados e outras categorias), de ocupações, serviços e atividades produtivas não agrícolas, funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes e lazer), maior interação com os espaços considerados urbanos e uma revalorização do rural (KAGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2000).

Tais dimensões têm contribuído para a importância dos novos papéis dos agricultores e das agricultoras no campo, que de acordo com Wanderley (2000), são guardiões das paisagens rurais, das tradições culturais rurais, da segurança alimentar e a garantia da qualidade dos alimentos, bem como da conservação ambiental, tornando-se polivalentes, pluriativos e multifuncionais.

Nessa “nova ruralidade”, a agricultura familiar¹ brasileira é considerada um segmento estratégico para o desenvolvimento do país, pois, além de ser responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros todos os dias, responde por 38% da renda agropecuária e ocupa quase 75% da mão de obra do campo, representando 12,3 milhões de pessoas (MDA, 2012).

Segundo os dados do Anuário Rural (DIEESE; NEAD; MDA, 2011), a população rural no Brasil em 2009 estimava em 31 milhões de pessoas, sendo que, dessa população, 47,9% são

¹ No Brasil, a agricultura familiar foi assim definida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006: Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

mulheres. Na América Latina, as agricultoras representam 20% da força de trabalho da produção agrícola e 50% na Ásia oriental e África subsaariana (FAO, 2011). Desta forma, as mulheres rurais aportam contribuições essenciais para a agricultura nos países em desenvolvimento, constituindo-se como agentes fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico, para a segurança alimentar e para o bem estar das famílias do campo.

As análises do Manual de Gênero na Agricultura realizadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), avaliam que para haver a promoção do desenvolvimento agrícola e a redução da pobreza rural no mundo, é fundamental reconhecer a importância das mulheres e, dedicar políticas e programas que questionem as relações de gênero na agricultura (FAO; FIDA; BANCO MUNDIAL, 2012).

As mulheres rurais² exercem um papel fundamental a nossa sociedade. Seu trabalho produtivo, reprodutivo, do cuidado e do bem estar da família, a exemplo das atividades realizadas pelas agricultoras - a segurança alimentar, o aumento da biodiversidade por meio do plantio das plantas medicinais e o beneficiamento das frutas como fonte de renda, dentre tantas outras -, são atividades essenciais para a sobrevivência e reprodução das famílias do campo.

Apesar da importância da sua mão de obra, as características intrínsecas da agricultura brasileira – a cultura histórica patriarcal, classista e latifundiária – a hierárquica complementaridade das relações de gênero e geracionais do campo, acarretam na invisibilidade e na desvalorização do trabalho produtivo, doméstico e de cuidados das mulheres na ordem familiar.

No Brasil, 46,7% das mulheres rurais representam a categoria de “trabalhadoras na produção para o autoconsumo” e 30,7% ocupam a posição de “não remuneradas”. Desta forma, se somarmos as duas categorias que mais retêm a mão de obra feminina na agricultura, podemos observar que 78% das mulheres do campo não possuem remuneração pelo seu trabalho (IBGE, 2009).

A desigualdade entre homens e mulheres rurais referentes ao rendimento médio mensal no Brasil ainda é marcante: 42,7% das mulheres não possuem rendimento, enquanto que para os

² Neste trabalho a categoria de mulheres rurais compreende as mulheres trabalhadoras rurais, as agricultoras familiares, as assentadas da reforma agrária, agroextrativistas, pescadoras artesanais, aquícultoras familiares, indígenas e quilombolas.

homens esse percentual é de 29,9%. Na região Nordeste a situação é mais crítica comparada às outras regiões do país: os homens recebem em média um salário³ de R\$305,00 por mês e as mulheres recebem R\$ 205,00, ou seja, 32,7% a menos do que o salário dos homens para a mesma atividade, como podemos observar na Figura 1 a seguir (DIEESE; NEAD; MDA, 2011).

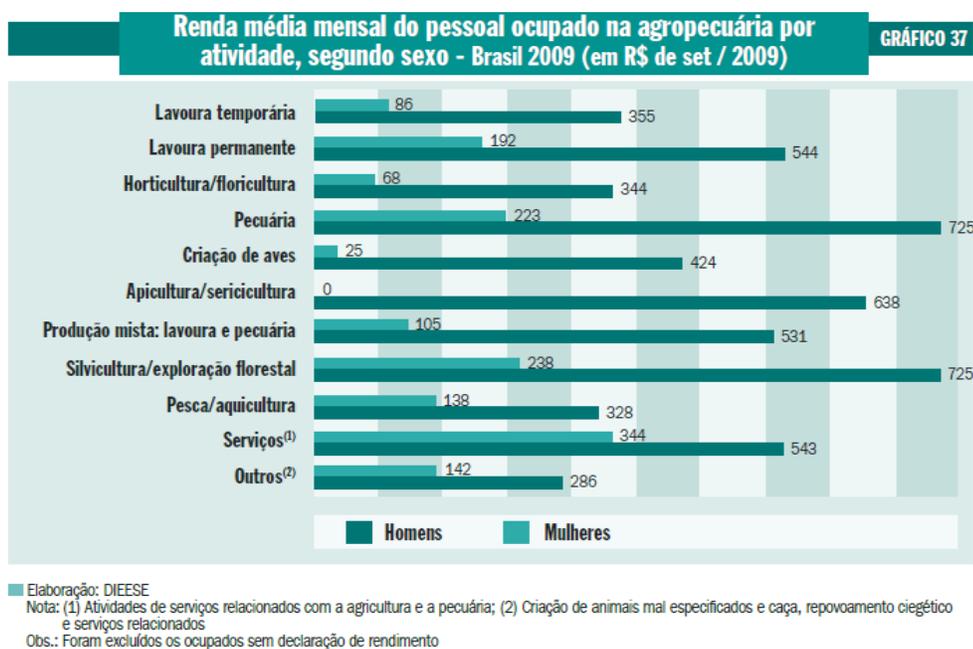


Figura 1: Renda média mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade segundo sexo
 Fonte: (DIEESE; NEAD; MDA, 2011).

Apesar das mudanças nos últimos anos referentes à inserção das mulheres no mercado de trabalho e o aumento das taxas enquanto chefes de família no meio urbano (37,5%), essa é uma realidade pouco vivenciada pelas mulheres do campo (18,6%) na região nordeste (DIEESE; NEAD; MDA, 2011).

Em Pernambuco, especificamente, no campo da titulação das terras da Reforma Agrária, as mulheres aparecem com menos de 16% dos títulos⁴. Esses números refletem a necessidade de

3 Segundo fontes do Guia Trabalhista, o salário mínimo em 2009 correspondia à R\$ 465,00. Disponível em: < http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>. Acesso Em: 20 mai 2013.

4 Dados extraídos do I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco (SECMULHER/PE, 2010). O Plano é a primeira Política de Governo garantidora de direitos, de caráter redistributivo, direcionada para a redução das desigualdades de gênero e intragênero no campo. O Plano foi criado em 2007 num esforço em conjunto

ampliação do acesso à documentação civil e trabalhista, além da titularidade da terra às mulheres, pois são fatores preponderantes para que elas exerçam sua autonomia e sobrevivência na unidade familiar.

No interior dos lares brasileiros ainda há uma enorme diferença entre os homens e mulheres quanto à divisão dos trabalhos domésticos. Referente à jornada média semanal, verifica-se que as mulheres trabalham mais que o dobro dos homens nessas atividades (24,8 horas/semana). Em Pernambuco, a jornada feminina chegou a quase 28 horas/semana, enquanto a jornada masculina em trabalhos domésticos correspondia a 11,5 horas/semana no estado (IBGE,2007). No meio rural, a precária infraestrutura e as dificuldades no acesso aos bens e serviços básicos, tornam a jornada das mulheres ainda mais extenuantes.

Desta forma, a organicidade do trabalho dessas mulheres foi sendo destinada aos espaços privados da produção familiar, não havendo (salvo raras exceções) a participação no planejamento, no destino e utilização da renda e seus recursos. A maioria não tem poder de decisão sobre os aspectos produtivos ou sobre a comercialização da unidade familiar; têm menor acesso à terra e aos instrumentos de produção; sofrem com a falta de documentos civis e trabalhistas, sem os quais não conseguem obter benefícios sociais, previdenciários, assim como expandirem suas capacidades humanas como sujeitos e agentes de suas vidas. (SILIPRANDI, 2011; SEN, 2010).

Segundo Weitzman (2011, p. 89), tanto o modelo patriarcal em nossa sociedade, quanto as políticas agrícolas direcionadas as mulheres, reproduziram a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: “há uma dificuldade histórica para considerar o papel da mulher enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em concentrar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica”.

É importante considerar, que as ordens que corroboraram para com as desigualdades entre homens e mulheres no campo, constitui-se também pelo caráter “familista” das políticas direcionadas a agricultura. Um exemplo, podemos observar no percurso da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, que não favorecia o acesso ao conhecimento

com a Comissão de Mulheres Rurais, que propõe um conjunto de intervenções de fortalecimento das capacidades produtivas, sociais e políticas das Mulheres Rurais no estado.

técnico-gerencial e o desenvolvimento das capacidades das agricultoras enquanto sujeito produtivo na unidade familiar agrícola (BUTTO, 2011).

Segundo Caporal (2003), a extensão rural tradicionalmente é entendida como uma intervenção intencionada em um determinado espaço rural (um agroecossistema, uma comunidade, etc.), realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrossilvopastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Por isso, a importância desse serviço para a promoção das mulheres nos espaços produtivos e econômicos da unidade familiar.

Em específico as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), apesar das diferentes fases ao longo das décadas e governos, foi permanentemente caracterizada pelo “viés de gênero”⁵. No caso das mulheres rurais, essa situação se expressava primeiramente na negação do seu papel enquanto agricultora e trabalhadora rural. Afinal, a possibilidade de organização das mulheres se dava nas atividades em que circundavam as problemáticas da família (clube de mães, de senhoras, igreja etc.), ou nas atividades consideradas femininas como a alimentação, a saúde, o artesanato e a costura (SILIPRANDI, 2002; WEITZMAN, 2011).

Somente a partir de 2003 que o Governo Federal começa a realizar novas estruturas institucionais dirigidas à promoção da autonomia econômica e da igualdade de gênero no campo. Neste contexto, a política de ATER assume um novo enfoque e direcionamento político-pedagógico, de gestão social e diálogo com o movimento de mulheres. Como resultado, cria-se a política setorial, a ATER Mulher, a fim de atender as especificidades e reivindicações das agricultoras e trabalhadoras rurais (BUTTO, 2011).

Em 2010, o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA começa a publicar as chamadas públicas⁶ de ATER, quando foram publicadas 155 chamadas. Um estudo realizado em

⁵ Dentro do sistema de ATER implantado na década de 1970, a equipe se dividia entre mulheres extensionistas com formação em assistência social ou economia doméstica, voltadas para o público feminino e homens extensionistas, com formação técnica em agricultura voltados para a produção agrícola com o público masculino. Os serviços de Ater sempre privilegiaram a participação masculina, reforçando a desigualdade entre os gêneros, através de uma postura que reafirmava que aos homens pertencia o conhecimento, o acesso à informação e formação, bem como o acesso às novas tecnologias (SILIPRANDI, 2002).

⁶ Sancionada em janeiro de 2010, a Lei nº 12.188, conhecida como a Lei de ATER, o Estado passa a utilizar as chamadas públicas como mecanismo de contratação de instituições governamentais e não governamentais, com capacidade técnica para prestar os serviços de ATER: como um “serviço de educação não formal, de caráter

148 chamadas indicou que deste quantitativo, apenas 4% foram direcionadas às mulheres rurais e 72% aos Territórios da Cidadania (LIMA & MELO, 2012). Referente ao estado de Pernambuco, das 11 chamadas destinadas ao estado, somente 1 (uma) beneficiava as mulheres, a chamada ATER Mulher⁷.

Podemos observar que além da insuficiência do serviço, quando o mesmo chega, muitas vezes não atende as reais necessidades das mulheres como foi apontado no estudo da Horta (2010). Segundo a autora, os seminários de formação sobre a ATER Mulher em 2010, nas regiões norte e nordeste do país, demonstraram que as mulheres enfrentam várias barreiras para terem acesso aos espaços de formação e capacitação, a exemplo da presença e acompanhamento dos maridos e/ou filhos nas atividades técnicas.

A conformidade, aparente ou não, de muitas mulheres no meio rural, materializa-se pela dificuldade que encontram de se manterem ativas e criar uma independência financeira ou emocional dos maridos. De acordo com Scott (2010), é preciso entender as variabilidades existentes de repressão ou dominação nas relações de gênero, pois o problema muitas vezes, vai além de ter acesso à terra, à um emprego ou acesso às políticas públicas. Há casos em que mesmo as mulheres que possuem certa autonomia financeira não se encontram livres da violência doméstica.

Assim, optamos por um referencial teórico-metodológico que nos ajudaria averiguar problemáticas mais específicas da realidade em que cada mulher está inserida, para que sejam desveladas suas condições precárias e os fatores que as subjugam. Portanto, o estudo dos diferentes papéis das mulheres neste ambiente é de extrema importância para analisarmos as diferentes dimensões do rural e sua contribuição para a construção do conhecimento feminista.

A fim de problematizar as relações estabelecidas no núcleo familiar e as relações de gênero no âmbito da agricultura familiar, o presente estudo tem como objetivo geral analisar de que forma a assessoria da Casa da Mulher do Nordeste tem favorecido a alteração e/ou mudanças

continuado, no meio rural, que promove processos de pesquisa, gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroflorestais, agroextrativistas, florestais e artesanais”, compreendendo-se, portanto, a ATER como um processo inserido no contexto do desenvolvimento rural sustentável. Acesso em: <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>.

⁷ No ano de 2010, a microrregião do Pajeú foi a única localidade do estado a ser contemplada com a ATER Mulher, no valor de R\$ 254.996,00 (MDA, 2010).

nos processos e estruturas das relações desiguais de gênero na agricultura familiar do sertão do Pajeú.

Como objetivos específicos, são apresentados os seguintes: (i) Caracterizar as mulheres assessoradas pela CMN e analisar seu papel na propriedade de base familiar; (ii) Caracterizar e analisar a assessoria realizada pela CMN às agriculturas no sertão do Pajeú (iii) compreender as contribuições, os limites e os entraves da assessoria realizada pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN) às agricultoras do sertão do Pajeú; (iv) Analisar a percepção das mulheres sobre a assessoria recebida.

A CMN É uma organização não governamental feminista, fundada em 1980, localizada em Pernambuco. No estado, possui dois escritórios: Recife e Afogados da Ingazeira (Sertão do Pajeú). A CMN tem como missão contribuir com a ação produtiva e política das mulheres pobres do Nordeste, visando à igualdade de gênero e a transformação social às mulheres rurais e urbanas. Como orientação, busca por meio do feminismo, dos princípios da agroecologia e da economia solidária facilitar o empoderamento econômico e político das mulheres (CMN, 2012).

No sertão do Pajeú, a CMN atua com o Programa Mulher & Vida Rural que tem como objetivo fortalecer a capacidade produtiva, a participação política e a auto-organização das mulheres nos espaços rurais através da construção de conhecimentos agroecológicos e da ação em rede. Desta forma, para analisar como a assessoria da CMN tem facilitado o processo de empoderamento das agricultoras no sertão do Pajeú, traremos para o campo de reflexão as práticas e estratégias⁸ do Programa Mulher & Vida rural, o seu impacto na vida das agricultoras e na redefinição dos papéis entre homens e mulheres no âmbito da agricultura familiar.

São vários os questionamentos que pretendemos desvelar e analisar a partir da assessoria realizada pela CMN, bem como refletir sobre as mudanças na trajetória de vida dessas mulheres decorrentes da ação desta instituição de assessoria, tais como: as intervenções da CMN possibilitaram outros padrões de interação, sejam eles de cooperação, solidariedade ou reciprocidade com a sua família, comunidade e nos processos produtivos da unidade familiar?

⁸ De acordo com Matos (2005), cabe destacar a importância da distinção entre práticas de gênero e estratégias de gênero. As primeiras são aquelas que reproduzem os papéis femininos como a luta pela melhoria das condições de vida: saúde, sexualidade, educação e cuidado com as crianças, ou luta contra a violência. Contudo, para Moser & Levi (*apud* MATOS, 2005, p. 93), tais práticas não revertem as assimetrias entre homens e mulheres; para tanto seriam imperativas as estratégias de gênero, ações que de fato redefiniram os papéis e empoderassem as mulheres.

Houve concessões e/ou reorganização nas atividades domésticas e produtivas a partir dessas experiências com o esposo/companheiro e os/as filhos/as? As mulheres refletiram sobre seus diferentes papéis contra a desigual dependência, subordinação e opressão na unidade produtiva familiar?

São questões que nos incitam a complexificar o olhar sobre a mulher e seu processo de empoderamento, não a vendo apenas na condição de vítima, mas como aquela que ocupa vários papéis. Para tanto, temos como hipótese que o processo de empoderamento das agricultoras do sertão do Pajeú, e a redefinição dos papéis entre homens e mulheres no núcleo da agricultura familiar ultrapassam os limites da assessoria da CMN. Ainda que reconheçamos o papel da ATER para mulheres, reconhecemos o limite dessa ação para a mudança das relações de gênero no meio rural.

Esta pesquisa se justifica pela relevância e importância da reorganização dos serviços de ATER para a valorização social e política das mulheres na agricultura familiar. Tal como, a possibilidade de identificar e analisar como tem se repercutido a promoção da ATER por um dos diferentes atores sociais no semiárido Nordeste, a exemplo da CMN.

Assim, apesar dos avanços na última década com a inclusão das temáticas transversais nas políticas públicas e na descentralização do Estado (gestão social com os movimentos sociais e sociedade civil), o governo ainda se mostra aquém das demandas e das necessidades das mulheres rurais. Sendo estratégico, compreender em que medida o processo de empoderamento facilitado pela CMN tem contribuído para elucidar questões a favor de uma efetiva política pública, tal como relações mais igualitárias entre homens e mulheres na agricultura familiar.

O presente estudo circunscreve-se no contexto da mulher agricultora que convive com a realidade do semiárido Pernambucano. A região semiárida caracteriza-se por vulnerabilidades diante das mudanças climáticas, da insuficiência de instrumentos de reaproveitamento e armazenamento dos recursos hídricos, além de apresentar um dos piores indicadores de emprego e renda, educação e saúde do estado⁹. Essa situação também é percebida pelas mulheres. Segundo

9 Segundo os dados do Ipeadata (2007), a microrregião do sertão do Pajeú que corresponde a 17 municípios do estado, apresenta as respectivas médias dos indicadores socioeconômicos: (0.28) emprego & renda, (0.67) educação e (0.67) saúde.

um diagnóstico realizado pela CMN em 2002, das 790 agricultoras entrevistadas no sertão do Pajeú, 60% declarou ter renda inferior ou igual a R\$ 50,00 mensais¹⁰ (ALMEIDA, 2008).

Apresentação dos capítulos

A dissertação está estruturada em introdução, cinco capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, abordamos as relações de gênero que permeiam a agricultura familiar brasileira, destacando os diferentes papéis que as mulheres rurais veem assumindo nesse contexto. Tal como, seu processo histórico de lutas e de construção do sujeito social-político.

No segundo capítulo, abordamos o papel do Estado nos últimos anos a fim de assegurar políticas públicas e ações afirmativas no reconhecimento e valorização das mulheres rurais. Neste sentido, nos debruçamos em específico a ATER e, seus desdobramentos a partir de outros atores do meio rural, a exemplo das ONGs. No terceiro capítulo, buscou-se apresentar como foi realizada a pesquisa e a área de atuação da organização em análise, a CMN.

No quarto capítulo, tratamos da caracterização e análise da assessoria da CMN, suas políticas institucionais, estratégias, estrutura organizacional, assim como, a percepção das técnicas extensionistas e coordenadoras da instituição sobre a assessoria, seus limites e avanços.

No quinto capítulo, recuperamos as Histórias de vida das agricultoras assessoradas pela CMN, suas percepções sobre o serviço, as mudanças decorridas da ação da instituição no seu agroecossistema (o antes e o depois) e, o processo de empoderamento em suas vidas. Na conclusão, tratamos sobre a relevância da assessoria técnica para o processo de empoderamento das agricultoras no meio rural. Tal como, as motivações, as estratégias e os elementos que tem contribuído para as redefinições dos papéis de gênero na agricultura familiar e pela busca por melhores condições de vida para as ordens que as subjugam.

¹⁰ Segundo fontes do Guia Trabalhista, o salário mínimo em 2002 correspondia à R\$ 200,00. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>. Acesso em: mai 2013.

1.MULHERES RURAIS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A literatura apresenta uma vasta fonte de pesquisa, de autores/as que abordam o conceito de gênero enquanto instrumento teórico e empírico para a análise das relações sociais. Realizaremos aqui uma breve descrição sobre a constituição das relações de gênero no contexto da agricultura familiar, assim como as novas estruturas institucionais e as políticas públicas realizadas para a promoção da autonomia econômica das mulheres rurais e da igualdade de gênero no campo.

Segundo Joan Scott (1999), o conceito de gênero se apresenta como um meio de distinguir a prática sexual (determinado pela natureza biológica do sexo feminino e masculino) dos papéis sociais (divisão sexual do trabalho), identidades e comportamentos opostos atribuídos aos homens e às mulheres na sociedade. As relações de gênero, assim como as de classe, raça ou etnia são imbricadas pelo contexto social, cultural, político e econômico, construções históricas sendo, portanto, multilineares e mutáveis.

Desta forma, “gênero” é analisado aqui com o propósito de estabelecer a relação entre o feminino e o masculino, como conceito e categoria histórica relacional. Buscamos desnaturalizar o essencialismo feminino universal¹¹, problematizar sobre o lugar e as práticas onde as diferenças sexuais reproduzem as desigualdades sociais, a negação dos direitos e do pleno exercício da cidadania pelas mulheres rurais.

Para Costa (2000), apesar das transformações ocorridas na condição feminina ao longo das últimas décadas, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder.

¹¹ Diferentemente do relativismo, o essencialismo remete para a crença na existência das coisas em si mesmas, não exigindo qualquer atenção ao contexto em que existem. A tese de Simone de Beauvoir (1980, p. 18), *O Segundo Sexo* foi motivada por ideias marxistas que recusam a definição essencialista da mulher, já que se trata de um conceito fabricado culturalmente pelas forças opressoras do patriarcado. Parte da concepção de que “ser” é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se “manifesta”, em outras palavras, uma pessoa ou um grupo de pessoas só são inferiores na medida em que outra pessoa ou outros grupos de pessoas o tenham feito assim. Defende-se que este essencialismo feminino é uma visão masculina da mulher, porque a vê como simples realidade biológica, porque reduz a mulher a uma diferença biológica preconceituosa: a mulher fica limitada à sua função reprodutora materna, a mulher tem limitações neurológicas, neurofisiológicas e endócrinas, a mulher não tem a mesma capacidade física do homem, etc.

Tal subalternidade, determinante na condição feminina, é fruto do papel de gênero que constroem mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação (COSTA, 2000). Segundo Bourdieu em sua obra *A Dominação Masculina*, a construção social dos corpos ao longo da história foi revestida de significados, representações simbólicas e cosmológicas de legitimação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina a qual se alicerça: **é a divisão social do trabalho**¹², distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou no interior desta, entre a parte masculina com o salão, e parte feminina com o estábulo, a água e os vegetais [...] (BOURDIEU, 2002, p. 17).

Essa situação na unidade produtiva da agricultura familiar baseia-se em relações desiguais de poder, nas relações hierárquicas entre homens e mulheres, sendo a figura do pai/marido como o centro na tomada de decisão e de poder no núcleo familiar. Segundo Silva & Portella (2010, p. 135).

As relações de poder entre as diferentes pessoas que trabalham na agricultura familiar são hierárquicas, com maior prejuízo para as mulheres; o que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou compartilhada. Muito pelo contrário, as decisões sobre produção, comercialização e, muitas vezes consumo são marcadamente masculinas e centradas no homem adulto, que nesse caso, cabe bem na terminologia chefe de família, pois realmente chefia a unidade produtiva que é, ao mesmo tempo, um grupo unido por laços de afeto e/ou de parentesco.

Para as mesmas autoras, as relações sociais no bojo da agricultura familiar não se isentam das relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação que produzem e se reproduzem por meio de instrumentos, mecanismos materiais e simbólicos de poder e coerção.

¹² Grifo nosso

Neste sentido, faz-se necessário o entendimento de agricultura familiar camponesa como debatido na literatura, Sabourin (2009), retoma o pensamento de Wanderley (1996) e Ploeg (2006, 2008) destacando suas características:

uma relação de co-produção com a natureza; a construção e auto-gestão de uma base autônoma de recursos próprios(terra, fertilidade, trabalho e capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e de resistência ligado à reprodução da unidade familiar; a pluriatividade¹³; a cooperação e as relações de reciprocidade.

Em outras palavras, “uma unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato que a terra, é um meio de subsistência e não um capital¹⁴ a rentabilizar, motivo pelo qual não se possa analisar o sistema econômico camponês nos termos da economia industrial” (SABOURIN *apud* MENDRAS, 1976, p. 11).

Carneiro (2006, p. 8), em sua pesquisa sobre a transmissão da herança - a terra - observa que a autoridade do “chefe de família”, no caso o homem, “impõe” seus interesses individuais nesse processo as filhas, normalmente não herdam a terra. Por ocasião da transmissão da herança a mulher (tanto as filhas como a esposa) é levada a abrir mão de sua parte em nome do filho (ou dos filhos) escolhido como sucessor. A parte delas na herança é reduzida ao enxoval e a alguns bens para a casa, no caso de se casarem com um agricultor, ou revertida em sua manutenção na cidade enquanto estuda e se prepara para a inserção no mercado de trabalho urbano.

Na agricultura familiar camponesa a terra é o meio de subsistência dos membros da família camponesa, e negar às mais jovens esse direito, é negar sua condição de agricultora, que por sua vez, são as mais afetadas pelos processos migratórios em busca de trabalho e oportunidade nos centros urbanos (BUTTO, 2011).

No Brasil, com o processo de democratização do país, a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil Brasileiro, asseguram a igualdade de direitos à propriedade da terra tanto aos homens como às mulheres no meio rural, mas por questões culturais como podemos observar

¹³A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (CAMARGO et al., 2004, p. 139).

¹⁴ Grifo nosso.

acima, essa lei não torna efetiva a igualdade de condições e poder aos diferentes sujeitos na agricultura familiar.

Desta forma, é importante destacar o conceito de patriarcado e de sistema patriarcal defendido por Saffioti (2004). Segundo a autora, a ordem patriarcal admite diferentes formas de dominação e violência das mulheres pelo homem/marido, o pai de família, o provedor, configurando-se na opressão feminina. Para Saffioti (2004), o patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, possui uma base material e simbólica, configurando-se por estruturas de poder hierárquicas e desiguais – presente em todos os espaços – na sociedade, no Estado, na cultura, na religião, e assim, reproduzindo o binarismo do público-privado entre homens e mulheres.

Neste sentido, para a autora, não somente o sistema patriarcal de gênero, mas o racismo, a classe social e a orientação sexual, fundamentam a discriminação e o preconceito às mulheres, sendo apontado como uma das contradições da nossa sociedade. Assim, esse conceito torna-se fundamental para a análise da família no meio rural, tal como as distintas formas de dominação, subjugação e discriminação que as mulheres passam ao longo da sua vida.

Para Batliwala (*apud* SEN, 1997), quando pensamos no processo de empoderamento das mulheres, deve ser levado em consideração três aspectos centrais: o controle sobre os recursos (físicos, econômicos, financeiros, intelectuais), o controle sobre os aspectos ideológicos de uma sociedade (valores, crenças e atitudes), assim como, o controle sobre si mesmo/a, de poder ser agente e sujeito de sua vida. Desta forma, a titularidade da terra pelas mulheres implica sem sombras de dúvidas no maior controle sob os meios de produção, na sua sobrevivência, tal como na sua autonomia econômica e financeira.

Durante uma pesquisa realizada pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR-NE em conjunto com o Instituto Feminista para a Democracia (SOS Corpo) em 2004, Silva & Portela (2010), nos apresenta o trabalho cotidiano das mulheres e como se dá a divisão sexual do trabalho no contexto da agricultura familiar no nordeste. Segundo as autoras, a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, se dá pela atribuição do trabalho produtivo aos homens e o trabalho reprodutivo e do cuidado às mulheres, com “dispensa” do trabalho doméstico aos homens. Sendo que o trabalho das mulheres é considerado como uma mera

“ajuda”, extensão dos cuidados com a saúde e da educação dos filhos (BUTTO, 2011; SILVA & PORTELA, 2010).

Neste sentido, para melhor compreender como o trabalho produtivo-reprodutivo (doméstico e do cuidado), assim como o significado de “ajuda” se dá na realidade da agricultura familiar retomaremos com uma pesquisa realizada no nordeste brasileiro por Silva & Portella (2010, p. 138).

No espaço do roçado, são os homens que são considerados os principais executores de todas as etapas do trabalho. Já as mulheres estão, principalmente, na seleção de sementes, no plantio, na colheita e no armazenamento. As filhas, diferentemente dos filhos apresentam uma participação muito baixa nas atividades de roça. Apenas na colheita, há uma participação mais igualitária por parte de todas as pessoas na família [...]

Os homens são os principais responsáveis pelas decisões ligadas à roça e à criação de animais, que são também as principais atividades das unidades produtivas, sendo ainda as que oferecem maiores possibilidades de comercialização. As mulheres responsabilizam-se pelas decisões na horta, cujos produtos são quase exclusivamente para o consumo familiar (SILVA & PORTELA, 2010). Assim, quando se inserem nas atividades do roçado pouco reconhecimento recebem pelo seu trabalho, permanecendo na categoria da “ajuda”, pois na maioria das vezes não tomam as decisões nesse espaço.

Segundo Butto (2011), a economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados às atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento: criação de aves e pequenos animais, da horticultura, floricultura, silvicultura e da lavoura. Por isso tal realidade nos permite entender porque as mulheres representam 78% do total que não auferem remuneração pelo seu trabalho no campo (IBGE, 2009).

Contudo, nos últimos anos de acordo com o Anuário Rural (DIEESE; NEAD; MDA, 2011), pode-se observar um deslocamento dos homens para as atividades antes desenvolvidas pelas mulheres: no cuidado das aves e pequenos animais. Mas diferentemente das mulheres que

desenvolvem essas atividades para o autoconsumo familiar, os homens ocupam os postos de trabalhos assalariados e com renda (BUTTO, 2011).

Também na horticultura e na floricultura, os homens passaram a ter uma maior presença e, esse crescimento da participação está associado ao maior assalariamento na atividade. O trabalho das mulheres nessas atividades também gera renda monetária e está em alta, devido aos programas de compra institucionalizada e direta pelo Governo Federal, a exemplo do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos¹⁵ (BUTTO, 2011; SILIPRANDI, 2011).

Segundo Siliprandi (2009), as mulheres tem uma participação fundamental para a segurança alimentar, no manejo ecológico dos recursos naturais e na conservação dos agroecossistemas¹⁶ na agricultura familiar.

Historicamente são as mulheres que acumularam um vasto conhecimento sobre o manejo das sementes, desempenhando um importante papel na conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, “demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar de toda a família” (PACHECO *apud* SILIPRANDI, 2009, p. 120).

Referente ao manejo hídrico para a produção e para o consumo humano são as mulheres as principais responsáveis por esse trabalho. Segundo Melo (2009), no sertão é a mulher que controla a distribuição da água na casa, usada para beber, na preparação dos alimentos e na higiene pessoal da família. Em épocas de forte estiagem e secas generalizadas, o trabalho da mulher se torna mais cansativo e penoso - em razão das dificuldades para realizar o abastecimento da casa e também porque a qualidade da água fica comprometida -, causando doenças que atingem na maioria dos casos as crianças e os animais, que estão sob seus cuidados (MELO, 2009).

¹⁵ O PAA foi criado em 2003, como uma das políticas estruturantes da Estratégia Fome Zero. Através dele, podem ser adquiridos alimentos diretamente de agricultores familiares e suas organizações, com dispensa de licitação para serem doados para instituições sociais (hospitais, entidades assistenciais, escolas) e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (que recebem cesta de alimentos), ou serem destinados à formação de estoques públicos (SILIPRANDI, 2011).

¹⁶ É o objeto a ser estudado, planejado e manejado sustentavelmente através do redesenho, buscando um equilíbrio imitando o ecossistema natural e gerando produtos para o agricultor com o mínimo de impacto no sistema.

Desta forma, apesar das inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito do espaço produtivo, do cuidado e do bem estar da família, o trabalho dessas mulheres foi por muito tempo considerado como “ajuda”, sendo ocultado e invisibilizado no contexto da agricultura familiar e das políticas públicas direcionadas à agricultura como trataremos a seguir.

Segundo Esmeraldo (2011), as mulheres rurais durante as décadas de 1970 e 1980 eram extremamente vinculadas a seu papel de condição familiar-conjugal, fator que invisibilizava o seu trabalho na unidade produtiva agrícola familiar. Tal condição reconhecia como de responsabilidade das mulheres o cuidado da casa e dos demais, ao passo que os espaços públicos e políticos, a exemplo dos movimentos de sindicatos rurais destinados aos homens.

Sendo que tal situação começa a ser protestada muito em decorrência do processo de mobilização dos movimentos sociais, nesses incluídos, o de mulheres e o do campo (MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, etc.) com o processo de democratização que se constituía no país na época.

De acordo com Esmeraldo (2011), foi a partir das décadas de 1980 e 1990 que um novo cenário se configura e as questões de gênero vão sendo problematizadas e questionadas pelos movimentos autônomos de mulheres rurais, feministas, sindicatos dos/das trabalhadores/as rurais e organizações não governamentais engajadas na luta pelo reconhecimento político e social das mulheres na agricultura familiar.

Nesse período as principais reivindicações das trabalhadoras rurais, centravam-se em torno “dos direitos igualitários à terra na reforma agrária, acesso aos direitos previdenciários e o seu reconhecimento como agricultora, que inclui o direito a se sindicalizar e ser incluída de maneira igualitária nas políticas da agricultura familiar” (BUTTO, 2011, p. 14).

Nos anos recentes, as mulheres passam a reivindicar com maior ênfase a sua inserção nas atividades produtivas, a partir das suas demandas específicas, de crédito, de comercialização e de assistência técnica especializada. A importância das mulheres em relação à conservação da biodiversidade, da promoção da agroecologia, da soberania e segurança alimentar também ganha força nas pautas políticas e de reivindicações das trabalhadoras rurais (BUTTO, 2011).

De certo, a realidade de opressão e negação de direitos deve ser o cotidiano de muitas mulheres ainda. Entretanto dentre as inúmeras adversidades, o itinerário percorrido até o momento, foi marcado por grandes lutas, conflitos e resistência às estruturas de

dominação/exploração impostas. O reposicionamento e a auto-organização das mulheres rurais, portadoras de saberes e conhecimentos, com sonhos e aspirações foram fundamentais para essa visibilidade e seu reconhecimento enquanto sujeito político e social.

Portanto, sugere-se nesse estudo, problematizar sempre o lugar e os diferentes papéis em que as mulheres vêm ocupando e assumindo na agricultura familiar. Afinal elas são invisíveis para quem? Para seu marido, para seu filho/a, para a comunidade, para o Estado, para nós pesquisadores/as? Esses questionamentos possibilitam novos olhares sobre as diferentes realidades em que as mulheres estão inseridas e de que forma elas tem transitado nas dinâmicas do núcleo da agricultura familiar.

A seguir apresentaremos o processo de institucionalização realizado pelo Governo Federal no período recente a fim de atender as demandas das mulheres rurais, tal como promover a igualdade de gênero no campo. Especificamente nos ateremos à reflexão da PNATER, a ATER Mulher e a Nova Lei de ATER e a sua importância para as mulheres.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL ÀS MULHERES

Historicamente as políticas de Estado para a agricultura familiar, foram destinadas à família ou à unidade de produção familiar, sem problematizar a própria noção de “família”. Desta forma, acaba-se reproduzindo a lógica de exclusão ao tomar como unidade de referência de planejamento e de ação o grupo familiar e, em especial ao escolher o “chefe de família” – o homem – como interlocutor (BUTTO & HORA, 2008). As políticas agrícolas e agrárias não visualizavam o trabalho produtivo das mulheres, secundarizando-o e descaracterizando-o como mera “ajuda” aos homens.

É essa forma de olhar a organização do trabalho que serviu de referência, no passado, para as políticas de desenvolvimento rural, incluindo os serviços de assistência técnica e extensão rural. Sob o mandato do Governo Lula a partir de 2003, é que o Estado brasileiro cria a Secretaria Especial de Políticas das Mulheres¹⁷ (SPM) e inicia uma importante mudança para a inclusão da agenda dos direitos econômicos e políticos das mulheres no país.

Segundo Butto (2011), a estratégia adotada para a transversalização das temáticas de gênero, raça e etnia para o meio rural, ocorreu através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a SPM. Assim, para a institucionalização interna no próprio MDA, cria-se a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas com a finalidade de integrar as demais secretarias do ministério e das Superintendências Nacionais do INCRA, como: o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), além dos governos estaduais e locais (BUTTO, 2011).

O volume de recursos investidos às políticas para as mulheres rurais, foi de 8 milhões no Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 para 180 milhões no acumulado do período de 2008-2011. Esse orçamento foi distribuído em dois programas governamentais: o Programa de ATER por

¹⁷ No Brasil, a institucionalização das políticas para as mulheres ocorreu em 2002 com a criação da Secretaria Especial de Políticas das Mulheres, mas só adquire status de ministério e se vincula à Presidência da República em 2003, deixando de ser “especial”.

meio da ação setorial ATER Mulher e; Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres Rurais, por meio da ação Documentação da Trabalhadora Rural.

No estado de Pernambuco, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) no ano de 2010, foi contemplado com 12 mutirões, tendo um total de 10.936 mulheres beneficiadas. Na microrregião do sertão Central e do Pajeú, os dois municípios que receberam o serviço foram Mirandiba e São José do Egito, totalizando em 2.124 mulheres beneficiadas. No mesmo período, foram realizados 4 (quatro) projetos do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais¹⁸ no sertão do Pajeú, no valor total de R\$ 324.110,79 (MDA, 2011).

No campo da Assistência Técnica e Extensão Rural, em 2003, a Política Nacional de ATER (PNATER) e o PRONATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária) se renovam, com base em outras matrizes tecnológicas e do conhecimento. Desta forma, o meio rural deixa de ser reconhecido meramente como um espaço de produção técnico-agrícola, mas um espaço social, no qual todos e todas devem ter suas liberdades e direitos assegurados (WEITZMAN, 2011).

Segundo Weitzman (2011, p. 89), tanto o modelo patriarcal em nossa sociedade, quanto as políticas agrícolas direcionadas às mulheres, reproduziram a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: “há uma dificuldade histórica para considerar o papel da mulher enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em concentrar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica”. Em específico as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), apesar das diferentes fases ao longo das décadas e governos, foi permanentemente caracterizada pelo “viés de gênero”.

Dentro do sistema de ATER implantado na década de 1970, a equipe se dividia entre mulheres extensionistas com formação em assistência social ou economia doméstica, voltadas para o público feminino e homens extensionistas, com formação técnica em agricultura voltada para a produção agrícola com o público masculino. Os serviços de Ater sempre privilegiaram a

¹⁸ O objetivo central do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais é fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural (MDA/Ppigre, 2008).

participação masculina, reforçando a desigualdade entre os gêneros, através de uma postura que reafirmava que aos homens pertencia o conhecimento, o acesso à informação e formação, bem como o acesso às novas tecnologias (SILIPRANDI, 2002).

No caso das mulheres rurais, essa situação se expressava primeiramente na negação do seu papel enquanto agricultora e trabalhadora rural. Afinal, a possibilidade de organização das mulheres se dava nas atividades em que circundavam as problemáticas da família (clube de mães, de senhoras, igreja etc.), ou nas atividades consideradas femininas como a alimentação, a saúde, o artesanato e a costura (SILIPRANDI, 2002; WEITZMAN, 2011).

Somente a partir de 2003 que o Governo Federal começa a realizar novas estruturas institucionais dirigidas à promoção da autonomia econômica e da igualdade de gênero no campo. Neste contexto, a política de ATER assume um novo enfoque e direcionamento político-pedagógico, de gestão social e diálogo com o movimento de mulheres. Como resultado, cria-se a política setorial, a ATER Mulher, a fim de atender as especificidades e reivindicações das agricultoras e trabalhadoras rurais (BUTTO, 2011).

Essa nova perspectiva, se configura como um marco na reestruturação dos serviços de ATER pública e no fortalecimento dos diferentes sujeitos da agricultura familiar. Neste período é retomado o paradigma do Humanismo Crítico – recorrente no final da década de 1980-, a fim de estabelecer uma nova relação democrática e emancipadora entre extensionista – agricultor/a (sujeito-sujeito) (MDA, 2010).

Neste momento, é importante fazermos um resgate do processo histórico da política e as diretrizes metodológicas que balizaram as ações da ATER no Brasil, para compreendermos as principais mudanças que ocorreram até a chegada da PNATER (2003) e ATER Mulher. Podemos caracterizar o processo evolutivo da extensão rural no Brasil em três períodos, ou movimentos (RODRIGUES *apud* MDA, 2010, p. 25).

- ✓ Humanismo Assistencialista (1948-1962): direcionado a promoção do desenvolvimento agrícola, cujo objetivo era a mudança e formação de hábitos, condutas e habilidades que viabilizassem o progresso social e econômico dos pequenos produtores. Como princípio metodológico a extensão rural tinha a transferência de tecnologias pelos extensionistas aos agricultores, segundo a lógica do Estado interventor e regulador;

- ✓ Difusionismo Produtivista (1963-1984): reconhecido como a “Revolução Verde”, modelo de desenvolvimento agrícola pautado pela modernização da agricultura, difusão de inovações tecnológicas e a expansão das fronteiras agrícolas. Como princípio metodológico a concepção técnico-burocrática, uma relação vertical entre extensionistas-agricultor/a (sujeito-objeto);

- ✓ Humanismo Crítico (1985-1989): com uma postura contestadora do modelo produtivista das “grandes safras”, propõe uma abordagem da educação emancipadora e o enfoque do individual para o político, social e ideológico, assumindo uma relação dialética entre extensionista-agricultor/a (sujeito-sujeito).

Contudo, há uma quebra da lógica do Humanismo Crítico no início da década de 1990, motivo pelo qual o governo irá priorizar as exportações monocultoras retomando fortemente o modelo produtivista.

Esse retrocesso é marcado pela extinção da Embrater e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), acarretando a inexistência de uma política nacional para o setor [...]. Essa conjuntura fez surgir um cenário mais profundo de desigualdades no campo, levando os estados e instituições de Ater a buscar a superação dessa situação de maneira isolada e, as populações rurais foram excluídas do processo de desenvolvimento e de produção do conhecimento (MDA, 2010).

Desta forma, podemos observar que o processo de construção da PNATER ao longo dos anos, foi marcado pelos diferentes “encontros” entre os extensionistas e os agricultores/as, entre visões e projetos de sociedade ditados pelas correlações de força entre o Estado e os diferentes atores do meio rural. Assim, quando a PNATER é repensada em 2003, novos horizontes se abrem para a construção coletiva da política, problematizando as ações da ATER e a própria prática extensionista que buscasse fortalecer os agricultores e as agricultoras familiares.

Neste novo contexto, o enfoque agroecológico assume um potencial estratégico na transição desse processo com a nova política de ATER.

Segundo Weitzman (2011, p. 89), as três principais mudanças paradigmáticas decisivas para a alteração da estrutura interna da política e na operacionalização do PRONATER foram as seguintes:

- ✓ Adoção da agroecologia como matriz tecnológica e princípio dos novos enfoques metodológicos pautados no reconhecimento da pluralidade e diversidade das populações que compõem o universo da agricultura familiar;
- ✓ A necessidade de que seja feito uso de metodologias participativas integradas às dinâmicas locais e de uma gestão compartilhada através da criação de um sistema de ATER descentralizado¹⁹ que viabilize, de fato, a participação popular na construção do conhecimento;
- ✓ Ações voltadas para a inclusão social que refletem “a necessidade de incluir enfoques de gênero, geração, raça e etnia nas orientações de projetos e programas”, tais como as trabalhadoras rurais, os/as quilombolas e os/as indígenas.

Tais estratégias têm contribuído para a ampliação da política nacional e para o fortalecimento dos espaços de diálogos permanentes entre gestores nacionais e prestadores de serviços em nível estadual e local. Assim como, a importância de se questionar e integrar gênero e agroecologia. Emma Siliprandi (2009), em sua tese de doutorado, observa algumas experiências onde houve melhoras na situação das mulheres com o processo de transição agroecológica.

A agroecologia valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de produção familiar (hortas, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos); A forma como se dava a transição

¹⁹ O Sistema Nacional de ATER prevê, desde 2004, uma estrutura descentralizada coordenada pelo DATER/MDA e orientada pelos princípios e diretrizes do PNATER, que (i) passa a considerar como agentes de ATER técnicos, agricultores e profissionais que vivem e trabalham no meio rural – OGs, ONGs, organizações de trabalhadores rurais, redes solidárias e interinstitucionais e (ii) reconhece espaços multissetoriais, como o Fórum Nacional de Gestão da ATER pública e os Conselhos Municipais e Estaduais de ATER como lócus de gestão e construção de ações que operacionalizam a política e que dentre suas atribuições deve “zelar para que os programas, projetos e ações de ATER contemplem as diversidades econômicas e sócio-culturais das diferentes regiões do país, bem como as especificidades de gênero, raça, etnia e gerações” (PNATER, 2004, p. 16).

agroecológica pressupunha a participação de todos os membros da família, porque exigia a integração do conjunto das atividades, muitas vezes sob responsabilidades de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem [...] O fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto do direto do seu trabalho, tendia a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto a sua autonomia (SILIPRANDI, 2009, p. 124).

Contudo, a mesma autora verificou que as transformações não eram automáticas, havendo uma espécie de paradoxo muitas vezes: quanto mais o sistema produtivo avançava em direção às práticas ecológicas e integrava-se ao mercado, mais as mulheres iam sendo excluídas das decisões.

Assim, as experiências em processos de transição para a agroecologia podem criar “brechas” e espaços para a mudança dos padrões de gênero - desestabilizar a lógica patriarcal na unidade familiar. Mas para isso, é preciso que haja o processo de “empoderamento”, que as mulheres consigam aparecer como sujeitos ativos (individual e coletivamente) nas suas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas políticas públicas, na sociedade (SILIPRANDI, 2009, p. 124).

A agroecologia nasce como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agricultura sustentáveis e, portanto contribuir para o estabelecimento novos processos sociais, ambientais, culturais e econômicos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

De acordo com Gliessman (2001), a agroecologia proporciona o reconhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Segundo o mesmo autor, ela valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

Segundo Trujillo (2006), a agroecologia percorre um ambiente muito mais amplo e complexo do que a utilização responsável dos recursos naturais - não desconsiderando essencial fator - mas ao passo que ela reconhece nas distintas formas do conhecimento-científico, do saber popular dos agricultores (as) e dos movimentos sociopolíticos articulados, ela avança na

perspectiva da autonomia e da equidade nas relações sociais entre seus sujeitos, tornando-os agentes determinantes e propulsores do almejado desenvolvimento rural sustentável.

Para isso, Caporal (2003), apresenta um novo conceito de extensão, segundo o qual a “Extensão Rural Agroecológica” se daria

a partir de um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.

Neste sentido, denotamos que os princípios da PNATER são orientados a favor de um desenvolvimento rural pautado pela perspectiva agroecológica, com metodologias participativas multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando o empoderamento e a cidadania de mulheres e homens que vivem no campo (MDA, 2010).

De acordo com Caporal & Costabeber (2007), a nova extensão rural, mais que simplesmente ensinar algo a alguém, como sempre se fez, é um processo conjunto de “aprendizagem sobre o mundo”, capaz de contribuir para a transformação profunda de relações sociais que fazem com que o modo de realizar a agricultura não afete de forma negativa e incontrolável à natureza.

Segundo Freire (1977), o sentido da extensão rural só se faz presente quando não buscamos levar ou estender nossos conhecimentos ao agricultor/a, não interferir no espaço local das comunidades onde realizamos vivências e, trabalhos, de compreender que estamos ali porque reconhecemos que todos nós aprendemos em conjunto e que queremos ressignificar nossas vidas com empatia, afeto e cuidado mútuo.

Retomando à PNATER, em 2006, foram constituídas as Redes de ATER²⁰ e sua inclusão na composição do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER. Tal ação tem favorecido a interlocução entre os beneficiário/as, representantes de institucionais governamentais, ONGs e organizações de mulheres que prestam os serviços de assistência técnica e extensão rural (BUTTO, 2011; WEITZMAN, 2011).

Segundo Ribeiro (2009), as ONGs exerceram um papel fundamental nesse processo, foram essas organizações, as pioneiras em resgatar e/ou propor tecnologias sociais e ecologicamente sustentáveis para a agricultura, em alguns casos através da capacitação direta, em outros através da recuperação ou do apoio aos agricultores e as agricultoras a desenvolverem suas próprias tecnologias e transmiti-las a outros.

A mesma autora aponta a importância dessas organizações, que na década de 1980, desenvolveram práticas alternativas e ações que contrapunham ao difusionismo dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, assim como, a revalorização da mulher agricultora, o reconhecimento como trabalhadora e responsável por diferentes papéis dentro da unidade familiar. Sendo notória a crescente participação das ONGs nos diferentes espaços de crítica e proposições de política pública, tanto em nível regional, nacional como internacional – tratados, redes, comitês de desenvolvimento rural sustentável etc.

Algumas das iniciativas importantes neste sentido se deram a partir do segundo Encontro Nacional de Agroecologia, momento em que nascia de forma incipiente, o Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, em que foi bastante fortalecido pelo movimento feminista e de mulheres do Nordeste (SILVA, 2011).

Neste período, a CMN, por meio do Projeto Dom Hélder Câmara²¹, inicia seus projetos no sertão do Pajeú pernambucano e se torna uma importante referência no trabalho produtivo junto

²⁰ A Rede temática de Ater para Mulheres é um espaço que se propõe ao aprimoramento e reflexão sobre as diretrizes e orientações da PNATER, além de servir como um suporte metodológico para qualificação das práticas de assistência técnica e extensão rural voltada para as mulheres rurais (WEITZMAN, 2011).

²¹ Projeto Dom Helder Camara é um acordo de empréstimo entre o Governo Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário/FIDA. Que tem como objetivo desenvolver ações estruturantes para fortalecer a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar no semiárido nordestino. Neste sentido, possui ações complementares de educação, saúde, capacitação, produção, comercialização, serviços financeiros, gênero e etnia. Disponível em: <<http://www.projedomhelder.gov.br:8080/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=5&textCode=1840&date=currentDate&contentType=html>>. Acesso em: abril 2013.

às mulheres rurais: projetos de recursos hídricos, na implantação dos quintais produtivos agroecológicos; e no beneficiamento e comercialização através da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú²² (SILVA, 2011).

Nos anos de 2004-2005, o MDA através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), amplia o número de chamadas para todo o território nacional apoiando projetos dirigidos à promoção da autonomia econômica das mulheres rurais. Ao todo, foram executados 14 Projetos de Ater e Capacitação de Mulheres, correspondendo no valor de R\$ 1 milhão e 476 mil reais (MDA, 2007).

No estado de Pernambuco, a única instituição contemplada com o projeto foi a Casa da Mulher do Nordeste, com o seguinte projeto: *Fortalecimento das Mulheres Agricultoras como sujeitos políticos e produtivos na Agricultura Familiar*. O projeto da CMN teve como objetivo a formação de lideranças, práticas artesanais, formação de multiplicadoras de práticas agroecológicas e desenvolver habilidades na área de gestão do agroecossistema familiar para as mulheres do sertão do Pajeú (MDA, 2007).

A partir de 2006, como fonte das ações afirmativas desencadeadas pelo MDA para promover maior inclusão das mulheres, foram lançadas de maneira inovadora, a chamada de apoio financeiro voltados para ATER Mulheres. A estratégia era permitir e incentivar a maior apresentação de projetos protagonizados por mulheres na área e ampliar o seu reconhecimento. Essa chamada resultou na aprovação de 22 projetos, correspondendo a um montante de recursos no valor de R\$ 3.08 milhões (MDA, 2007).

No estado de Pernambuco, duas organizações foram contempladas, sendo que uma delas foi a Casa da Mulher do Nordeste com o projeto: *Fomento à Assistência Técnica e Formação Continuada para Grupos de Mulheres produtoras do território do Pajeú* (MDA, 2007). O MDA, por meio de diversas iniciativas do Ppigre, ampliou e qualificou o projeto de apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais²³. Dos 248 grupos que se inscreveram para o projeto, um pouco

²² A Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, criada em 2005, tem como proposta o fortalecimento à organização produtiva das mulheres rurais do Pajeú e assim, contribuir para a sua autonomia econômica e política através da ação em rede. Para sua atuação em rede, tem como princípios base o feminismo, a economia solidária, a agroecologia e o trabalho em parcerias como eixos estruturantes das ações.

²³ O projeto tem como estratégia integrar as políticas públicas com o processo de organização produtiva e fortalecimento institucional, buscando superar as barreiras importantes que impedem a sua participação:

mais de 30 grupos foram selecionados e apoiados²⁴. No estado de Pernambuco, foram aprovados 3 grupos, dos quais são assessorados pela Casa da Mulher do Nordeste, Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú e pelo MMTR-NE.

Contudo, apesar dos esforços do Governo Federal em integrar as políticas públicas de desenvolvimento rural do MDA à SPM com o objetivo de assegurar a igualdade de gênero como um elemento constitutivo da própria PNATER, houve-se a necessidade de criar mecanismos mais específicos e incisivos para a política.

Segundo Weitzman (2011, p. 102), mesmo com os avanços inegáveis a partir da institucionalização da nova PNATER, “houve uma percepção de que os programas e projetos que apresentavam ações voltadas para assistência técnica e extensão rural ainda não reconheciam as mulheres enquanto protagonistas, principalmente dos seus direitos econômicos”. Segundo a mesma autora, no período de 2005-2007, no esboço da política de PNATER não existiam proposta nas metas obrigatórias que estimulassem e promovessem de forma mais incisiva as iniciativas das mulheres enquanto sujeitos produtivos, especialmente nas atividades de gestão e comercialização.

Desta forma, a partir de 2008, se constitui a política setorial de ATER Mulher, haja vista o desafio de fortalecer a atuação das mulheres no campo econômico e desconstruir velhos padrões culturais. Weitzman (2011, p. 104), nos apresenta os eixos estratégicos de operacionalização dessa política setorial: (i) capacitação de agentes e de mulheres trabalhadoras rurais sobre ATER; (ii) Integração com o Programa de Organização Produtiva (POPMPR); (iii) Chamamentos Públicos de Ater para Mulheres; (iv) Constituição da Rede Temática de Ater para Mulheres.

Dentre essas estratégias, é interessante destacar que as atividades de formação para as mulheres rurais e extensionistas em parceria com as instituições e organizações não

informalidade, nível restrito de informação sobre as políticas e ausência de canais institucionais para facilitar o acesso (MDA, 2007).

²⁴ A seleção daqueles que contaram com o apoio financeiro foi realizada por um comitê consultivo constituído no I Encontro Nacional de Grupos Produtivos de Mulheres Rurais, que contou com a participação do Setor de Gênero do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), da Comissão de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-Ne) e o Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) também participaram, além de organizações não-governamentais que atuam na área: Centro Feminista 8 de Março, **Casa da Mulher do Nordeste**, Associação Nacional de Agroecologia e Esplar(MDA, 2007).

governamentais que prestam serviços de ATER, foram recorrentes a fim de expandir e qualificar os serviços do Estado (WEITZMAN, 2011, p. 104).

Além disso, para incentivar a participação das mulheres, as empresas e organizações contratadas prestadoras dos serviços de ATER deveriam oferecer recreação infantil durante as atividades coletivas e capacitações, com horários adequados e flexíveis. Um dos critérios de seleção das empresas era a composição das equipes técnicas multidisciplinares que desenvolveriam essas atividades, sendo que a empresa com maior número de mulheres nas equipes receberia mais pontos nesse critério de seleção (BUTTO & HORA, 2008).

Vale destacar também, a iniciativa inovadora com as chamadas públicas de serviço de ATER para as mulheres realizadas em todos os estados do país em 2010, assim como a formação da Rede Temática de ATER para Mulheres, enquanto espaço de reflexão sobre as diretrizes e orientações da PNATER.

No ano de 2010 é lançada a Lei de ATER – Decreto nº. 7.215, de 15 de junho de 2010, que reforça as inovações referente à ATER setorial às mulheres com ênfase na inserção das mulheres às políticas públicas, além de ter o compromisso de superar as desigualdades históricas da divisão sexual do trabalho em que restringe as mulheres no espaço doméstico da unidade produtiva familiar.

Contudo, estudos e pesquisas já apontam críticas e o não comprometimento político-pedagógico com os princípios e as diretrizes da formulação da PNATER de 2004. Muitos questionamentos circundam o retrocesso com a exclusão da agroecologia, que de acordo com Caporal (2011, p. 2) a Ater deveria atuar “na promoção do desenvolvimento rural sustentável e no apoio a processos de transição agroecológica para o estabelecimento de estilos de agriculturas sustentáveis, **baseadas nos princípios da Agroecologia**”²⁵.

O mesmo autor infere também sobre outras “armadilhas metodológicas” e a inoperância do serviço sistemático à longo prazo às famílias, tal como a inclusão real dos agricultores e agricultoras no processo de desenvolvimento rural.

Em suma, pode-se observar que nas últimas décadas tem ocorrido uma articulação e esforços por parte do governo junto aos diferentes atores e sujeitos que atuam no meio rural a favor de debater

²⁵ Grifo do autor

as questões transversais de gênero, raça/etnia e geração nas políticas públicas de ATER na agricultura familiar (WEITZMAN, 2011).

No entanto, apesar dos avanços realizados, uma das grandes dificuldades apontadas para a efetiva redução da divisão sexual do trabalho no meio rural, têm sido dos/das extensionistas incorporarem as temáticas de gênero, raça e etnia em suas práticas. Afinal, muitas das atividades impulsionadas pelos/as técnicas e políticas públicas, reproduzem o papel natural destinado às mulheres: nos arredores da casa, no beneficiamento de frutas e na segurança alimentar, em detrimento do conhecimento técnico e gerencial da propriedade produtiva (SILIPRANDI, 2002; BUTTO, 2011; WEITZMAN, 2011).

Neste sentido, entendemos que as dificuldades vão para além das apresentadas - não retirando tal importância -, mas será que somente os técnicos/as extensionistas que reproduzem os valores patriarcais? Ou são as instituições e as organizações que não oferecem uma estrutura organizativa, de recursos e formação capazes de internalizar outros princípios nesses profissionais?

Desta forma, as novas institucionalidades e uma sensibilização coletiva, entre o governo e os diferentes atores do meio rural, constituíram-se como passos fundamentais para a afirmação das mulheres enquanto agricultoras, trabalhadoras rurais, portadoras de conhecimento e saberes. Sendo a CMN, um dos agentes animadores desse processo no sertão do Pajeú.

3 . METODOLOGIA

A fim de compreender de que forma a assessoria da CMN têm contribuído no processo de empoderamento das agricultoras do sertão do Pajeú, fez-se necessário um maior aprofundamento teórico referente a ATER no Brasil e ATER para mulheres, marcos para analisarmos os serviços realizados pelo Estado. A pesquisa bibliográfica dos estudos referente às intervenções facilitadas pelos diferentes atores do meio rural como as organizações não governamentais também foram recorrentes.

Para uma aproximação ao universo das agricultoras familiares, utilizamos a observação participativa, além das ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo²⁶ (DRP) e das entrevistas às agricultoras (ver Apêndice), a fim de compreender as relações de gênero e o papel das mulheres na unidade de base familiar.

A observação participativa permite ao pesquisador a interação direta com as pessoas na sua vida cotidiana, compreender melhor suas concepções, práticas, motivações, comportamentos, procedimentos e os significados que atribuem a essas práticas, e, assim, compartilhar a vivência dos sujeitos pesquisados/as, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo da pesquisa, das suas atividades (CHIZZOTTI, 2011; SEVERINO, 2007).

Assim, o trabalho de campo foi realizado na unidade produtiva das mulheres selecionadas, no período de 40 dias, de outubro a novembro de 2013. Essa etapa da pesquisa foi fundamental para analisar o trabalho cotidiano dessas mulheres, conhecer suas histórias de vida, seu processo de empoderamento e suas percepções sobre a assessoria da CMN. Para tanto, foram selecionadas 4 (quatro) mulheres agricultoras, residentes em diferentes municípios do território do sertão do Pajeú, que trataremos a seguir por nomes fictícios. Os nomes foram selecionados a partir da identificação das agricultoras com as plantas que remetiam algum significado em sua vida.

²⁶ O Diagnóstico Rural Participativo é uma derivação do DRR (Diagnóstico Rural Rápido) da década de 1980. Se propõe a um conjunto de técnicas e ferramentas inspiradas nas metodologias da Educação Popular, para que o levantamento de dados nas comunidades possa ser participativo e, desta forma, facilitar para que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la. As ferramentas do DRP prestam muito bem para identificar aspectos específicos de gênero (VERDEJO, 2006).

Referente às melhorias e/ou mudanças na vida das mulheres, assim como suas percepções sobre a assessoria da CMN, utilizamos como instrumento a entrevista narrativa. Segundo Bauer & Gaskell (2008), a entrevista narrativa é classificada como um método de pesquisa qualitativa, de profundidade e motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta utilizada na maioria das entrevistas. Ela emprega um tipo de comunicação cotidiana, o contar e escutar histórias, para conseguir esse objetivo.

As entrevistas narrativas são ricas, pois fazem referência a acontecimentos concretos em um lugar e em um tempo; referem-se à experiência pessoal e tendem a ser detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e ações. Além de serem particularmente úteis para projetos que investigam acontecimentos específicos, tais como um projeto de desenvolvimento, políticas locais ou projetos onde variadas “versões” estão em jogo (BAUER & GASKELL, 2008).

Para a análise da assessoria, utilizamos os mapeamentos das unidades produtivas, a partir de uma perspectiva histórica da trajetória dos agroecossistemas, tendo como foco as relações de gênero nesses espaços e desta forma, podemos analisar como eram as unidades produtivas antes e depois da assessoria. Segundo Altieri (2002, p. 86-88), o estudo sobre os agroecossistemas como uma unidade para a organização do conhecimento, está destinado a revelar tanto a agricultura desenvolvida, as tecnologias utilizadas, a disponibilidade de terra, o capital e a mão de obra empregada. Os agroecossistemas permitem análises a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando suas relações ecológicas e socioeconômicas existentes nas UP da agricultura familiar (PETERSEN, 2007, p. 14).

Desta forma, tal instrumento possibilita: (i) analisar as mudanças – o antes e o depois - da chegada da assessoria da CMN; (ii) os espaços onde as técnicas extensionistas estão mais presentes e de que forma; (iii) analisar outras formas de conhecimento trocadas entre as agricultoras. Neste momento, realizamos também o diagnóstico das espécies – vegetal e animal – existentes na unidade produtiva junto às famílias.

Para a seleção das agricultoras, empregamos a intersecção dos seguintes critérios de seleção: as mulheres que obtiveram maior acompanhamento e monitoramento sistemático pela assessoria e; as mulheres que tiveram maior participação nas atividades e ações realizadas pela CMN. Também fez-se necessário analisar o trabalho desenvolvido pelas técnicas/assessoras – as quais trataremos por nomes fictícios – que trabalham em conjunto com as agricultoras e todo o

processo histórico de atuação da CMN no sertão do Pajeú, via análise documental de documentos, publicações, entrevistas semiestruturadas, além do acompanhamento a eventos, seminários e atividades em que a CMN é coorganizadora ou como organização convidada.

Até o presente momento, realizou-se o acompanhamento como participante observadora em três seminários²⁷ onde a CMN esteve envolvida como instituição convidada ou parceira na organização, no período de agosto de 2012 a abril de 2013. Houve também a participação no Encontro da Rede de mulheres Produtoras do Pajeú nos dias 30 e 31 de janeiro de 2013 em Afogados da Ingazeira/PE.

Realizou-se uma participação de dois dias, 29 e 30 de abril de 2013, na semana do PMA - Planejamento Monitoramento e Avaliação da CMN, em Recife/PE. Essa atividade é de extrema importância para a organização, pois é um momento de imersão em que toda equipe se reúne para refletir sobre as práticas, estratégias desenvolvidas, e concretizar o planejamento estratégico dos próximos quatro anos da CMN. Tiveram participação também, as agricultoras, as redes e as ONGs parceiras.

Referente à área de estudo, abordaremos de forma geral os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais do sertão do Pajeú, uma vez que as mulheres e as famílias selecionadas residem em comunidades e municípios diferentes do território, que são: Afogados da Ingazeira (duas famílias), São José do Egito (uma família), Flores (uma família). Assim, tais métodos e instrumentos possibilitaram a compreensão da assessoria social realizada pela CMN e seu reflexo no processo de empoderamento na vida das agricultoras.

²⁷ *Seminário Gênero e Agroecologia: Diálogos entre a Universidade e as experiências das mulheres agricultoras*, realizado pelo Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) juntamente com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NUPEM) e o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido (NEPPAS), realizados nos dias 23 e 24 de agosto de 2012 na UFRPE - Recife/PE. Neste seminário, houve a participação da Coordenadora da CMN numa mesa redonda de debates, as técnicas e as agricultoras apresentando os trabalhos desenvolvidos junto às agricultoras no sertão do Pajeú; *O 1º Seminário Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco*, realizado pela Secretaria da Mulher de Pernambuco nos dias 11 e 12 de dezembro de 2012, em Recife. Neste seminário, estavam presentes as agricultoras assessoradas e as técnicas da CMN; *III Seminário NEPPAS: caminhos e olhares da agroecologia nos sertões de Pernambuco*, que ocorreu entre os dias 25 a 27 de abril em Serra Talhada/PE. Esse evento é uma iniciativa do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido (NEPPAS/UFRPE), e da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST), sendo a realização, uma parceria dos núcleos em conjunto as distintas organizações governamentais e não governamentais, dentre elas a CMN.

3.1 Área de atuação da Casa da Mulher do Nordeste

A Casa da Mulher do Nordeste está localizada em Pernambuco. No estado, possui dois escritórios, um em Recife e outro em Afogados da Ingazeira, município da microrregião do sertão do Pajeú²⁸ (Figura 2), onde a CMN atua com o Programa Mulher & Vida Rural.



Figura 2: Localização da região de atuação da CMN
Fonte: Casa da Mulher do Nordeste, 2012.

O Pajeú está localizado no Sertão de Pernambuco, ocupando uma área de 10.828 km², que representa 8,78% do território estadual e com uma população de aproximadamente 314.642 habitantes, sendo a população rural 37% do total (IBGE, 2010). Segundo o I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco (SEC MULHER/PE; 2010), dentre os sertões secos, o sertão do Pajeú é a microrregião que apresenta a maior população feminina no campo, com 72.205 mulheres.

A microrregião é composta por 17 municípios²⁹, dos quais, com exceção de Serra Talhada e Afogados da Ingazeira, todos possuem menos de 35.000 habitantes, com uma média demográfica inferior a 80hab/km² e o IDH³⁰ médio de 0,65 (IBGE,2010).

²⁸ A CMN atua em cinco estados (MA, PI, PB, PE, BA) por meio da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste. Mas, é em Pernambuco que realiza ações diretas no âmbito Urbano (Recife, Paulista, Camaragibe e Olinda) e no **espaço Rural** (em 10 municípios do Sertão do Pajeú).

O Sertão do Pajeú encontra-se na chamada Depressão Semiárida ou Sertaneja, uma das mais extensas de Pernambuco. O predomínio é de áreas de baixa declividade, pois mais de 75% da área do Território tem de 0 a 2° e 2 a 4° de declive, o que favorece a atividade agropecuária e a mecanização (MDA, 2011).

Uma forte coesão territorial é dada pela presença do Rio Pajeú que tem uma importância integradora, e de potencial hídrico para a região. O rio Pajeú nasce na serra do Balanço nos limites entre os estados de Pernambuco e Paraíba. O rio é temporário, correndo num curto período de chuvas. Há uma intensa ocupação humana junto aos cursos d'água que, por conseguinte, resulta na ausência ou rarefação das matas ciliares (MDA, 2011).

Caracteristicamente, o Semiárido é formado por um conjunto de espaços que se apresentam pelo balanço hídrico negativo, forte insolação, temperaturas relativamente altas e regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período, em média, de três meses no ano (MOURA, s/d).

As chuvas irregulares e mal distribuídas são caracterizadas pela presença de chuva em alguns lugares mais que em outros e as águas que caem nem sempre são suficientemente armazenadas nos corpos d'água para atender às necessidades da população. Quando esse processo se intensifica, há as grandes secas. Desde 2010 o Semiárido brasileiro passa por uma das maiores secas dos últimos trinta anos, atingindo fortemente as famílias agricultoras em especial as mulheres que são as principais responsáveis pela gestão da água (MOURA, s/d; BAPTISTA et al, 2013).

A vegetação encontrada na região é a Caatinga, com predominância das espécies pioneiras, como faveleira (*Cnidosculus vitifolius*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*) e cactus, como o xique-xique (*Pilosocereus gounellei*), mandacaru (*Cereus jamacaru*) e coroa-de-frade (*Melocactus bahiensis*). Nas áreas com vegetação ciliar, encontra-se com frequência a craibeira (*Tabebuia aurea*), que se desenvolve em solos mais profundos e próximos a rios e alagados (MDA, 2011).

²⁹ A microrregião do sertão do Pajeú é composta pelos seguintes municípios: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo, Tuparetama.

³⁰ Numa escala de zero a um, os IDH até 0,499 – IDH baixo; IDH entre 0,500 e 0,799 – IDH Médio; IDH acima de 0,800 – IDH alto.

A Caatinga é fundamental para a sobrevivência das famílias e das comunidades rurais, principalmente pelo fato de não necessitarem de cuidados especiais, possuírem valor nutricional e de mercado. Outras espécies exóticas, como a palma forrageira, exerce tamanha importância também na região (ORTEGA, 2006, p. 229-242).

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, a caprinocultura e a ovinocultura são atividades de grande relevância para os municípios no sertão do Pajeú, devido à rusticidade e adaptação dos animais às condições do ambiente do Semiárido nordestino. Em relação às atividades da agricultura predominam os cultivos de milho, feijão e mandioca que fazem parte da dieta básica do sertanejo/a (UFRPE; MDA, 2012).

Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, o número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar³¹ no sertão do Pajeú é expressivo, representando 93% do total na região. Contudo, quando comparamos a área média da agricultura familiar (11,6 ha) com a não familiar (98,9ha), observamos a lógica da concentração fundiária do estado de Pernambuco. Esta informação é reforçada com o alto índice de Gini da região (0,825) (HOFFMANN & NEY, 2010).

As atividades não agrícolas que são desenvolvidas na região, a exemplo do artesanato, se orientam pelo resgate dos costumes trazidos ao longo das gerações e que foram preservados por seus descendentes. As peças produzidas normalmente tem se transformado num suporte financeiro para as famílias, principalmente para as mulheres e jovens que tomam a iniciativa nas mais diversas comunidades, associações e grupos de mulheres do Pajeú (UFRPE; MDA, 2012).

Quanto a infraestruturas existentes, ressalta-se a precariedade das estradas que interligam os municípios, com significativa falta de conservação e apoio, o que resulta na deficiência dos sistemas de transportes coletivos e na dificuldade para escoar a produção da agricultura familiar. As obras dos canais da transposição do Rio São Francisco (integração de bacias hidrográficas) estão sendo realizadas e cortam parte desse território, mas são vistas pela população como algo

³¹ O INCRA estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. No Brasil, os imóveis rurais são classificados em Grande: Imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais; Média: Imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; **Pequena: Imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais**; Minifúndio: Imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal. No estado de Pernambuco, 1(um) módulo fiscal compreende áreas com no mínimo 5ha e com o máximo de 70ha, sendo a média no estado de 19,1ha. Os estabelecimentos agropecuários na região do sertão do Pajeú, 1(um) módulo fiscal compreende a 40ha.

externo ao seu cotidiano e que aparentemente não lhe trarão resultados satisfatórios e esperanças para o futuro (UFRPE; MDA, 2012).

A disseminação de tecnologias sociais, práticas e procedimentos apropriados para a convivência com o Semiárido, vem sendo disseminado junto aos agricultores e agricultoras para que consigam produzir de forma sustentável, assim como fortalecer a agricultura familiar camponesa na região (UFRPE; MDA, 2012).

De acordo com Silva (2007), o paradigma da convivência com o Semiárido vem sendo formulados em contrapartida ao modelo de combate à seca – das grandes obras de infraestrutura que não beneficiam a população local –, para a perspectiva de “convivência com os ecossistemas frágeis a partir de processo participativos de resgate e construção cultural de alternativas apropriadas”.

O “pajezeiro/a” tem um sentimento forte de pertencimento com a sua região. As pessoas valorizam e se identificam com vários elementos culturais e ambientais existentes no Território como a dança e a música do forró, a poesia, a vegetação da caatinga, o Rio Pajeú, a força e resistência do sertanejo/a, as comidas do milho e do bode (MDA, 2011).

A seguir abordaremos as estratégias e as políticas institucionais que fundamentam o trabalho de assessoria da CMN junto às agricultoras no sertão do Pajeú.

4. A ASSESSORIA DA CASA DA MULHER DO NORDESTE

A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização não governamental feminista com atuação na capital e no interior do estado de Pernambuco.

A CMN foi fundada no ano de 1980, por um grupo de mulheres do coletivo “Ação Mulher” – uma articulação formada no final dos anos 70 por sindicalistas, acadêmicas, feministas e lideranças populares que buscavam a igualdade e justiça de gênero em razão da situação de pobreza e exclusão sofrida pelas mulheres rurais e urbanas dessa região. É considerada uma das mais antigas organizações não governamentais no Brasil e a primeira organização feminista a tratar das questões relativas à transformação das relações desiguais de gênero no âmbito da organização produtiva e da geração de renda das mulheres (BUARQUE & VAINSENER, s/d).

No estado de Pernambuco, as ONGs feministas³² surgem no mesmo período histórico em que são criadas a maioria das organizações não governamentais do país, na década de 1980. Nesta época, os coletivos e as organizações feministas buscavam criar uma linguagem própria, capaz de orientar seus rumos na construção da identidade das mulheres como novos atores políticos no processo de redemocratização do país (RAGO, 2003). Assim, pontuavam as faces das desigualdades de gênero para além das questões de classe, de raça, de etnia e de geração, a exemplo das “políticas do corpo e as questões da sexualidade” (BUARQUE & VAINSENER, s/d; RAGO, 2003).

Segundo Matos (2005, p. 30-31), as ONGs são agrupamentos coletivos, entidades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos, distinguem-se do Estado (governo) e do mercado (empresa) e identificam-se com a sociedade civil. De acordo com a mesma autora, as ONGs atuam como mediadoras de parcerias entre a comunidade local organizada, setores

³² Na segunda metade da década de setenta e inícios de oitenta, surgiram inúmeras associações feministas no país, como o Centro Brasileiro da Mulher, no Rio de Janeiro, a Associação de Mulheres, de São Paulo, futuramente denominada “Sexualidade e Política”, o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro, o Coletivo Feminista de Campinas, SOS Violência de São Paulo, o SOS Campinas, o SOS Corpo, no Recife, o Maria Mulher, em João Pessoa, o Brasília Mulher, o Brasil Mulher, o Grupo “Sexo Finalmente Explícito”, o Centro de Informação da Mulher – CIM, de São Paulo, entre outros (RAGO, 2003).

públicos e privados na implementação de projetos sociais na busca da construção de uma sociedade mais igualitária e com novas práticas coletivas.

O projeto político da CMN envolve a transformação da sociedade através do enfrentamento das desigualdades de gênero, raça, classe e etnia, buscando fortalecer a organização produtiva, ampliar a representação política nos espaços de poder, estimular e apoiar a ação propositiva feminina. A CMN também atua no sentido de inserir as mulheres nas políticas públicas com o intuito de promover seus direitos humanos e cidadãos (CMN, 2012).

Esses objetivos se concretizam através de dois programas: Mulher, Trabalho & Vida Urbana e Mulher & Vida Rural. Por meio deles, a CMN realiza trabalhos educativos de formação econômica, assessoria técnica e social, acesso aos recursos financeiros e a auto-organização política das mulheres (CMN, 2012).

O público da CMN são as mulheres agricultoras, artesãs, lideranças políticas, militantes e feministas, numa área de atuação que envolve os estados do Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Bahia, por meio da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste. Em Pernambuco, realiza ações diretas no espaço urbano (Recife, Paulista, Camaragibe e Olinda) e no rural (em dez municípios do Sertão do Pajeú) (CMN, 2012).

Assim, apresentaremos as políticas institucionais que norteiam a assessoria da CMN e sua estrutura organizativa, os espaços de articulação e de políticas pública em que atua, assim como sua perspectiva metodológica de trabalho e os principais projetos materializados através do Programa Mulher & Vida Rural no sertão do Pajeú.

4.1 Políticas Institucionais e Estrutura Organizacional em Rede

As políticas institucionais que fundamentam a organização e a sustentabilidade da Casa da Mulher do Nordeste são essencialmente as estratégias de comunicação, mobilização de recursos, articulação em rede e participação política. Todo o trabalho da CMN é efetivado através da articulação em rede a partir de parcerias com diversos sujeitos sociais e atores, especialmente no âmbito do movimento de mulheres (CMN, 2012).

Para Matos (2005, p. 33), as ONGs tem procurado cada vez mais estabelecer redes, para dinamizar diálogos e enfrentar os múltiplos desafios de suas ações, dentre eles: “garantir legitimidade, resolver problemas financeiros (escassez de dinheiro para os gastos necessários), assegurar resultados (promover mudanças ou impactos concretos, por meio de ações) de estrutura organizacional e democratização da gestão”.

Segundo Schmitt (2011), a partir dos estudos e pesquisas realizados por Ploeg e Madson (2008), as redes no contexto rural são passíveis de instrumento teórico e metodológico voltado à implementação de políticas e capazes de orientar estratégias sustentáveis de desenvolvimento rural.

As redes que conformam as sociedades e as economias rurais surgem da combinação entre diferentes elementos (atores, setores, recurso, lugares e atividades) que, em sua articulação, dão origem a distintas trajetórias de desenvolvimento como a formas extremamente diversificadas de configuração social do espaço rural [...], centrada não apenas nas atividades agrícolas, mas na multifuncionalidade dos espaços rurais (SCHMITT, 2011, p. 100).

Desta forma, as redes no meio rural teriam o “papel” de rearticular os processos, as atividades, essencialmente *revitalizar* e *fortalecer* o meio rural pautado pela cosmovisão entre seres humanos com a natureza, incluindo a “contra-estrutura-urbanização”, as mudanças climáticas e a globalização”; capazes de dar suporte a processos sustentáveis de desenvolvimento rural (PLOEG & MARSDEN *apud* SCHMITT, 2011, p. 102). Para tanto, Schmitt (2011, p. 102) adverte: “o rural é composto por múltiplas estruturas e atores, sendo a rede neste sentido, uma das muitas e contraditórias estruturas (ou modos de organização), não se isentando da necessidade de romper com outras estruturas de poder e dominação, seja ela no local e/ou global”.

A equipe da CMN é formada exclusivamente por mulheres. A equipe é multidisciplinar, havendo pessoas com formação em Ciências Sociais, Serviço Social, Economia Doméstica, História, Agronomia, Pedagogia, Engenharia de Pesca, Educação Ambiental, Ciências Contábeis e Administração. Todas elas têm formação feminista e militam no movimento de mulheres, na Economia Solidária e na Agroecologia (BRANDÃO, 2010, p. 5).

Essa pluralidade e diversidade da equipe de trabalho – pré-requisito das políticas governamentais e das cooperações internacionais – fomentam os diálogos em torno das distintas

problemáticas vivenciadas pelas mulheres de forma mais integrativa e complexa, a partir dos diferentes olhares e saberes de cada profissional.

Especificamente em relação às assessoras técnicas que trabalham no sertão do Pajeú, todas são mulheres que, ao longo da sua carreira, buscaram especializações ou cursos de formação direcionada para agricultura familiar ou com enfoque agroecológico. Segundo os relatos das técnicas esse é o grande diferencial da CMN, pois elas realizam diversas críticas à formação técnica do ensino profissionalizante, tal como aos cursos de graduação na área das Ciências Agrárias. Para elas, são raros os cursos que formam profissionais para atuar com a agricultura familiar e, que façam uma discussão de gênero a fim de visibilizar o trabalho das mulheres na unidade produtiva familiar.

O relato da técnica Laura é bem ilustrativo neste sentido, demonstrando a importância de se ter uma equipe técnica formada por mulheres e, principalmente, com conhecimentos sobre as discussões de desigualdades de gênero na agricultura familiar. Laura, quando iniciou o seu trabalho na CMN, realizava um estágio de vivência junto às comunidades na região, e foi neste período que ela foi aprendendo a assessorar as mulheres.

A formação da gente, das Ciências Agrárias é tudo muito voltado para o homem que está no campo. As mulheres não são visibilizadas e, a partir desse trabalho que eu vim fazendo junto com a CMN, foi que eu fui aprendendo também, fui aprendendo com as temáticas, com as formações que a CMN propõe, a ter esse contato maior com as mulheres. Porque a gente sabe que, muitas vezes, as mulheres não são visibilizadas quando é o técnico, um homem que está lá. Eles chegam a procurar o dono da casa, a pessoa, o homem da família que é quem responde por tudo. Na visão dos técnicos homens é isso. E nós, enquanto mulheres, sujeitos também do processo, a gente chega e tem o contato maior com essas mulheres (Laura, técnica da CMN).

Laura também relata algumas dificuldades que encontrava enquanto atuava nos espaços de fortalecimento das mulheres na comunidade, assim como, alguns preconceitos que sofria por ser mulher e técnica trabalhando com as famílias.

Aconteceram muitas críticas, como quando a gente marca reunião com grupo de mulheres na comunidade e perguntam: porque só com as mulheres, e não com os homens também? Mas aí a gente sabe que tem coisas que a gente tem que conversar realmente, que é assunto com as mulheres, das mulheres e elas não se sentiriam a vontade para falar sobre suas questões quando tá o coletivo maior. Então, por isso que tem que ter esses momentos específicos com as mulheres. E a gente, quando chega nas comunidades, tem muito aquilo porque é mulher. Não tem aquela credibilidade que o homem tem. Digamos, temos a mesma formação, mas o ser homem é muito mais valorizado. Isso tem mudado já, mudado muito, porque quando a gente faz o trabalho, de certa forma, ficam as ações ali, fica o que a gente contribuiu pra aquilo acontecer e as pessoas começam a ter credibilidade e saber que as mulheres também são capazes de fazer (Laura, técnica da CMN).

Assim, podemos observar que o trabalho das técnicas não está isento do machismo presente na sociedade, sendo, fundamental que elas passem por um processo de formação política feminista para atuar nos espaços junto às mulheres.

Para assessorar as mulheres e agricultoras, a CMN desenvolve projetos em concomitância parceria com o poder público via convênios e editais, assim como, com as organizações da sociedade civil organizada, dentre elas: a Prefeitura da cidade do Recife, com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres de Pernambuco (Chapéu de Palha Pesca Mulher), o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (PIMC), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Petrobrás Meio Ambiente, Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania.

Também desenvolve parcerias com os movimentos feministas: Marcha Mundial de Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileira; sindicatos e tem apoio de organizações da cooperação internacional, que, atualmente, são: Oxfam, Intermon-Oxfam-AECID (Agência Espanhola), Action Aid-Comic Relief.

Um dos principais parceiros, e que tiveram grande importância no início da atuação da CMN no sertão, foi o Projeto Dom Helder Câmara. Foi a partir do convênio com o PDHC – projeto que previa em sua estratégia de assessoria técnica a perspectiva de gênero – é que a instituição começou conjuntamente com outras instituições, o chamado “marco zero” na região.

Tal período refere-se ao diagnóstico socioeconômico que foi realizado a fim de identificar as problemáticas que as mulheres enfrentavam, e assim, atuar na região. A coordenadora do Programa Mulher & Vida rural ressalta as dificuldades da CMN para trabalhar na zona rural:

Aí que foi o grande desafio da CMN, porque não era fácil na zona rural. Se na cidade é difícil trabalhar com as questões de gênero, porque o patriarcado ainda é muito forte na nossa sociedade, na zona rural é muito mais complexo, é muito mais difícil de trabalhar muitos temas, como a questão da violência que é um tabu imenso ainda, que é um tema bem atual nos nossos dias (Márcia, coordenadora da CMN).

A assessoria técnica prestada pelo Projeto Dom Helder Câmara, normalmente prevê uma ONG parceira para trabalhar com as questões de gênero nas comunidades rurais e assentamentos. Em Pernambuco, a CMN foi contratada para prestar esse serviço no sertão do Pajeú. De acordo com Sidersky et al. (2010, p. 116), a estratégia adotada é aquela que busca o “empoderamento” das mulheres, no sentido de criar condições para que elas consigam expressar suas vontades, consigam agir e ter sua autonomia.

Para isso, as equipes e técnicas das entidades parceiras, a exemplo da CMN, recomendam que o melhor caminho é a criação de espaços reservados exclusivamente às mulheres, inclusive, “para criar a confiança necessária para que as participantes possam se expressar livremente” (SIDERSKY et al., 2010, p. 116). Desta forma, a CMN a partir dessa parceria governamental atua em duas linhas no território: (i) ATER; (ii) Gênero e ATER.

Na primeira linha, a assessoria é voltada para as famílias da agricultura familiar e dos assentamentos rurais da região. Atualmente a CMN assessora um total de 198 famílias distribuídas em 4 (quatro) comunidades e 2 (dois) assentamentos. A segunda linha é específica para as mulheres, para o fortalecimento dos grupos de mulheres, onde a CMN assessora atualmente um total de 30 (trinta) grupos distribuídos no território do Pajeú.

Neste sentido, a Coordenadora do Programa Mulher & Vida Rural, nos explica como a CMN realiza a assessoria às famílias, orientada pela missão de visibilizar e fortalecer o trabalho das mulheres:

A CMN firmou esse convênio com o PDHC e começou a sua atuação de assessoria técnica de gênero com as famílias em geral, mas sempre visibilizando, trazendo muito presente, o trabalho das mulheres, entendendo o olhar de gênero pra essas famílias. Porque a gente sabe, que a assessoria na agricultura familiar, se a gente não olhar para as mulheres, as mulheres passam despercebidas, e quem faz isso são as organizações que trabalham com mulheres (Márcia, coordenadora da CMN).

Como podemos observar, tais linhas são estratégicas para a atuação da CMN no processo de empoderamento das mulheres no sertão do Pajeú. Da mesma forma, a coordenadora ressalta algumas diferenças que existem entre as duas linhas de atuação e as dificuldades que encontram por atuarem com uma perspectiva diferenciada com as mulheres:

É difícil, e existe diferenças sim. Hoje nós temos 6 comunidades onde nós assessoramos as famílias, mas com o olhar para as mulheres. A gente tem algumas dificuldades porque nessas comunidades existem grupos de mulheres também, e a gente, por ser uma instituição feminista e entender que a gente precisa contribuir com a organização das mulheres e fortalecer essa organização, muitas vezes, nós somos criticadas pela própria comunidade, dizendo: ah! Vocês só vêm aqui pra reunir com grupo de mulheres, não dá atenção pra gente! E aí a gente sofre por conta disso. É difícil fazer essa conciliação, mas a gente entende: se tem um grupo de mulheres é o nosso papel fortalecer sem dúvida, empoderar essas mulheres. Porque, numa situação de desigualdade, por mais que toda comunidade sofra com a desigualdade social, com a falta das políticas, ali quem mais vai sofrer, vão ser as mulheres, muito mais que os homens. Quando vem os projetos para aquelas comunidades, são os homens que vão ser os primeiros contemplados. Então, essa é uma discussão que a gente tem que levar para o coletivo, pra associação, para que as mulheres possam acessar, para que as mulheres estejam presentes, para que a produção dela seja visibilizada, que o trabalho dela seja visibilizado e que ela também possa acessar os projetos, que não é fácil. O espaço das famílias é no espaço coletivo, na associação e, por isso, é importante ter os espaços específicos das mulheres. Um lugar onde as mulheres vão estar fortalecidas, porque, se ela for sem estar fortalecida, vai ser passado o rolo compressor por cima delas e vai continuar tudo do mesmo jeito (Márcia, coordenadora da CMN).

Desta forma, podemos observar que a assessoria da CMN, por ser uma instituição feminista, tem favorecido a valorização do trabalho das mulheres nas comunidades. A organização das mulheres em grupos demonstra ser uma estratégia importante, um instrumento aglutinador e facilitador na promoção da auto-organização e no processo de empoderamento das mulheres.

Quando questionado à Coordenadora do Programa, assim como para as técnicas da CMN, o porquê do foco de priorizar as mulheres na família assessorada e se essa estratégia tem favorecido na diminuição da divisão sexual do trabalho ou na reorganização das tarefas entre as mulheres e seus esposos ou filhos/as na unidade produtiva familiar, elas apontam estratégias a curto e médio prazo.

A CMN compreende ser necessário qualificar e aperfeiçoar sua assessoria em dois momentos. No primeiro, seria o trabalho de fortalecer o sujeito mulher subjugado dentro da estrutura familiar e posteriormente trazer a família para as discussões de gênero e da divisão sexual do trabalho, que é um dos principais desafios no qual a CMN tem demonstrado poucos avanços.

Segundo a coordenadora:

Primeiramente, a gente tem que fazer o trabalho com as mulheres. Não que não seja importante com a família. Acho que, com a família, é um segundo passo, porque se a mulher não se sentir acolhida, não se sentir num espaço onde ela possa falar, onde ela possa trocar ideia, onde tem pessoas, mulheres que sofrem, que passa pelos mesmos problemas que ela passa, que tem a vida muito semelhante à dela, que discuta de igual para igual as questões que ela passa. Por ser um espaço dela, ali com o grupo, onde ela vai discutir a questão da produção, da comercialização, organização, a questão da gestão da vida delas, do dia-dia, do filhos. Esse é o espaço importante por isso. Por isso que a gente defende tanto ele. Na minha concepção e pra CMN também é importante que as mulheres vivencie esse processo, pra elas poderem chegar nos espaços coletivos da família, da associação, elas já vão estar mais fortalecidas, e se colocarem nos espaços. Aí sim, há um momento da gente também fazer um trabalho com essas famílias, por que não? Mas, primeiramente, fazer um trabalho com as mulheres (Márcia, coordenadora da CMN).

De acordo com uma das técnicas:

A gente vê que apesar das mudanças serem poucas na divisão do trabalho, porque é um campo que envolve educação, que envolve a cultura reproduzida, que envolve a mídia que reproduz os velhos valores todos os dias da mulher objeto, da mulher capacho do homem, é bem difícil. Mas assim, a gente reflete que não é a CMN que vai chegar lá e mudar a estrutura da família. A CMN vai contribuir com o processo de fortalecimento e que essa mulher fortalecida ela vai conseguir vencer as barreiras da sua casa, da divisão sexual do trabalho. É dado como um grande desafio ainda pra CMN quebrar essa esfera (Mariana, técnica da CMN).

A coordenadora complementa que para avançar na problemática da divisão sexual do trabalho, é importante assessorar toda a família sob a perspectiva feminista e de gênero e não somente as mulheres: *“tá dentro da nossa missão levantar essa discussão, mesmo que seja difícil trazer toda a família para discutir a questão da divisão sexual do trabalho dentro de casa. A gente não tem uma receita pronta, mas que a gente tem que discutir estratégias em como fazer isso, é o nosso grande desafio pela frente, um dos grandes”*.

Notoriamente, as técnicas relatam a importância do trabalho das mulheres para as melhorias na unidade produtiva familiar. Segundo as técnicas, as agricultoras são mais receptivas às inovações, mudanças e práticas ambientalmente sustentáveis e de convivência com o semiárido:

A gente prioriza as famílias, só que o nosso foco, a missão são as mulheres, muitas vezes porque são elas que topam as grandes transformações na propriedade. São elas que são muito mais abertas para a agroecologia, para as grandes mudanças no semiárido. São elas que são muito mais abertas para a questão da saúde, dos alimentos saudáveis, tanto fortalecer os processos de renda, de participação política (Mariana, técnica da CMN).

É louvável sim, trabalhar com as mulheres, porque são as que compreendem com mais facilidade, botam menos dificuldades e, de fato, se a gente for observar quem faz por exemplo, a agroecologia, que é tão difícil de se acreditar, quem faz de fato, são as mulheres. Os homens geralmente não acreditam e, se acreditam, acreditam em partes. Porque se a gente for pensar quais são os princípios da agroecologia, tem princípios que eles não comungam de jeito nenhum, fazem ao contrário, como por exemplo, o respeito entre as pessoas, sua companheira está lá,

essa divisão do trabalho. Então, muitas vezes, isso não acontece. Quando é um trabalho que tem pouca visibilidade, eles não acreditam. Agora, se é um mega projeto, com meio mundo de cimento e tijolo, de construção e de infraestrutura, aí eles acreditam, estão dentro. Mas quando é um projeto que se propõe a você repensar a suas práticas, a trabalhar a questão do quintal, de uma forma integrada, que uma coisa precisa da outra, nada é dispensado, tudo é reaproveitado, aí é difícil você encontrar pessoas que queiram trabalhar com uma proposta dessas. E as mulheres, elas tem mostrado que elas é que fazem isso de fato (Laura, técnica da CMN).

Desta forma, percebemos a importância das mulheres para as melhorias no redesenho dos agroecossistemas, para o fortalecimento político da comunidade e a criatividade a partir das experiências de agroecologia e convivência com o semiárido.

O planejamento e execução das ações da CMN contam com o apoio e a participação de grupos informais de mulheres, associações de mulheres, fóruns municipais e microrregionais de mulheres e organizações mistas com forte inserção feminina (CMN, 2012). No Pajeú, executa ações com os grupos produtivos rurais e urbanos através da Rede de Mulheres Produtoras, das mulheres dos sindicatos de trabalhadores rurais e das associações comunitárias rurais e urbanas.

A CMN também atua em parceria com outras organizações da sociedade civil no âmbito estadual, nacional e internacional, que são eles: o Fórum de Reforma Urbana, a Articulação do Semiárido (ASA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Fórum de Economia Popular e Solidária, Rede Mulher e Democracia, Observatório das Mulheres Negras, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste, Articulação de Mulheres Brasileiras, Secretaria de Mulheres da CUT e Rede de Economia e Feminismo.

Da mesma forma, participa de diversos espaços de controle social e gestão das políticas públicas nos níveis municipal, estadual e nacional (CMN, 2012). Para a CMN, ser propositiva nos espaços de discussão, execução e controle das políticas públicas é fundamental para o seu trabalho na região. Contudo, a Coordenadora do Programa Mulher & Vida Rural, apresenta ser um desafio executar os projetos e garantir a participação da instituição nos espaços políticos, realizando a discussão de gênero, a paridade de homens e mulheres nos conselhos e nas demais redes e articulações que participam:

Pra gente é muito importante estar nos espaços, principalmente de discussão das políticas públicas, da execução e controle das políticas públicas. E, por isso, é um grande desafio pra nós da CMN, de juntar a nossa demanda de campo com tudo que vem da assessoria do dia-dia com as mulheres, do miudinho, tem que tá lá acompanhando toda a execução das ações via os projetos que a gente tem e, com essa ação política, a gente faz, não é fácil, é bem difícil. É um desafio enorme, mas a CMN entende que é muito importante, porque sozinho ninguém vai pra lugar nenhum. É preciso a gente tá conectado com o mundo, conectadas com as outras organizações que também estão atuando nessa área (Márcia, coordenadora da CMN).

Um exemplo desse trabalho que a CMN vem desenvolvendo nos demais espaços mistos e de ação política para inserir as discussões de gênero e assegurar a participação das mulheres, é na ASA (Articulação do Semiárido) de Pernambuco:

Para a CMN estar presente também dentro da ASA (Articulação do semiárido) não é fácil. É muito mais fácil a gente estar presente num espaço onde é só formado por organizações feministas, ou organizações de mulheres, movimento de mulheres, do que no espaço comum como, por exemplo, a ASA, que é um espaço misto, que tem organizações muito mais mistas do que só de mulheres. Hoje, dentro da ASA, só existem duas organizações que são especificamente de mulheres, que é a CMN e o MMTR aqui em Pernambuco. No caso, eu tô falando de Pernambuco. A gente tem muitos embates, muitas discussões para garantir o espaço das mulheres, para garantir as organizações de mulheres lá dentro, garantir toda a discussão de gênero lá dentro, não só política, mas também que as políticas públicas venham a beneficiar as mulheres, principalmente essas tecnologias, porque são as mulheres que mais sofrem com a falta delas (Márcia, coordenadora da CMN).

Um importante espaço de controle social no sertão do Pajeú que a CMN atua desde 2003 é o COMDRU (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Afogados da Ingazeira), composto por associações comunitárias, sindicatos, órgãos governamentais e ONGs. Neste ano, uma técnica da CMN assumiu a Diretoria Social do Conselho e argumenta a importância de ter uma instituição feminista nesse espaço, colocando em discussão as demandas e dificuldades das mulheres:

A gente vê a importância da conquista desse espaço pelo trabalho que a CMN vem desenvolvendo no território do Pajeú. Há dez anos já que a gente vem com um trabalho social com foco nas mulheres. Acredito que um espaço como esse, de certa forma só temos a ganhar, tendo em vista que é importante as instituições que estão diretamente ligadas a esses agricultores e agricultoras estarem presentes num espaço como esse. É nesse espaço que a gente discute todos os projetos que passam para serem executados dentro do município. É aqui que se decide qual instituição parceira atuará, ter voz, propor, trazer as demandas e sugerir melhorias também para as pessoas que estão no campo (Laura, técnica da CMN).

O Conselho também possui um Fórum que é composto por muitas mulheres lideranças em suas comunidades, que são assessoradas pela CMN e que estão presentes nas discussões do COMDRU. Neste sentido, para a técnica:

A mulher que está nesse espaço e que é liderança em sua comunidade, com certeza ela vai tá trazendo suas dificuldades, suas demandas dos seus grupos e vai de certa forma, estar sendo inserida dentro das discussões, das políticas, dos projetos que assim são passados e são também, informados sobre as comunidades, quais são suas prioridades. Então isso é uma estratégia perfeita para que esse desenvolvimento chegue as suas comunidades (Laura, técnica da CMN).

Outros espaços de relevância apontados pela assessoria é a atuação direta da instituição na ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), por meio do GT Mulheres. São discussões a nível nacional e de grande relevância para a CMN, pois são as mulheres discutindo agroecologia para as mulheres, na visão das mulheres e, aperfeiçoando as discussões sobre como se constrói uma assessoria técnica feminista com a perspectiva agroecológica.

Referente às metodologias utilizadas pela CMN, podemos observar que estão embasadas em experiências e práticas educativas feministas, alimentadas principalmente pelo conhecimento da antropologia, da psicanálise, da pedagogia e nos princípios da Educação Popular.

A “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (2005) é uma referência fundamental do trabalho. Os processos de “ação e reflexão” e do “aprender fazendo”, centrados na prática dos grupos de mulheres buscam, em última instância, a transformação das relações sociais, na perspectiva crítica dos movimentos feministas, anti-racistas, da agroecologia e da economia solidária.

Esta estratégia também cria as condições para o fortalecimento da auto-organização das mulheres (BRANDÃO, 2010, p. 6).

O trabalho feito pela CMN com as mulheres se dá a partir de uma relação horizontal em que todos e todas são portadores/as de conhecimentos e são sujeitos da ação transformadora em busca de uma vida mais digna e justa. Para a técnica Laura, a assessoria técnica e social da CMN tem como princípio a emancipação das mulheres, diferente de uma relação de dependência:

A gente nomeia nossa assessoria como uma assessoria técnica social e emancipadora. A gente trabalha nessa perspectiva, de que as pessoas possam ter informações, possam chegar orientações pra essas mulheres, mas que elas também tenham que ser autônomas do fazer, de responder pelo que fazem, que as mulheres tenham autonomia para decidir o que querem fazer ou deixar de fazer. Então, a gente vai muito na orientação, apoia muito na elaboração de projetos, de tá junto no momento de necessidade. A gente não trabalha de uma forma que a gente seja assistencialista. A gente tá pra fazer uma assessoria emancipadora, onde as mulheres se apropriem daquele conhecimento, daquela alternativa, daquela estratégia, e elas sigam, elas tomam de conta com seus próprios pés, sem ter aquela dependência da assessoria: só anda se a assessoria tiver, só se reúne se assessoria tiver. Então a gente não trabalha nessa perspectiva. Então, digamos, é uma assessoria dialogada, compartilhada e há uma troca aí. Ninguém sabe mais que ninguém, eu não sei mais, nem elas sabem mais e a gente faz essa troca de acordo com a realidade de cada uma (Laura, técnica da CMN).

Para tal situação, a CMN propõe uma metodologia que prima pelo planejamento participativo das ações e pela construção coletiva do conhecimento entre agricultoras e técnicas extensionistas. Tais proposições metodológicas foram se consolidando por meio de reuniões, oficinas, visitas técnicas às propriedades e conversas informais, com as mulheres agricultoras, principais sujeitos do Programa Mulher e Vida Rural (TAVARES DE LIMA & AURELIANO DE MELO, 2012).

Cabe ressaltar ainda na atuação da CMN, outro aspecto metodológico, a ação em rede, representando uma ação de fortalecimento da auto-organização das mulheres. Nesse sentido, é possível destacar a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú em que a CMN foi uma das idealizadoras da rede.

Outro elemento metodológico relevante na assessoria técnica realizada pela CMN é considerar o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres no contexto do planejamento do agroecossistema como será abordado nas experiências dos quintais produtivos agroecológicos a seguir, evidenciando a sua importância, tanto quanto a do trabalho produtivo realizado pelo coletivo da família (TAVARES DE LIMA & AURELIANO DE MELO, 2012). Esta abordagem nos apresenta um esforço efetivo em reconhecer e valorizar o trabalho reprodutivo das mulheres no planejamento do agroecossistema familiar.

A CMN também impulsiona as práticas e tecnologias de convivência com o semiárido, a exemplo do uso de biofertilizantes, defensivos naturais, sistemas de cultivos diversificados, criação de pequenos e médios animais nas unidades produtivas. As metodologias de economia solidária, a exemplo do Fundo Rotativo Solidário³³ (FRS), também são fomentados pela instituição nas comunidades assessoradas.

Destacamos também, a realização de capacitações e cursos para a utilização racional da água e a possibilidade das mulheres construírem suas próprias cisternas. A cisterna é um reservatório de águas pluviais, que tem sido bastante usada no Semiárido nos últimos 10 anos. O aumento no uso das cisternas tem como principal responsável a Articulação do Semiárido (ASA), por meio do Programa de 1 Milhão de Cisternas (P1MC), em conjunto com várias outras organizações da sociedade civil de 11 estados brasileiros (MELO, 2010). Os programas voltados para a produção de cisternas têm como população alvo os agricultores pobres do Semiárido sem condições de armazenar água para o consumo familiar. As cisternas são instaladas ao lado das casas dos agricultores ou próximas delas.

Contudo, como observado no estudo de Melo (2010) sobre a água para o consumo doméstico no Semiárido, dificilmente as mulheres são incluídas no processo.

Das decisões que envolvem o programa de cisternas, as mulheres agricultoras praticamente não participam. Isso ocorre mesmo sendo elas as responsáveis pelo abastecimento da água para a família. Assim, quem participa da escolha da propriedade a ser beneficiada pela cisterna e o local da construção é o homem, pois geralmente tais decisões acontecem no âmbito

³³ O FRS é o sistema de poupança comunitária baseada nos princípios de economia na valorização do ser humano e não do capital, sendo caracterizada pela autogestão e pela igualdade entre seus integrantes – construção de uma opção socialmente justa e solidária de acesso a recursos (CMN, 2013).

das associações rurais ou de outras organizações sociais, formadas na maioria pelo masculino. De igual modo, a responsabilidade pela execução da cisterna fica a cargo do homem porque os serviços de alvenaria são realizados por pedreiro e esta é uma profissão tradicionalmente masculina (MELO, 2010).

No entanto, quando há experiências em que as mulheres participam de todo o processo de implementação da cisterna na propriedade familiar, outra realidade se configura a essas mulheres. Em 2002, houve uma parceria entre a CMN e a ONG Diaconia³⁴ no qual promoveram um curso prático de pedreira para 6 mulheres agricultoras do município de Afogados de Ingazeira - PE (MELO, 2010). Tais capacitações e as atividades possibilitaram o ofício de pedreira às mulheres e alguns ganhos reconhecidos por elas: economizar com a mão de obra externa na construção da cisterna, reorganização das atividades domésticas com seus companheiros e maior autonomia com a renda advindo do novo ofício (MELO, 2010).

Como podemos observar, é importante avaliar as estratégias e as políticas que se dirigem ao Semiárido e, principalmente para que as mesmas não reproduzam as desigualdades de gênero presentes na agricultura familiar. E neste sentido, a CMN tem buscado influenciar os espaços políticos – a exemplo da sua participação na ASA –, denotando a importância das mulheres para a convivência com o semiárido. A seguir apresentaremos o Programa *Mulher & Vida Rural* e uma das principais experiências da assessoria da CMN junto às agricultoras no sertão do Pajeú: *os quintais produtivos agroecológicos*.

4.2 Programa Mulher & Vida Rural

O programa Mulher & Vida Rural tem como objetivo fortalecer a capacidade produtiva e de participação política das mulheres nos espaços rurais, por meio da construção de conhecimentos agroecológicos e da auto-organização em rede. Assim, para alcançar tais objetivos, a CMN trabalha suas ações a partir das seguintes linhas estratégicas (CMN, 2012):

³⁴ ONG ligada a área de desenvolvimento rural e humano no sertão do Pajeú de Pernambuco.

- ✓ Formação econômica e política das mulheres: oferecer formação econômica e política, com base no feminismo, na agroecologia e na economia solidária, visando à autonomia das mulheres;
- ✓ Assessoria técnica e social: oferecer assessoria técnica, social e emancipadora, com foco no fortalecimento dos sistemas produtivos e sustentabilidade ambiental para fortalecer processos coletivos de autogestão e organização da produção das mulheres;
- ✓ Auto-organização e participação política: fortalecer a auto-organização das mulheres, sua ação em rede e participação política, para a incidência nas políticas públicas.

Tais linhas estratégicas possibilitam repensar o rural e o Semiárido **com** as mulheres, favorecendo o seu protagonismo, a sua autonomia e o seu processo de empoderamento. Possibilitar que elas sejam cada vez mais atrizes de suas vidas, críticas ao modelo convencional agrícola - de exploração dos recursos naturais e de combate à seca - a favor da agroecologia, da convivência com o Semiárido, de um mercado mais solidário e igualitário aos homens e às mulheres.

Assim, alguns dos programas desenvolvidos pela CMN ao longo de uma década no Pajeú, foram os seguintes: ATER e Gênero; Articulando em Rede, Tecendo Solidariedade; ATER para Mulheres; Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC; Mãos Femininas Preservando a Caatinga; Consórcio Mulher, Democracia e Desenvolvimento; Articulando em Rede, Tecendo Solidariedade: Comercialização Solidária e Sistema de Vínculos Solidários. A seguir, apresentaremos a experiência dos quintais produtivos agroecológicos, uma das experiências que tem favorecido a autonomia e o protagonismo das mulheres na unidade produtiva familiar.

4.3 A experiência dos quintais produtivos agroecológicos

Em 2002, quando a CMN iniciou suas atividades no sertão do Pajeú, foi realizado um diagnóstico³⁵, para compreender a problemática vivenciada pelas mulheres agricultoras. Tal instrumento possibilitou evidenciar a realidade das mulheres naquele período, trazendo a tona suas principais dificuldades: a situação de extrema pobreza e dependência econômica dos maridos, a tolerância à violência doméstica, a invisibilidade e desvalorização do seu trabalho, assim como a desigualdade de poder e tomada de decisão quanto ao agroecossistema.

A partir desse contexto, as primeiras intervenções da CMN tiveram como objetivo responder as questões agrárias e agrícolas relacionadas à falta de acesso à terra e à falta de autonomia das mulheres nas decisões sobre as atividades produtivas na unidade familiar (NOBRE et al., 2008). Assim, com base nos princípios da agroecologia e do feminismo, utilizando metodologias participativas, inicia-se a construção coletiva do conhecimento entre as técnicas extensionistas e as agricultoras nos agroecossistemas (NOBRE et al., 2008).

Desta forma, inicia-se a proposta dos quintais produtivos agroecológicos, com o intuito de potencializar a produção agroecológica ao redor da casa, em áreas de aproximadamente 1/2 hectare, onde as mulheres protagonizariam sua ação (NOBRE et al., 2008). Na divisão sexual do trabalho, a casa na agricultura familiar é representada como espaço de domínio das mulheres, e conseqüentemente a área que a cerca – o arredor de casa – se encontra sob sua forte influência.

De acordo com Silva (2007), os chamados “arredores da casa” ou os “quintais produtivos” têm demonstrado exitosas e múltiplas experiências agroecológicas no semiárido nordestino, sendo reconhecido como um espaço de grande importância não só para a reprodução e sobrevivência da família, como também para a valorização e reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres.

É nele que se faz a experiência das primeiras chuvas, onde as mulheres expressam sua criatividade e organização nos seus sistemas produtivos, desenvolvem práticas inovadoras associadas à saúde e a segurança alimentar de todos na família - o cultivo das hortas medicinais, do manejo e à preservação da biodiversidade - além da captação e o aproveitamento da água. Não desconsiderando também, que nesses espaços se encontram as relações de afeto

³⁵ ALMEIDA & SANTOS, s/d.

e zelo, como o cuidado da educação dos filhos e filhas e de socialização por parte das mulheres (SILVA, 2007).

Segundo Oliveira (2012), o quintal produtivo é:

um espaço nos arredores da casa de agricultores familiares onde é possível realizar uma diversidade de atividades como a criação de animais, o plantio e o manejo de plantas medicinais, frutíferas, forrageiras e legumes e, ainda possibilita trabalhar a educação e as relações de gênero entre homens e mulheres, dialogando com os princípios da Agroecologia, por ser um local de produção do conhecimento que comunga com a estratégia de convivência com o semiárido (*apud* SANTANA FILHO; OLIVEIRA; DELMONDES, ET AL., 2012, p. 5).

Segundo o estudo da Almeida (2007), que analisa os processos de produção dos quintais produtivos de mulheres no sertão do Pajeú, as mulheres exercem um papel fundamental na conservação da biodiversidade (de espécies, sementes), no manejo da água e do solo e utilizam poucos insumos externos e químicos em suas atividades produtivas. Entretanto, segundo a mesma autora, esses conhecimentos pouco têm sido valorizados pela assistência técnica pública, pelas políticas de crédito e pelos projetos de desenvolvimento, apontando caminhos para que a perspectiva agroecológica reconheça os saberes desses espaços protagonizados pelas mulheres.

Para tanto, apresentaremos o processo de sistematização facilitado pela CMN no período de 2004 a 2011, um trabalho em conjunto de quatro agricultoras experimentadoras, assessoradas pela instituição, nos seguintes municípios do sertão do Pajeú: Flores, Afogados da Ingazeira e São José do Egito.

Como principais resultados pode-se destacar: a ampliação e diversificação das espécies de plantas; redução da dependência externa de insumos externos do agroecossistema, a capacidade hídrica e energética, aumentando a segurança alimentar e nutricional das famílias; acesso às tecnologias de convivência com o semiárido (cisternas, fogões agroecológicos etc.); aumento da renda e o acesso aos mercados locais como as feiras agroecológicas; acesso as políticas públicas de escoamento, a exemplo do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) (ALEXANDRE et al.; 2012, p. 13-15).

Alguns relatos deste estudo são bem significativos nesse sentido, a exemplo da agricultora Silvia:

mudei minha consciência sobre os direitos das mulheres e mudei minha relação com meu marido. Adquiri minha autonomia depois que entrei na Escola Feminista. Eu venci os desafios de sair e dormir fora de casa. Não preciso perguntar se posso ir para algum lugar ao meu marido. Quando tenho que ir para algum lugar, comunico e não há problemas. Adquiri muitas experiências, a alimentação melhorou ainda mais, por que sempre valorizei os produtos retirados da agricultura. Hoje através de oficinas, cursos e no convívio com outras mulheres, aprendi a explorar mais os produtos que eu tenho no meu quintal. Com as capacitações e com a campanha do consumo consciente melhorei a minha produção e alimentação mais saudável da minha família (ALEXANDRE et al.; 2012, p. 14).

Teresinha uma das agricultoras também avalia a experiência dos quintais produtivos na sua vida:

mudou porque eu tenho minha renda, meu dinheirinho. Mas a responsabilidade cresceu mais. Para lutar com tanta coisa assim tem que ter responsabilidade e organização. Porque se não organizar você nunca tem nada. Hoje eu tenho liberdade de decidir qualquer coisa dentro da propriedade. Ex: fazer um curral, ampliação do quintal, venda de pasto, alimentação dos animais. Recebo intercâmbios de pessoas de outros estados, de comunidades vizinhas e com isso aprendi muito e adquiri muitas experiências. Participei das reuniões das associações e sindicatos e outras. Conheci mais as políticas públicas e os direitos e deveres de cada um. Hoje tenho autonomia. Tenho meu próprio dinheiro, dou o quanto de ração quiser para as minhas galinhas. Quero que todas as mulheres da minha comunidade tenham acesso e o conhecimento que tenho. Sinto-me importante e valorizada (ALEXANDRE et al.; 2012, p. 15).

Assim, o trabalho com o quintal produtivo apresenta uma rediscussão dos espaços no agroecossistema e uma possível reorganização das atividades entre os membros da família. Historicamente, os quintais são reconhecidos como “espaços de mulher”, que predispõem o reprodutivo e o privado, naturalizado às mulheres, o da “pequena produção”, que não tem significado para a produção econômica e financeira da família. A reorganização do quintal tem demonstrado a necessidade de um novo olhar sobre as potencialidades desse espaço, tanto para a autonomia e para o processo de empoderamento das mulheres, como para o bem-estar da família.

Apesar dos desafios e dificuldades, as mulheres avançam no sentido de compreender os espaços políticos que estão assumindo e como a divisão sexual do trabalho se torna um fator imperativo para que possam exercer de fato sua ação política e cidadã na sua comunidade, na sociedade como um todo. No entanto, um dos principais desafios apontados pelas agricultoras e

pela assessoria técnica na sistematização é a dificuldade de homens e mulheres assumirem igualmente as tarefas domésticas e o cuidado com a casa, a exemplo da explicação da agricultora Teresinha: “*esse negócio de divisão de tarefas em casa com os homens é muito difícil de mudar por conta da criação machista que não se muda da noite pro dia*”.

Assim, quando questionada se a estratégia de ressignificar os quintais foi positiva no sentido de problematizar a divisão sexual do trabalho e não reproduzir historicamente esse espaço como sendo só da mulher, a assessora técnica, Mariana, argumenta:

Eu acredito que foi uma das grandes estratégias da CMN, o quintal produtivo, porque foi a forma mais fácil de chegar perto das mulheres. É através daqueles espaços pequenos, que estão perto da casa, que a família não acredita muito, que é a terra menos fortalecida, menos plantada, menos valorizada. Então essa foi uma das primeiras formas de chegar na mulher, de ela se reconhecer através desse quintal. E esse quintal não só é plantas apenas, mas é a história da mulher ali. Muitas vezes aquele quintal proporcionou intercâmbios pra elas, era ela que ia contar a experiência dela pra outras pessoas que vinham de outra região, de outro país. Então era aquele quintal que levava ela pra uma associação de agroecologia, de pessoas que produzem agroecologicamente no Pajeú. Era ela que de repente, sai do quintal para participar de fóruns, de espaços políticos. Então esse é um espaço de se aproximar das mulheres, do mundo delas e, através desses espaços, contribuir não só pra renda delas, mas para a melhoria da alimentação da casa dela. E a gente percebe também que as famílias que tem quintais produtivos que produzem de forma agroecológica, sobrevivem muito melhor nos períodos de estiagem. Então ele não foi só uma porta pra essa mulher sair de casa, fortalecer a renda, mas foi uma forma dela viver bem nessa região de semiárido de dificuldades. Então o quintal produtivo é uma porta de transformação na vida das mulheres, da renda, dos espaços políticos, da alimentação em casa, do sair de casa e participar de outros processos (Mariana, técnica da CMN).

Assim, a assessoria técnica social pautada na perspectiva agroecológica foi apresentada como uma importante estratégia no processo de empoderamento das mulheres e fundamental para a resistência das famílias nos períodos de secas prolongadas, como a dos últimos três anos.

De acordo com a coordenadora do Programa Mulher & Vida Rural, o trabalho agroecológico na instituição é concretizado a partir da conscientização com as mulheres sobre o

seu trabalho cotidiano. Segundo a coordenadora, as mulheres têm uma ligação muito forte com a agroecologia e muitas vezes não percebem:

Não é que a gente leva, a gente abre essa discussão com as mulheres pra que elas reconheçam que tudo que elas estão fazendo, desde o momento que ela acorda, ao fazer um café da manhã, preparar o filho pra escola, arrumar a casa, almoçar, ir pro roçado, como elas dizem “ajudar o marido”, (que não é ajudar o marido), é trabalhar e é trabalhar muito. Aí a gente faz esse link com a questão da agroecologia, porque as mulheres, elas tem uma ligação muito forte com a agroecologia. Porque justamente como elas trabalham muito e não é reconhecido: trabalha muito em casa, no quintal de casa, plantando, jogam as sementes. O que elas colhem ali, o que está ao seu alcance, aproveitando a água da roupa, aproveitando a água dos pratos, então tudo elas reaproveitam, o resto de comida elas jogam para as galinhas, para os animais. Então as mulheres sem perceber, naquele momento, ela produz de forma agroecológica, o trabalho dela já é de forma agroecológica. E quando a gente começa a discutir isso com elas, elas começam a perceber que esse trabalho é um trabalho que tem valor, que é um trabalho e é agroecológico. Porque é um trabalho que ela não usa produtos químicos. Que elas trabalham ali ao redor de casa, reaproveita tudo que está em volta dela, a terra que tá em volta dela...as galinhas, elas vendem e pegam o dinheiro que é para a economia da casa, que é pra investir na casa, pra comprar comida que ela não produz, pra comprar uma roupa pra um filho, pra comprar um caderno...Os ovos da galinha também elas aproveitam, elas vendem e já pegam esse dinheirinho também, já compram coisas que elas não produzem. Então, a gente faz com que essa discussão, que elas entendam que o que elas produzem elas estão produzindo de forma agroecológica, aproveitando tudo que tá em volta delas, e reaproveitando e trabalhando com o que a natureza tem em torno delas. É isso que a gente faz. É essa ligação do trabalho da mulher, que é a relação que a mulher tem muito forte com a agroecologia, que ela produz de forma agroecológica e, muitas vezes não sabe (Márcia, coordenadora da CMN).

Neste sentido, debruçamo-nos sobre a organização do trabalho na unidade produtiva familiar e o papel dos serviços de ATER para potencializar as atividades das mulheres – a importância do seu papel produtivo e criativo para a reprodução das famílias no semiárido.

Procuramos problematizar que os espaços (públicos e privados) que homens e mulheres assumem são fundamentais para a superação da cultura patriarcal latente em nossa sociedade, assim como as formas do trabalho associativo em rede têm contribuído para o fortalecimento das

mulheres no seu âmbito privado, para renegociar as atividades e responsabilidades com seus maridos e filhos/as.

A seguir trataremos das Histórias de Vida das agricultoras camponesas e seu processo de empoderamento a partir das ações e iniciativas realizadas pela CMN. Para tanto, analisaremos o mapa da unidade produtiva ao longo dos anos, período esse que corresponde o antes e o depois da assessoria da CMN. Ressaltamos que as Histórias em análise são exemplos de famílias caracterizadas pela agricultura familiar camponesa, compreendendo uma racionalidade e um modo de vida próprio.

Segundo Sabourin (*apud* MENDRAS, 1976, p. 13), em relação à agricultura familiar camponesa, cabe uma breve explanação sobre a lógica e as práticas características das comunidades rurais camponesas, sendo elas: (i) o grau de parentesco – os membros da comunidade são descendentes de um ancestral comum e conservam laços de parentesco; (ii) a localidade – a maioria das comunidades do Nordeste se originam do desdobramento ou da divisão de grandes fazendas; (iii) a reciprocidade – que se expressa por meio de formas de solidariedade, tanto no campo material, simbólico ou da fala, que permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana.

5. HISTÓRIAS DE VIDA: UM OLHAR PARA A UNIDADE PRODUTIVA FAMILIAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

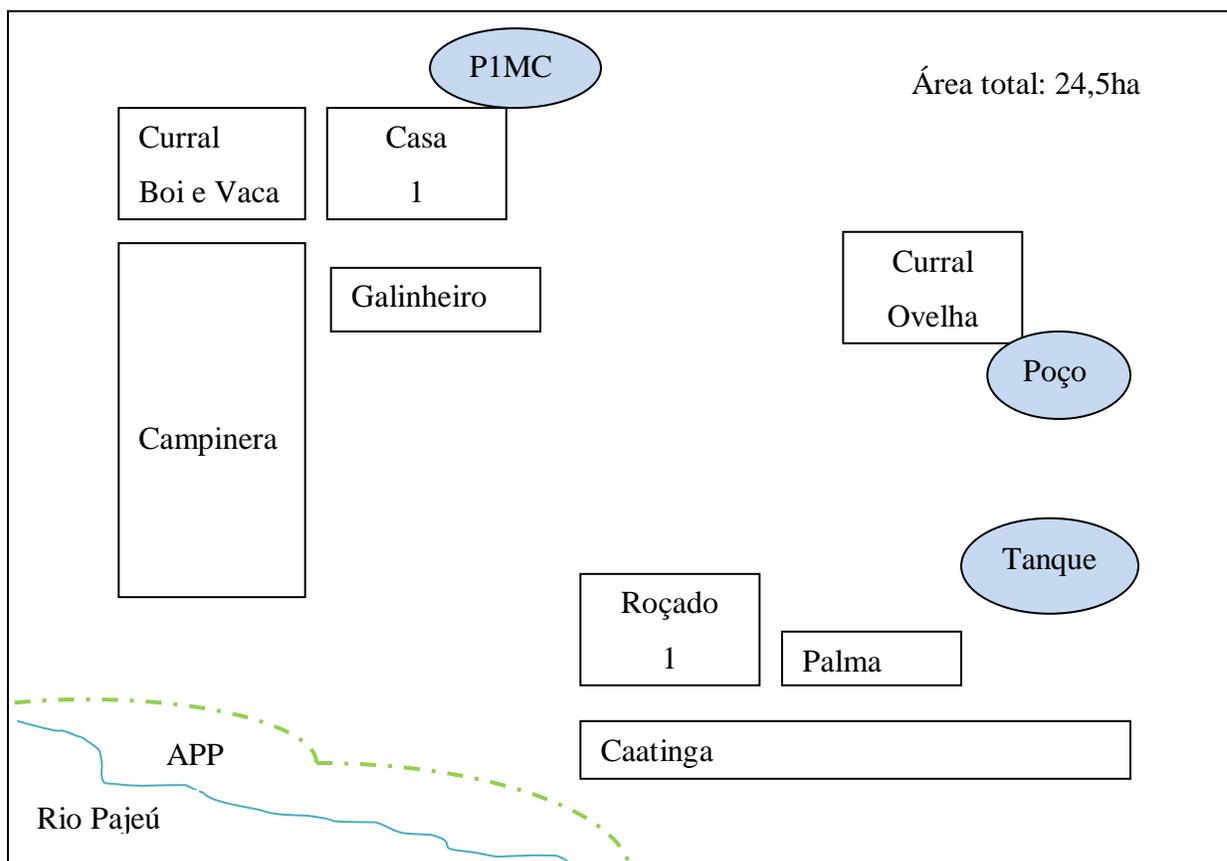
5.1 A História de Dona Rosa Jatobá: a mulher que luta pela terra

A História de D. Rosa Jatobá³⁶ é parecida com a de outras mulheres sertanejas, nascidas na cidade de Patos, no alto sertão da Paraíba. Muito jovem, ela se casou com Tião, um vaqueiro da fazenda Lagoa D’outra Banda, situada no município de São José do Egito, Sertão do Pajeú. Lá foram viver e tiveram seus cinco filhos: Helenice (32 anos), Eliete (27 anos), Arnaldo (25 anos), Luciano (20 anos), Fabrício (18 anos) período em que a família enfrentava muitas dificuldades e sofria pelas distintas vulnerabilidades socioeconômicas: não detinham a posse da terra e não tinham acesso aos serviços públicos, como transporte, rede elétrica, educação, saúde etc.

Na época, a família trabalhava como empregados/as para um fazendeiro local em troca de um salário mínimo e do direito de manter um pequeno roçado, com o plantio do milho, do feijão, criação de animais, cultivo da palma e do capim, chamado por “campinera” pelos agricultores/as (ver Figura 3).

³⁶ A planta preferida de D. Rosa é o Jatobá: “Traz saúde para as pessoas, ela é medicinal”.

Mapa da Unidade Produtiva – Dona Rosa Jatobá
Antes da Assessoria da CMN (1995 - 2005)



Legenda:

APP: Área de Preservação Permanente

Figura 3: Mapa da Unidade Produtiva – Dona Rosa Jatobá/Antes da Assessoria da CMN (1995 - 2005)

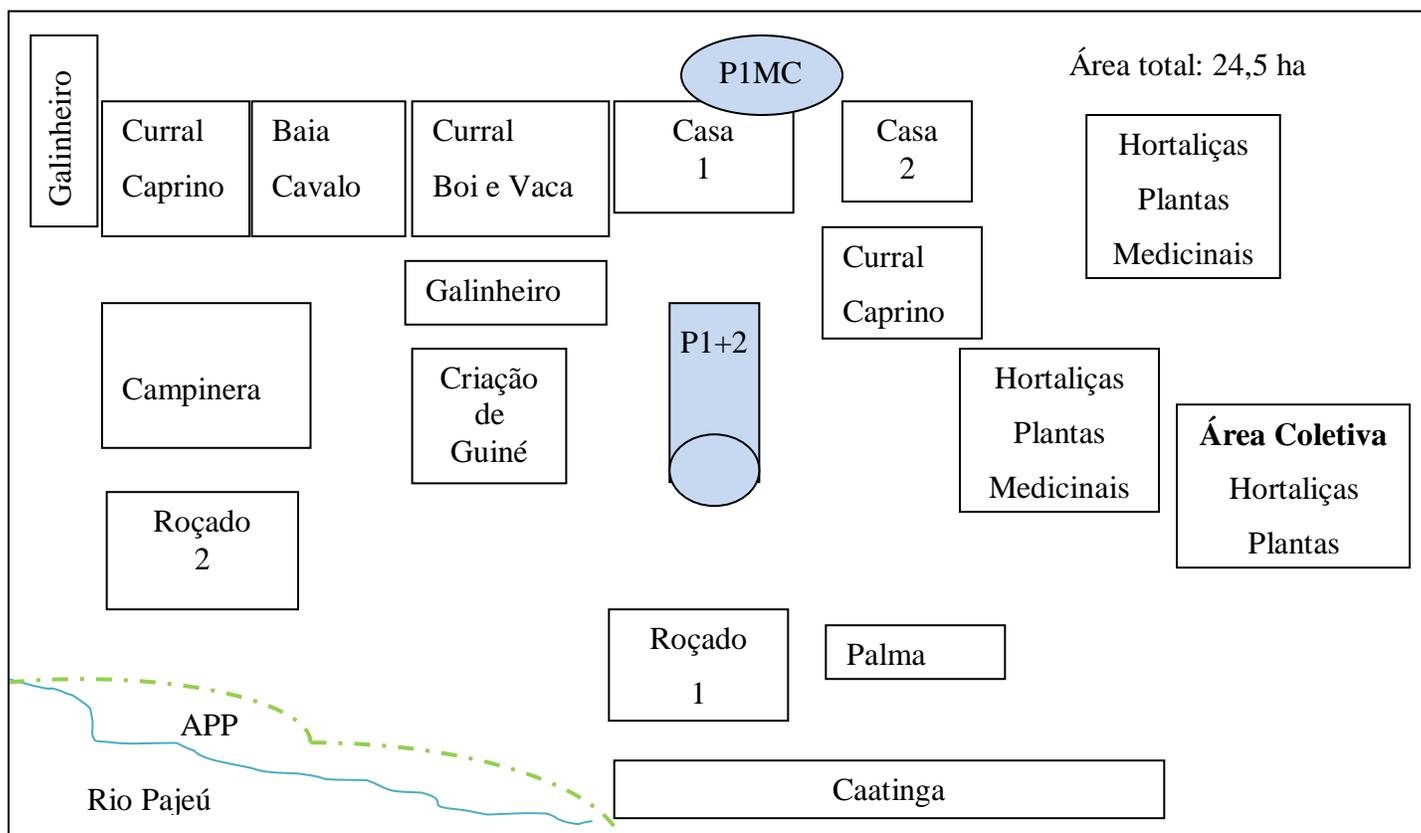
O fazendeiro endividado e sofrendo pressão social vende suas terras para o INCRA e, desta forma, a partir do processo de Reforma Agrária e do engajamento das mulheres – mãe e filhas – na Comissão Pastoral da Terra (CPT), a família torna-se assentada, sendo D. Rosa a titular da propriedade.

Segundo Van der Ploeg (s/d, 19), “a terra constitui no pilar central da base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir certo nível de independência”. Ou seja, ela é fundamental para a autonomia e para o

desenvolvimento de uma base de recursos (naturais e sociais) autogeridos pelos/as agricultores/as camponeses/as.

Assim, apesar das adversidades e da precária infraestrutura no meio rural, com a posse da terra, um novo cenário configura-se para a família: passam a ter autonomia para realizar melhorias e modificações na propriedade, a exemplo da estratégia de diversificação da produção (ver Figura 4), período concomitante ao início da atuação da assessoria da CMN na propriedade.

Mapa da Unidade Produtiva - Dona Rosa Jatobá
Depois da Assessoria da CMN (2005 - 2013)



Legenda:

APP: Área de Preservação Permanente

Figura 4: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Rosa Jatobá/Depois da Assessoria da CMN (2005 - 2013)

D. Rosa tem 59 anos, é uma mulher negra, forte, uma liderança na sua comunidade e região. Apesar dos poucos anos de estudo, pois só tem a 4ª série de ensino, nunca deixou de realizar seus experimentos na agricultura e inovar na sua propriedade. Muitos dos seus conhecimentos ela nos revela terem sido repassados pelos seus pais, e que, apesar de ter sido criada na cidade, o seu cotidiano no campo foi mostrando a importância de colocar em prática esses ensinamentos:

Porque desde pequena eu morava em cidade, mas depois que eu cheguei aqui, em 1977, nem energia tinha. E eu achava muito difícil comprar minhas verduras no sábado, pra no meio da semana, elas já estavam estragadas. Foi mesmo a comunidade, a propriedade, que me ensinou minhas lições de vida. As minhas necessidades. E é porque na verdade meus pais era agricultor (Dona Rosa).

Para a agricultora, trabalhar com a agricultura de base ecológica é uma prática que ela sempre realizou, mas não tinha consciência da importância do seu trabalho para a preservação do meio ambiente:

Eu comecei logo a construir minhas hortazinhas agroecológicas, mesmo sem eu saber que era isso. Mas eu já estava praticando. Os retrazos das hortaliças eu trazia pras minhas galinhas, eu já tratava as minhas galinhas orgânica, eu já fazia cobertura morta sem participar de nenhum intercâmbio. Porque, quando tava no tempo meio seco, eu pegava aquelas folhas secas e fazia cobertura nos pé de bananeira, nos pé de goiabeira. Eu já tava trabalhando no orgânico sem receber nenhuma aula. Aí por isso hoje, pra eu trabalhar assim nessa agricultura de hoje, na agroecologia, nada de agrotóxico. Pra mim é manero (Dona Rosa).

Quando questionamos o que é agroecologia para D. Rosa, ela nos diz: “a agroecologia é assim: a gente trabalhar sem os agrotóxicos, sem as queimadas, só com produto orgânico, não usar semente transgênica, tá com a nossa sementinha crioula, não desmatar, contribuir com o meio ambiente”. Podemos observar na sua fala que o conhecimento repassado ao longo dos anos pelos seus pais representa o acúmulo histórico de saberes e práticas que D. Rosa resguarda a favor da biodiversidade.

As estratégias autônomas, de para tomar decisões e conduzir suas próprias ações na sua comunidade, a exemplo do banco de sementes, uma iniciativa do grupo de mulheres “Nova

Esperança”, do qual D. Rosa faz parte, têm possibilitado também a redução dos custos com a compra de sementes do governo ou das empresas privadas, favorecendo na soberania e segurança alimentar das famílias.

Referente ao processo produtivo, a família tem como estratégia a perspectiva agroecológica e a diversificação da produção, a fim de otimizar os recursos e os insumos dentro da pequena propriedade: o plantio consorciado com árvores frutíferas, nativas, forrageiras e plantas medicinais; o roçado diversificado; a utilização de biofertilizantes e adubação orgânica; o plantio e armazenamento de sementes crioulas; as “armadilhas”, que são os experimentos naturais elaborados pela própria família, a fim de combater as pragas e os insetos; a não utilização dos agrotóxicos etc.

Na propriedade familiar, há uma área coletiva de onde o grupo de mulheres (D. Rosa e suas filhas) faz parte, desenvolvendo o plantio de hortaliças e plantas medicinais, fortalecendo os laços de solidariedade, trocando saberes e conhecimentos:

Quando uma tem uma semente, que ela planta e que germina bem. Aí ela diz: essa minha semente, esse fruto vai dá bom, essa hortaliça vai dá boa, eu vou dar umas mudinhas pra você. Se eu tenho, umas galinhas boas, de qualidade e aí a outra não tem, vamos trocar uma ninhada de ovos? Vamos. A gente troca e ela fica com as galinhas iguais as minhas. E assim, sucessivamente. E as sementes crioulas, sem transgênicos também. A gente troca entre a gente mesmo e todo mundo sai ganhando (Dona Rosa).

Assim, podemos observar que esse espaço coletivo protagonizado pelas mulheres representa o resgate tradicional e cultural das sementes crioulas, possibilitando a multiplicação da diversidade de espécies vegetais e animal na sua comunidade, tal como o acesso livre aos recursos naturais por todas elas.

É importante destacar que a propriedade da D. Rosa possui uma Área de Preservação Permanente (APP)³⁷, pela proximidade do Rio Pajeú. Ela e sua filha mais nova têm preservado essa área com o reflorestamento das árvores nativas, atividade que também é impulsionada e apoiada pela assessoria da CMN.

De acordo com o diagnóstico junto à família, foi possível mapear 56 espécies vegetais, dentre elas nativas, forrageiras, frutíferas, hortaliças e medicinais, como podemos ver no Quadro 1 seguinte.

Quadro 1: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Rosa – 2013

Mapa do Agroecossistema 2013						
Categoria	Medicinais	Hortaliças	Frutíferas	Forrageiras	Nativas	Roçado
Espécies Vegetação	Hortelã	Cuentro	Maracujá	Cana	Mandacacu	Milho
	Capim Santo	Cebola	Limoeiro	Capim búfalo	Agaroba	Feijão
	Saião	Cebolinha	Coqueiro	Capim elefante	Sabiá	Soja
	Erva Cidreira	Couve	Mamoeiro	Sorgo	Jatobá	Sorgo
	Terra me ensina	Pimentão	Graviola	Palma	Mulungu	Jerimum
	Algodão	Jerimum	Bananeira	Gandú	Ingazeira	Melância
		Tomate	Cajueiro	Leucena	Jurema	
		Alface	Melão	Glericídia	Barauna	
		Rúcula			Catingueira	
		Cereja			Juazeiro	
		Melância			Umbuzero	
					Caatinga Branca (Quebra faca)	
					Umburana de Cheiro	
					Angico	
					Quixabera	
					Aruera	
					Alecrim	
					Imbiratanha	
				Chumbinho		
				Moleque-Duro		
Total de espécies: 56						

³⁷ O Código Florestal atual estabelece como áreas de preservação permanente (APPs) as florestas e demais formas de vegetação natural situadas às margens de lagos ou rios (perenes ou não); nos altos de morros; nas restingas e manguezais; nas encostas com declividade acentuada e nas bordas de tabuleiros ou chapadas com inclinação maior que 45°; e nas áreas em altitude superior a 1.800 metros, com qualquer cobertura vegetal.

D. Rosa se dedica à criação de galinhas, patos, e guinés (ver Quadro 2), juntamente com a produção de queijo. A comercialização das aves (vivas ou abatidas), ovos e queijos é realizada por ela em sua comunidade e na Feira Agroecológica do município de São José do Egito. Para complementar a renda, D. Rosa também comercializa hortaliças e frutas nas mesmas localidades.

Quadro 2: Categoria de Espécie Animal do Agroecossistema da D. Rosa – 2013

Espécie Animal	Bovino		Quant.
		Boi	2
	Vaca	3	
	Bezerra	1	
	Garrote	1	
	Garrota	1	
	Caprino		16
	Ovino		5
	Equino	Cavalo	1
	Avicultura	Galinha	20
		Guiné	25
		Pato	1
Total de espécies: 5; Quant. 76			

O dinheiro adquirido por D. Rosa na comercialização do excedente da produção (média de R\$80,00 por semana nos períodos sem seca) é revertido para produtos (material de limpeza) e alimentos (macarrão, açúcar, carne), que a família não produz. Contudo, ressaltamos que com a forte estiagem dos últimos três anos, a produção de queijo e hortaliças tem sido fortemente comprometida, reduzindo para menos da metade o número de animais (antes da seca havia 23 bois e hoje há apenas 8) e a diversidade das culturas na propriedade.

A seca não só prejudicou a família com a perda dos animais, mas também na redução das espécies nativas que servem de ração animal (mandacaru, capim búfalo, sorgo e capim elefante), acarretando em gastos anteriormente desnecessários e que eram assegurados pela própria família.

Neste sentido, seu relato expressa o impacto da seca na sua vida e na criação dos animais:

O impacto é muito grande. Porque a gente nota uma diferença muito grande, começando pelos nossos animais que a gente teve que desfazer mais da metade pra não deixar morrer de fome. Porque a gente não tem condições de sustentá-los. Toda a ração que a gente tem, têm que vir do armazém, e a gente não tem essa condição de toda hora ter que comprar

a ração. Com essa seca, a gente também não tem a ração nativa e a ração que a gente arruma ali nas nossas hortaliças é muito pouca, só dá para os pequenos animais, alguma ovelhinha, alguma cabra e as galinhas também. Porque elas dependem muito das hortaliças e dos retraços (coentro, cebolinhas, folha de alface) que são as sobras que não presta pra comer, nem pra vender. E o que a gente traz, já é o alimento das galinhas. A gente não pode faltar com eles e a diferença é grande. A gente perdeu muito, não perdeu por morte, a gente perdeu porque vendeu barato, mas é aquela coisa, é melhor perder no boi do que perder o boi todo (Dona Rosa).

Apesar do contexto de adversidades, D. Rosa e sua família ainda têm conseguido resistir e manter, mesmo que em menor quantidade, a produção para o autoconsumo e a comercialização do excedente, gerando renda e alimentos nutritivos, livres dos agrotóxicos para todos/as. Um dos fatores que fortalecem a sobrevivência dessa família de forma digna e ambientalmente sustentável são as experimentações em estratégias de produção e de tecnologias alternativas facilitadas pela assessoria da CMN e outras organizações com que a família possui relação ou recebe apoio.

A assessoria da CMN iniciou seu trabalho na unidade produtiva em 2005 e, desde então, tem possibilitado o fortalecimento das mulheres na comunidade, assim como melhorias para a família de D. Rosa. A primeira delas foi a construção dos silos para o armazenamento de ração e forragem para os períodos de estiagem. Houve a construção de uma cerca elétrica para a criação das ovelhas, que serve para contenção dos animais e não causa degradação ambiental, resultante da retirada da madeira das árvores para fazer a cerca tradicional.

Outra ação importante foi o projeto de galinhas em 2009, que posteriormente culminou no FRS (Fundo Rotativo Solidário), autogerenciado pelo grupo de mulheres do qual D. Rosa faz parte. Tal iniciativa, protagonizada pelas mulheres, trouxe alguns ganhos como: o aumento da produção, da renda e a conservação das sementes crioulas de espécie animal na comunidade. Assim, quando questionada sobre a importância dessa poupança solidária, D. Rosa esclarece:

O FRS é de grande importância pra gente, porque foi um projeto da CMN e ela trouxe para nos ajudar. Dentro dele a gente tá tendo as nossas formas de trabalhar. A gente vem fazendo o que necessita dentro do grupo, dentro da nossa comunidade e é com ele que a gente reforma as nossas necessidades. O bom que quando a gente tá precisando de uma

quantia pra gente aprofundar nas nossas plantações, a gente não vai se desfazer de um animal que a gente tem. Porque a gente tem um fundo, ele está rodando entre as mulheres. Aí aquela que precisa, a gente pronto, tem esse aqui. Aí você já pega esse e vai se organizar com ele. Depois com o tempo, ela volta com ele pra cá. E se outra precisar, aí a gente fica nesse manejo (Dona Rosa).

Em 2013, a família também foi beneficiada com o fogão agroecológico, tecnologia que implica diretamente na redução do trabalho da D. Rosa com o preparo dos alimentos, além de contribuir com a redução do gasto da lenha nativa.

Referente à disponibilidade de água no assentamento, ela é muito limitada e por isso são utilizadas tecnologias como as mandalas (reservatório de água para o cultivo de hortaliças) e de gotejamento, que favorecem na economia do recurso hídrico na propriedade – iniciativas também impulsionadas pela CMN.

D. Rosa e suas filhas aproveitam também a água acumulada em pequenos barreiros para garantirem o cultivo das hortaliças e frutas. Atualmente, a família possui duas cisternas: P1MC (16 mil litros), adquirida em 2007 pelo Pró-Rural, que é utilizada para o consumo humano; a cisterna P1+2 (uma terra e duas águas de 52 mil litros), adquirida em 2013 por meio da ONG Diaconia, destinada para a produção da família.

Assim, a agricultora expressa a importância dessas tecnologias de armazenamento de água para sua família: *pra nós é uma experiência muito boa, porque é uma tecnologia que a gente não conhecia e depois das participações que a gente tem nas reuniões, dos encontros, a gente descobre que tem muito valor receber um benefício desse, é muito bom.*

Quanto às capacitações e às formações continuadas que a D. Rosa e suas filhas receberam da assessoria da CMN, os intercâmbios com as experiências agroecológicas e as formações de gênero foram apontados como os momentos de maior aprendizado, fundamentais para a sua autonomia e melhora da autoestima:

Nesses intercâmbios, a gente viu a experiência de como os outros agricultores podiam sobreviver. Aquela experiência que a gente não tinha a gente aprende lá. A gente aprendeu como fazer os defensivos naturais, como também plantar nossos canteiros consorciados (quando você planta 2 ou 3 culturas diferentes). A gente aprendeu a formação do canteiro e que as águas dos canteiros já vão servindo para as fruteiras.

Tudo isso a gente aprendeu nos intercâmbios, as trocas solidárias a gente aprendeu lá (Dona Rosa).

Para D. Rosa as trocas solidárias são momentos de troca de experiência, conhecimento e prática. Afinal, hoje ela reconhece que sua experiência e sabedoria foram aperfeiçoadas e construídas a partir desses momentos/espços de partilha entre os/as agricultores/as:

A gente leva um produto que a gente tem e troca por aquele que a gente não tem. Porque às vezes, eu tenho um produto, e esse produto é bom. E eu não vou trocar e nem vou dá a ninguém? Assim eu tô sendo muito egoísta né, tô ficando só. E se eu levar e trocar, eu trouxe mais experiência (Dona Rosa).

Quando questionamos a importância dos intercâmbios e como esse conhecimento é operacionalizado, ela esclarece:

Apliquei trabalhando, fazendo do jeito que eu via lá e recebia algumas aulas também. Sempre quando a gente vai, depois a gente tem uma aula. Porque quando a gente recebe toda aquela orientação, e a gente vai praticar e vê que dá certo do jeito que você viu lá. Hoje os nossos tomates, isso a gente aprende lá. Aprende lá fora e traz pra cá. E hoje eu me sinto feliz. Porque eu posso dizer: faça assim que dá certo e aquela pessoa vê que dá certo mesmo (Dona Rosa).

Quanto às formações e discussões de gênero, D. Rosa afirma ter sido muito importante para a conscientização e valorização do seu trabalho, assim como a necessidade de toda atividade, independentemente de ser em casa ou no roçado, ser uma responsabilidade de homens e mulheres conjuntamente:

Pra mim foi muito importante, até porque eu já vivo isso. Porque aqui é assim, eu conheço e eu entendo que o trabalho da mulher não é só dela e o trabalho do homem não é só dele não. Os homens aqui de casa não dizem isso não: se eu sou homem não vou fazer serviço de mulher não. Aqui a gente divide as tarefas, tanto faz ser homem como mulher aqui não tem diferença (Dona Rosa).

A filha mais velha de D. Rosa, a Helenice, também teve a oportunidade de participar das formações da CMN, a exemplo da Escola Feminista, um curso com duração de 7 (sete) meses voltado para as lideranças e agentes de desenvolvimento em suas comunidades. É importante destacar a trajetória de Helenice, pois desde muito cedo esteve engajada com as problemáticas da sua comunidade, como a sua mãe: foi professora do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), secretária da associação comunitária e coordenadora do grupo de jovens do assentamento. Atualmente, ela presta serviços e formações à CMN e outras instituições na região. Assim, ela relata:

O contato mais forte que eu tive com a CMN foi quando eu vim participar da Escola Feminista. Foi quando a gente veio conhecer mais a questão do nosso direito, a questão da igualdade, onde a gente pode estar se expressando. O momento da igualdade mesmo entre ser humano e saber distinguir as coisas. E eu só tenho que agradecer, não só a CMN, mas as outras entidades a nos conhecer. Porque depois da CMN foi onde foi abrindo linhas a outras entidades a conhecer nossa comunidade, o grupo, nós mulheres, o nosso profissional. Porque eu participei não só de trabalho na CMN, mas depois da CMN eu prestei serviço à CPT, que foi onde fez com que eu crescesse também, a questão do trabalho da terra, a luta das mulheres, foi só pra fortalecer. A CMN veio só pra fortalecer (Helenice).

Assim, quando questionamos à D. Rosa sobre o processo de execução e acompanhamento dos projetos pela assessoria, ela diz que há todo um cuidado e esclarecimento desde o planejamento até a finalização, diferentemente de outras instituições que já estiveram em sua propriedade:

Primeiro vem o planejamento. Depois do planejamento ela traz a proposta, vê o tempo certo e depois da proposta a gente analisa. Se der pra gente, a gente aceita. Aí, vamos trabalhar no processo do projeto. Então elas vêm com uma proposta, discute essa proposta e se a família topa, dá andamento no processo. Porque você sabe, que não é chegar, dá a proposta e a gente dizer eu quero e o projeto sair. A gente tem uma demanda pela frente. Porque se precisar deu plantar algumas mudas pra acessar esse projeto, eu tenho que plantar e ela tem que acompanhar. Ver se eu tô mesmo nesse processo certinho. Porque já passou por aqui, projeto que já chegou aqui e a gente recebeu as mudas, o quite, todo mundo recebeu e uns plantaram e outros não. Aí quando a assessoria

chegava na minha área, tirava as fotos. Pronto tá bonitinho e vai embora. Mas na real não era assim. E eu acho boa essa assessoria da CMN, porque ela acompanha direitinho, passo a passo (Dona Rosa).

D. Rosa ressalta a importância dos conhecimentos adquiridos por meio da CMN e sua relação com as assessoras:

A minha avaliação é que é muito bom. Porque tudo mudou. Eu aprendi mais conhecimento, como lutar, como viver dentro de uma pequena área. Poder consorciar com diversas culturas. E que tá dando para o nosso consumo, as nossas hortaliças, as rações para os animais. E os alimentos que a gente tá tirando pra gente que é muito importante. Porque é tudo orgânico e também dá pra gente comercializar. A CMN trouxe muita ajuda. Eu tenho muito que agradecer (Dona Rosa).

Atualmente a família de D. Rosa também recebe assessoria de outras instituições, como a do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Egito e do INCRA. No entanto, com relação às instituições governamentais, a exemplo do INCRA, percebemos que o trabalho não sistemático acaba por desacreditar a família, como exposto no relato de D. Rosa:

A assistência técnica do INCRA é muito difícil e quando eles vêm é muito rápido, só pra regularizar alguma coisa. Houve o caso uma vez, de mobilizar a comunidade para regularizar a relação de beneficiários, incluir as famílias e só. Aí quando a CMN vem 2, 3 vezes no mês é muito bom. Respeita, traz conhecimento e fica o desenvolvimento dentro da comunidade (Dona Rosa).

Com relação às políticas públicas, D. Rosa e sua família recebem o Bolsa Família e o Seguro Safra. Contudo, possuem dificuldades para acessar as demais políticas destinadas à agricultura familiar, a exemplo dos programas de crédito ou de comercialização institucional do Governo Federal (PAA e o PNAE), pois D. Rosa possui a DAP³⁸ provisória, devido aos entraves de regularização do INCRA.

³⁸ A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É indispensável para acesso a políticas públicas como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar e Habitação Rural.

Sobre as políticas direcionadas às mulheres rurais, D. Rosa afirma ter conhecimento do Pronaf Mulher³⁹ e da ATER setorial Mulher, mas nunca acessou o crédito ou recebeu o serviço de assistência técnica pelo governo federal. Segundo Hernandez (2010), em seu estudo no Rio Grande do Sul, essa realidade é recorrente, uma vez que o Pronaf Mulher pode ser um possível instrumento para a autonomia e reconhecimento das mulheres rurais, embora, até recentemente, as mulheres tivessem um limitado acesso a esse programa.

Quanto aos espaços políticos, D. Rosa é uma liderança comunitária, com inserção no movimento de mulheres e sindical. Atualmente, ela é a presidenta da associação comunitária do Assentamento de Lagoa D'outra Banda; faz parte do grupo de mulheres “Nova Esperança” da sua comunidade há mais de 7 (sete) anos; integra a comissão municipal de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Egito e, é sócia-fundadora da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, organização da qual faz parte até hoje.

Assim, questionamos qual a importância desses espaços para sua vida e quais foram os motivos que a levaram a participar:

É porque a necessidade da gente está nos espaços. Porque lá tem alguma coisa que é nosso, e a gente estando aqui isolada, a gente não consegue. Lá, a gente pode se empoderar. Pode conhecer o movimento e ver que a gente tem direito de alguma coisa. A fala pública, a gente encontra nesses espaços (Dona Rosa).

Podemos observar nesses relatos que o fato de as mulheres se organizarem, ocuparem os espaços políticos-públicos, reivindicarem seus direitos, exporem suas ideias e exercerem a fala pública são fundamentais para a sua autonomia e seu processo de empoderamento. Desde muito nova D. Rosa já participava de grupos de jovens e, mesmo depois de casada, com filhos/as, tinha o apoio da família, conseguindo manter-se engajada nas atividades da comunidade.

A busca por conhecimento sempre foi o desejo de D. Rosa ao participar desses espaços, mas não no intuito de adquiri-lo apenas pra si, mas no de poder compartilhar e fortalecer as outras mulheres da sua comunidade: *Primeiramente, conhecimento que a gente vai buscar. O conhecimento e, depois trazer pra todos. Porque quando eu saio pra ir representar uma*

³⁹ O Pronaf Mulher surge sob o pressuposto de que através do acesso ao crédito é possível gerir uma atividade própria que possibilite às mulheres contribuir para a renda familiar e repercutir na sua autonomia econômica, bem como, permitir-lhe um reconhecimento e uma maior participação política (HERNÁNDEZ, 2010).

associação ou grupo de mulheres, eu não vou eu. Eu vou todo. Eu me sinto muito feliz quando eu vou. Porque eu posso trazer e repassar pra elas.

Entretanto, para D. Rosa, fazer parte dos espaços mistos (compostos por homens e mulheres) nem sempre foi fácil, e acredita que fazer parte dos espaços compostos só por mulheres favorecem na sua apropriação e fortalecimento:

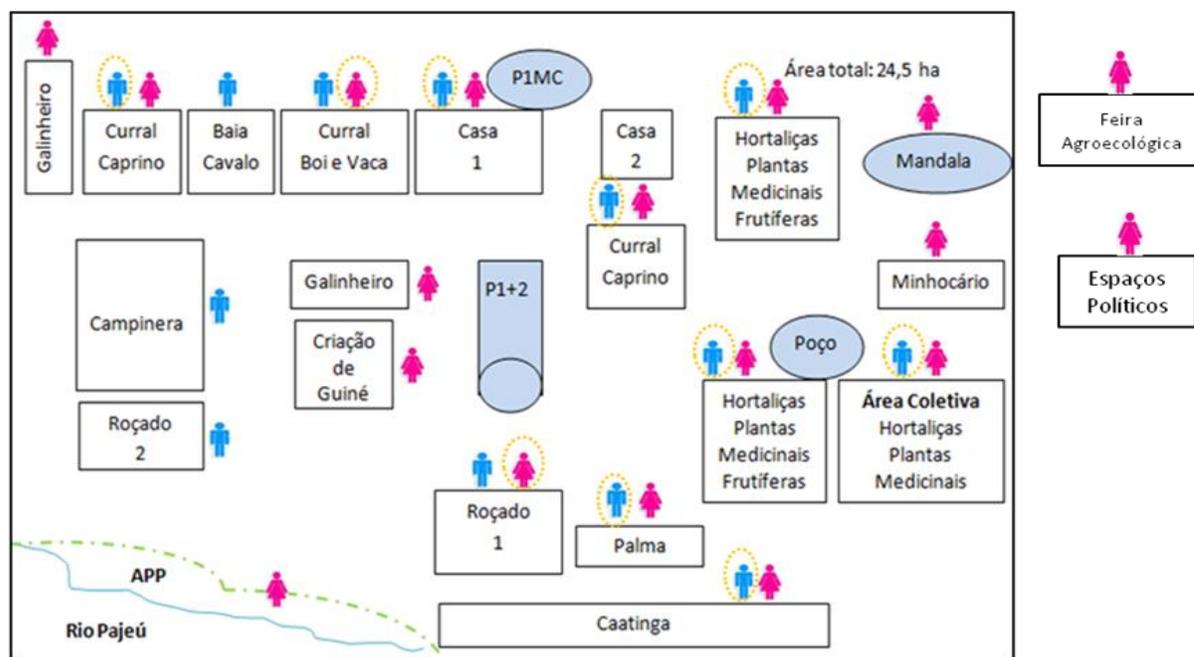
Pra mim tanto faz. Porque do jeito que eu participo, a minha conduta, tanto é quando é só mulher quanto no misto. No entanto, no de mulher é mais fácil. Porque no misto a gente sempre tem aquele debate. Porque mesmo eles entendendo que os direitos são iguais, ainda tem algum homem que pensa que é mais. Ainda vêm as piadinhas. Eles ficam falando: é agora as mulheres querem ser donas de tudo. É quem manda em tudo. Mas não é, o problema é que a gente tem que entender, tem que conversar pra chegar num acordo só. E na maioria das vezes os homens nem querem ir participar, os homens ficam em casa e não vão participar (Dona Rosa).

Nesse sentido, D. Rosa completa, afirmando que muitos dos homens da sua comunidade, além de não acreditarem nas proposições das mulheres, pouco se esforçam em melhorar as condições do coletivo e os problemas da comunidade: *porque eles não querem estar, porque não querem perder tempo. Mas a gente pode perder tempo e ir. Eu me sinto feliz nessa perda de tempo. Que não é perder.*

A seguir apresentaremos as relações de gênero dentro da unidade produtiva familiar de D. Rosa (ver Figura 5), assim como tornar evidente a distribuição das tarefas e a tomada de decisão por parte dos homens e das mulheres na família.

Mapa da Unidade Produtiva – D. Rosa Jatobá (2005 - 2013)

Fluxo de Homens e Mulheres



Legenda: Homem tomador de decisão / Mulher tomadora de decisão / Homem “ajudante” / Mulher “ajudante”

Figura 5: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Rosa Jatobá/Fluxo de Homens e Mulheres

Como observamos, as mulheres na família da D. Rosa desenvolvem mais atividades do que os homens. Elas estão envolvidas praticamente em todas as áreas, fortalecendo, assim, a resistência camponesa e a agrobiodiversidade na unidade produtiva.

D. Rosa e sua filha mais nova são responsáveis pelo plantio, trato e colheita dos cultivos alimentares, das forrageiras, das frutíferas, das plantas medicinais, das hortaliças, do reflorestamento das arbóreas nativas e do trato com os pequenos animais. Os homens são responsáveis pelo preparo do solo, plantio, trato e colheita dos cultivos alimentares, das forrageiras e da criação animal de grande porte.

Historicamente a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar se dá pela atribuição do trabalho produtivo aos homens e o trabalho reprodutivo e do cuidado às mulheres, com “dispensa” do trabalho doméstico aos homens, sendo o trabalho das mulheres considerado como uma mera “ajuda”, extensão dos cuidados com a saúde e da educação dos filhos (BUTTO, 2011; SILVA & PORTELA, 2010).

Contudo, gostaríamos de problematizar a expressão “ajuda” na família da D. Rosa, pois essa expressão apresenta-se com outro significado: ambos os sexos (feminino e masculino) recebem o termo de “ajuda”, sendo o que se diferencia é quem realiza a tomada de decisão nos espaços. Nas áreas da mandala, da área coletiva, dos pequenos animais, do plantio consorciado de hortaliças, plantas medicinais e frutíferas, são as mulheres as tomadoras de decisão e os homens que assumem o papel de “ajudantes”. Já nos espaços do roçado e da criação de animais de grande porte, são os homens os tomadores de decisão e as mulheres que assumem o papel de “ajudantes”.

Desta forma, compreendemos que o redesenho da unidade produtiva a partir da produção diversificada e da perspectiva agroecológica favorece a integração de homens e mulheres nas áreas, quebrando “o monopólio gerencial do homem”, de acordo com Siliprandi (2009, p. 122):

a agroecologia valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de produção familiar (hortas, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos); A forma como se dava a transição agroecológica pressupunha a participação de todos os membros da família, porque exigia a integração do conjunto das atividades, muitas vezes sob responsabilidades de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem.

A partir do protagonismo das mulheres nesses espaços, novas possibilidades se recriam e fortalecem a sua autonomia econômica e financeira, assim como o reconhecimento do seu fundamental papel para a segurança alimentar e conservação ambiental.

É interessante destacar que na família da D. Rosa são os homens que buscam a lenha e a água, apesar de serem elas as gestoras do recurso hídrico. Com relação à gestão da unidade produtiva, da renda familiar, compra de insumos e materiais, é o próprio casal que decide conjuntamente. No entanto, D. Rosa é a pessoa que tem maior controle sobre a renda, as despesas, os contratos dos projetos, além de ser ela a pessoa que lida com a resolução dos problemas burocráticos, a exemplo da ida ao banco ou aos órgãos públicos.

Referente ao trabalho doméstico e do cuidado, D. Rosa tem consciência de que os homens devem assumir as tarefas domésticas, mas esse serviço é pouco assumido por todos na família – que deveriam ser responsáveis igualmente por essa atividade. No cotidiano, a filha mais nova assume igualmente com D. Rosa as tarefas domésticas e do cuidado. Dos homens, é o filho mais

novo que compartilha algumas tarefas da casa com a irmã (lavar a louça, passar um pano na casa, varrer, olhar o arroz, o fogo, etc.). Entretanto, na maior parte do tempo, são elas que assumem essa responsabilidade e os homens a realizam quando é necessário – pela ausência da mãe ou da irmã. O relato do esposo Tião elucida bem a situação de quando a esposa ou as filhas saem de casa:

Ela vai pra todos os encontros que ela puder ir. Ela vai, é legal. Pra mim tá tudo bem. Só estranho um pouco, mas faço tudo o que eu era acostumado a fazer. Só mesmo o que for preciso. Eu tiro leite, faço queijo, faço a boia. Faço tudo. Aqui dentro de casa passo a vassoura, só não sei passar o pano, mas o resto eu faço. Comida também. Se for preciso eu mato galinha, sei cozinhar, sei fazer tudo (Tião).

Assim, ao questionarmos o porquê de Tião não assumir essa tarefa durante a semana quando as mulheres estão em casa, ele logo esclarece: *porque elas estando em casa, elas dão conta. E eu tô noutras coisas, noutras lutas né, agora eu tando só, tem que ser né? (tem que fazer).*

A fala de Tião reproduz a ideia culturalmente construída de que o trabalho doméstico é uma condição feminina, de responsabilidade somente das mulheres. E, mesmo se sobrecarregando na jornada dupla, tripla de trabalho (ver Quadro 3), são as mulheres que se interessam e estão assumindo os espaços políticos, na luta por uma vida mais digna e confortável para todos/as na família. Afinal, são elas que participam de formações, encontros, associações, grupos, sindicatos, trazem as inovações para a propriedade, projetos e renda.

Quadro 3: Rotina diária e o uso do tempo da D. Rosa e do Tião – 2013

	Período	Dona Rosa Jatobá	Tião
Manhã	5:30 – 6:00	Prepara e toma o café da manhã.	Toma o café da manhã.
	7:00 – 9:00	Trata as hortaliças, frutíferas, plantas medicinais e alimenta os pequenos animais.	Tira o leite das vacas; busca água para o consumo e para o gado; busca mandacaru para o gado; tira lenha.
	10:00 – 11:30	Prepara o almoço.	Descansa.
Tarde	13:00 – 14:30	Lava a louça e lava as roupas.	Prepara a ração e faz a manutenção da cerca.
	16:00 – 17:30	Prepara o queijo.	Rega as hortaliças e o capim.
	17:30 – 18:00	Alimenta os pequenos animais, bovinos e cabras.	Tranca os animais.
Noite	18:30 – 19:00	Prepara o jantar.	Descanso ou assiste televisão.
	20:00 – 22:00	Assiste televisão e dorme.	Assiste televisão e dorme.

Como observamos no Quadro 3, a jornada de trabalho de D. Rosa é composta pelo trabalho produtivo, reprodutivo (doméstico e do cuidado), além do seu engajamento político e de ação comunitária. Dessa forma, a sobrecarga de trabalho reafirma a desigual divisão sexual do trabalho na família. Segundo Helenice (a filha mais velha de D. Rosa), apesar de sua família ter sido sempre aberta ao diálogo da divisão sexual do trabalho, reconhece que a cultura machista perpassou fortemente na sua criação, sendo um desafio redefinir esses papéis com seu pai e o irmão mais velho. Entretanto, com relação aos seus irmãos mais novos, já consegue observar algumas mudanças em curso:

Lá em casa, a gente foi uma família muito aberta nessa questão da divisão sexual do trabalho. Porque a gente nunca teve essa questão. Porque você é homem faz isso e porque você é mulher faz aquilo. E foi tão bom esse contato com a CMN, porque fez com que facilitasse mais a divisão do trabalho. A questão de poder participar dos eventos, da multiplicação. Mas a gente sofre com a questão do machismo. Porque

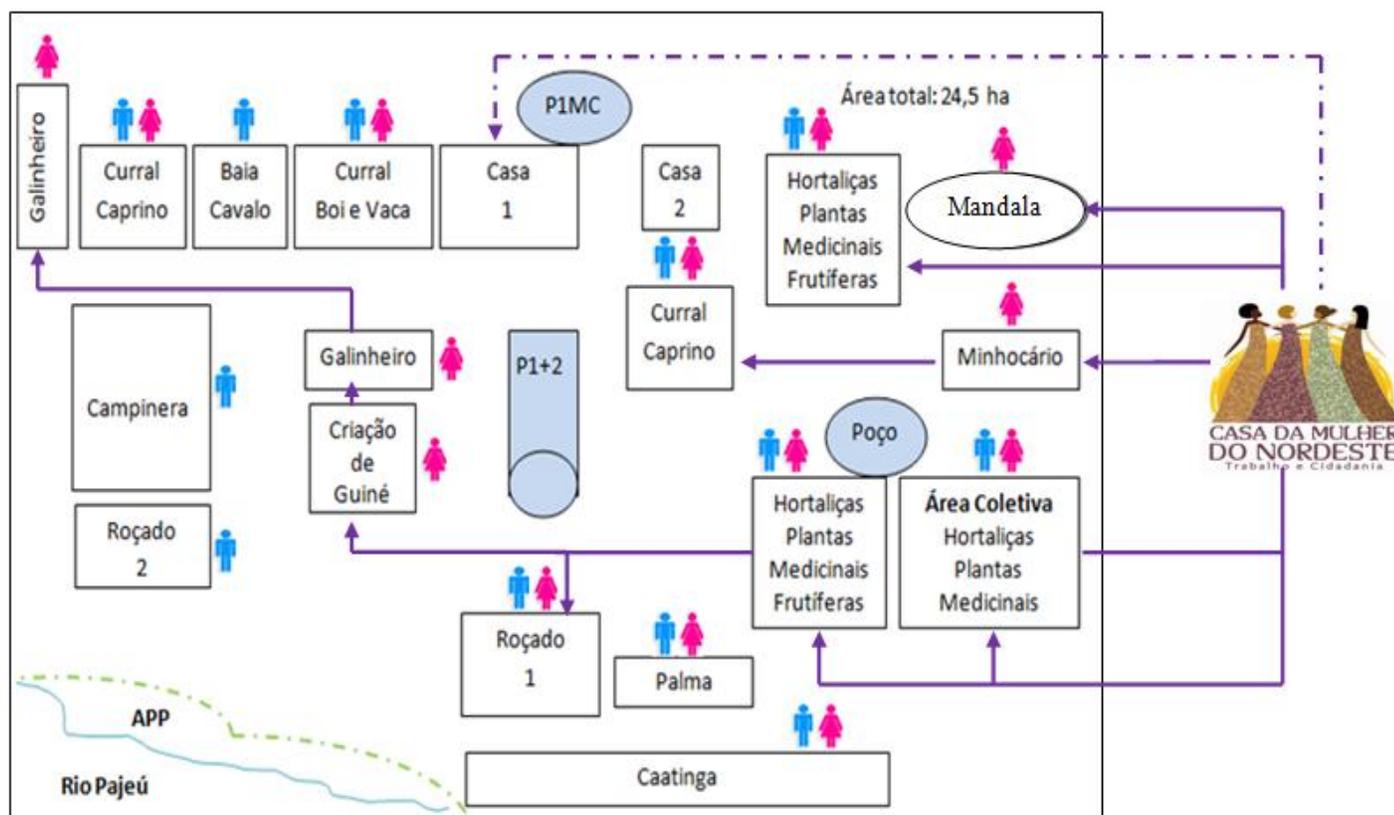
não é assim, de repente. É uma questão cultural, que a gente foi criada pra isso. Que a mulher é aquela coisinha quietinha. Faz uma coisa e o menino não. E hoje em dia a gente vê que avançou sim. Como eu sou mais velha eu sofri mais na divisão de tarefa. Já os outros 2 irmão é uma boa, arruma casa, faz comida, lava roupa. Faz tudo sem problema. Agora o outro que foi criado comigo e com minha irmã é mais difícil. Até pra ele por a própria comida dele. Porque nunca teve esse processo, era só nós 3. Aí vocês duas vai e ele fica sentadinho só porque é homem. Aí estamos trabalhando essa questão (Helenice).

O que se demonstra é que as mulheres estão assumindo paulatinamente as lideranças locais, colocando-se enquanto sujeito produtivo, de direitos, portadoras de conhecimentos e capazes de concretizar melhorias para o bem comum de todos/as. Apesar de elas virem assumindo a vida pública-política, o processo inverso – os homens assumirem a corresponsabilidade na dimensão do cuidado, do subjetivo, da afetividade, do doméstico – é um processo lento, em constantes negociações e enfrentamentos.

Na Figura 6 seguinte, observaremos os espaços e as áreas onde a assessoria da CMN atua diretamente e indiretamente na unidade produtiva, a fim de redefinir relações mais igualitárias de gênero na família.

Mapa da Unidade Produtiva – D. Rosa Jatobá (2005 - 2013)

Fluxo de Homens, Mulheres e da Técnica da CMN



Legenda: Homem Mulher

Assessoria direta da CMN

Assessoria indireta da CMN

Figura 6: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Rosa Jatobá/Fluxo de homens, mulheres e da técnica da CMN

A CMN ao assessorar a família, prioriza os espaços onde as mulheres estão, buscando promover o fortalecimento do sujeito mulher (a partir da sua base produtivo-econômica) e, assim, atingir indiretamente a negociação e o enfrentamento das questões do privado e da divisão sexual do trabalho.

Ressaltamos que, mesmo tendo como missão o processo de empoderamento das mulheres, as assessoras também atuam nos espaços masculinos, a exemplo do roçado 1, atendendo também as dificuldades ou dúvidas trazidas pelos filhos ou esposo de D. Rosa.

5.2 A História de Dona Lina Umbuzeiro: resistência no grupo de mulheres Xique-Xique

A agricultora Lina Umbuzeiro⁴⁰, moradora na comunidade de Vaca Morta, localizada no município de Afogados da Ingazeira, é daquelas mulheres resistentes, corajosas, que não medem esforços em busca de seus sonhos. Dona Lina é uma mulher branca, com 49 anos de idade, casada com o agricultor Marcos e mãe de 3 (três) filhos – somente o mais novo, Wagner (23 anos), reside com o casal.

Dona Lina, além de agricultora, formou-se no antigo magistério em contabilidade, de que tem muito orgulho, pois foi um período de muitas dificuldades, recém-casada, com filhos pequenos e, mesmo assim, conciliava sua jornada de trabalho com os estudos noturnos na cidade. Ela nos relata que, apesar do trabalho árduo, sempre se motivava em busca de conhecimento:

A gente tinha dificuldades no campo, não ter energia na casa, não ter água encanada. Eu lavava roupa no açude. Levava o caderno e os meninos de carroça. Na carroça de mão botava a bacia e um dos meninos. Aí depois eu voltava, pegava Breno, balde e a gente chegava na beira do açude. Lavando, tirando água de dentro do açude, levando lá pro um batedor e ia lavar lá. Aí enquanto os panos iam secando, eu pegava o caderno, e ia aproveitando que eu ia já revisando a matéria. Porque às vezes não dava tempo de estudar (Dona Lina).

A mãe de D. Lina sempre foi sua referência e inspiração, pois, a partir dos seus ensinamentos, conseguia superar os diferentes obstáculos da sua vida:

A minha mãe também me inspirava muito. Ela sempre foi guerreira, porque ela era professora, agricultora e mãe de 10 filhos. Ela conseguia dar conta de tudo, participava de tudo, das coisas da comunidade, era representante da comunidade também. Ela me encaminhava pras coisas, então eu acho que eu devo isso a ela. Porque eu sempre a admirei. Meu pai bebia, mas nem por isso ela deixava de participar das coisas, ensinar pra gente, sempre ter coragem, pras mulheres sempre ter coragem e não desistir das coisas. Aí eu sempre tive isso na minha mente (Dona Lina).

⁴⁰ A planta preferida de D. Lina é o Umbuzeiro: “porque ele é muito sábio e forte, armazena água nas batatas para ele sobreviver no período de estiagem”.

D. Lina, desde muito nova, foi se inserindo nos espaços e participando das atividades da sua comunidade. Na adolescência formou um grupo de jovens, que era acompanhado pelo movimento sindical e pela CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Ela relata que ter participado desses espaços foi fundamental para a sua formação política e para o resgate da identidade camponesa para a luta do/a jovem no campo: *pra gente se reconhecer como jovem do campo sabendo que era importante você ter o conhecimento e estudar, mas que era importante você permanecer no campo pra tá fortalecendo a luta.*

Assim, sua trajetória é marcada por várias iniciativas e participação nos diferentes espaços políticos da sua comunidade e região. D. Lina já foi tesoureira e secretária por duas vezes na associação de agricultores da sua comunidade; foi fundadora e é a atual coordenadora do grupo de Mulheres Xique-Xique; é agente de leitura do Programa Arca das Letras, da sua comunidade, integra a comissão de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira; integra a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, no qual faz parte do comitê gestor e do fundo solidário, além de ser a representante da sua associação no COMDRU (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Afogados da Ingazeira).

Apesar de D. Lina conseguir atuar hoje nesses espaços, ela relata que enfrentou muitas barreiras e preconceitos, por querer construir sua própria história e desenvolver os projetos produtivos com as mulheres na sua comunidade. Naquela época, quando iniciou sua atuação na associação, participavam 38 homens e somente 2 mulheres, e a dificuldade de aprovar algo para as mulheres era sempre grande:

Mas o que eles organizavam e pensavam não era pra mulheres, era pra eles. Eles fizeram grandes projetos e era de tração animal, de grande porte, não era criação de galinhas, não era essas coisas que a mulher queria fazer. As propostas lá, era pra eles. Aí com a entrada da gente, aí lá foi modificando (Dona Lina).

Com a participação das mulheres na associação é que surge a necessidade do grupo de mulheres: um espaço para elas se fortalecerem, trocarem seus conhecimentos, experimentos e também conseguirem sua autonomia econômica. Assim, quando questionamos que espaços têm favorecido seu processo de empoderamento e seu fortalecimento, D. Lina argumenta:

Que nem dentro da associação, se fosse só de mulher seria bem melhor. Porque a gente tem nossas dificuldades, a gente não conseguiu quebrar todo o preconceito. Aí tem os espaços que a gente sabe que é importante que tenha só nós mulher pra gente poder pensar, organizar demandas, pra gente levar depois pra outros espaços maior. Pra gente tá podendo botar em prática (Dona Lina).

Neste sentido, o grupo de mulheres se torna um instrumento facilitador nesse processo, mas desde que seja potencializado com a presença das mulheres nos espaços mistos de incidência política, a exemplo do COMDRU, de que D. Lina participa. A partir da sua experiência e incidência no Conselho Municipal algumas mudanças foram possíveis na sua comunidade e cada vez mais tem observado o número crescente das mulheres:

A importância desse espaço é que aqui a gente tá sociedade civil e governo, área rural e área urbana. A gente tá aqui propondo as nossas necessidades. É importante principalmente pra nós mulheres estar nesse espaço. Pra gente tá lutando pra melhorar a vida e a gente tá podendo potencializar mais a área rural, e as nossas atividades como é o caso da gente lá. Que nós, tem o grupo de mulheres que é uma luta maior. Eu observo que hoje tem a participação maior das mulheres, no início era mais tímido, eram mais os homens que participavam e hoje tem uma boa participação das mulheres. Acho muito importante pro nosso empoderamento de mulheres (Dona Lina).

O grupo de Mulheres Xique-Xique foi criado em 2000 e atua com o beneficiamento de polpas de frutas, doces e geleias. Atualmente, os produtos são comercializados por meio do PAA, mas em outros momentos as mulheres já venderam no mercado local e na feira agroecológica do município. A partir da associação comunitária e do grupo de mulheres é que D. Lina teve contato com a assessoria da CMN, em 2003, e desde então vem sendo acompanhada pela instituição. D. Lina avalia ter sido fundamental a participação da assessoria no fortalecimento das mulheres e no planejamento da unidade de beneficiamento do grupo Xique-Xique:

Foi muito importante, muito, pra mim e pro grupo. A gente precisou muito, todas as etapas desde o início do grupo. Ela foi trazendo a questão de gênero, formação mesmo pra gente poder tá enfrentando. Senão a gente não tinha enfrentado os bichos não. Foi através dela que a gente ia se fortalecendo, conhecendo os nossos direitos e a gente pode brigar pra gente se defender e a CMN teve esse papel. Ela também tinha o papel

importante, que ela ia buscar outros parceiros, ela trazia outras parcerias boas também, pra dar suporte baseado no que a gente precisava. Ela dá muita credibilidade ao nosso trabalho, a atividade produtiva (Dona Lina).

Como podemos observar, o serviço da assessoria é de grande importância para o desenvolvimento e protagonismo das mulheres na agricultura familiar e, nesse sentido, destacamos a assessoria que visibiliza e reconhece o trabalho das mulheres. Afinal, de acordo com Siliprandi (2002), os serviços de ATER “sempre privilegiaram a participação masculina, reforçando a desigualdade entre os gêneros, através de uma postura que reafirmava que aos homens pertencia o conhecimento, o acesso à informação e formação, bem como o acesso às novas tecnologias”.

Assim, os intercâmbios e as formações promovidos pela assessoria da CMN ao grupo também foram recordados com muita emoção por D. Lina, por terem melhorado sua autoestima e reconhecimento na sua família e comunidade:

É bom pra gente poder botar em prática e ter informação pra família, melhorar a vida em família. Você ter conhecimento, a família passa a acreditar mais em você, ser mais reconhecida, ter mais confiança. O esposo saber que você é uma pessoa importante que participa disso, que tem condições de repassar. A gente ia mostrando nossa experiência de grupo, a experiência do grupo Xique-Xique (Dona Lina).

D. Lina também acrescenta que, a partir dos intercâmbios e da troca de conhecimentos, outras experiências como a do grupo Xique-Xique foram multiplicadas, beneficiando diversas mulheres:

Porque saber que a gente de uma coisa, de uma ideia da gente, já foi tão reproduzida, que já tem tantas outras pessoas fazendo as mesma coisa. Porque a gente sempre passava pra ela, que o aprendizado da gente, a gente não que guardar só pra nós. A gente quer, que outras mulheres também se fortaleçam se potencializem, que gerem renda, que melhore as condições da família, que seja pra mulher sempre ser feliz, fazendo o que gosta e tá de bem com a família (Dona Lina).

Referente às políticas públicas específicas às mulheres, D. Lina tem conhecimento do Pronaf Mulher e da ATER Mulher, porém nunca acessou o crédito ou recebeu o serviço de assessoria pelo governo federal. Por meio do grupo Xique-Xique, já acessou o PAA, relatando que no primeiro ano do programa houve alguns entraves burocráticos e sexistas referentes aos preços dos produtos, que foram flexibilizados com maior valor para os homens:

Foi no primeiro ano do PAA, porque a gente era um grupo de mulher, e eles lá os homens, só quer ganhar mais nos preços. Mas, a gente foi aprendendo, se colocando, a brigar também e discutir pelo preço das coisas. Aí, hoje vai normalmente negociar todo mundo. Vai nós mulher e eles, de igual pra igual. Não tem essa de ninguém passar a perna em ninguém. Tá todo mundo lá de igual pra igual agora (D. Lina).

Quanto ao trabalho realizado pela assessoria da CMN, D. Lina expõe que o trabalho sistemático é algo fundamental para o reconhecimento das necessidades e carência do grupo Xique-Xique. A rotatividade das técnicas fragiliza a relação processual das problemáticas e desafios do grupo, conforme relata:

A gente sempre teve a assessoria CMN, mas mudava e a gente sempre reclama, porque mudava muito a técnica. A gente tava acostumando com uma e aí mudava. As vezes era pessoas que não era daqui do estado ou voltava pro lugar que era. Por questões particulares, não era por causa da comunidade ou do grupo não (D. Lina).

Atualmente o grupo Xique-Xique já é uma experiência consolidada, com reconhecimento na comunidade e região, pelo processo de acompanhamento e fortalecimento realizado também pela atuação da CMN junto às mulheres. Assim, D. Lina relata que já alcançaram certa autonomia da assessoria: *No início a gente tinha mais necessidade, e a gente tava desenvolvendo coisa que a gente era curioso e, a gente não tinha tanto apropriação. Aí a CMN tanto na construção da unidade como na formação era mais forte. E hoje, é como se a gente não precisasse tanto, mas elas sempre estão à disposição e a gente vai se entendendo.*

Assim, questionamos à D. Lina quais as principais dificuldades do grupo e o que gostaria que a assessoria contribuísse. Ela argumenta que é a necessidade de articulação com outras

mulheres da comunidade (mulheres que não necessariamente tenham interesse na unidade produtiva de beneficiamento), aspectos da gestão e comercialização do grupo.

A assessoria da CMN tem assessorado D. Lina por meio do grupo Xique-Xique e, de forma indireta, tem possibilitado melhorias na sua unidade produtiva ao longo desses anos. A seguir, na Figura 7, visualizaremos o mapa do agroecossistema da D. Lina antes da assessoria e as atividades que a família desenvolvia: cultivo de milho e feijão; criação de pequenos animais; roçado com o cultivo de milho e feijão; criação de abelhas (apiário), cultivo de capim e palma destinado para alimentação animal.

Mapa da Unidade Produtiva – Lina Umbuzeiro

Antes da Assessoria da CMN (1986 - 2003)

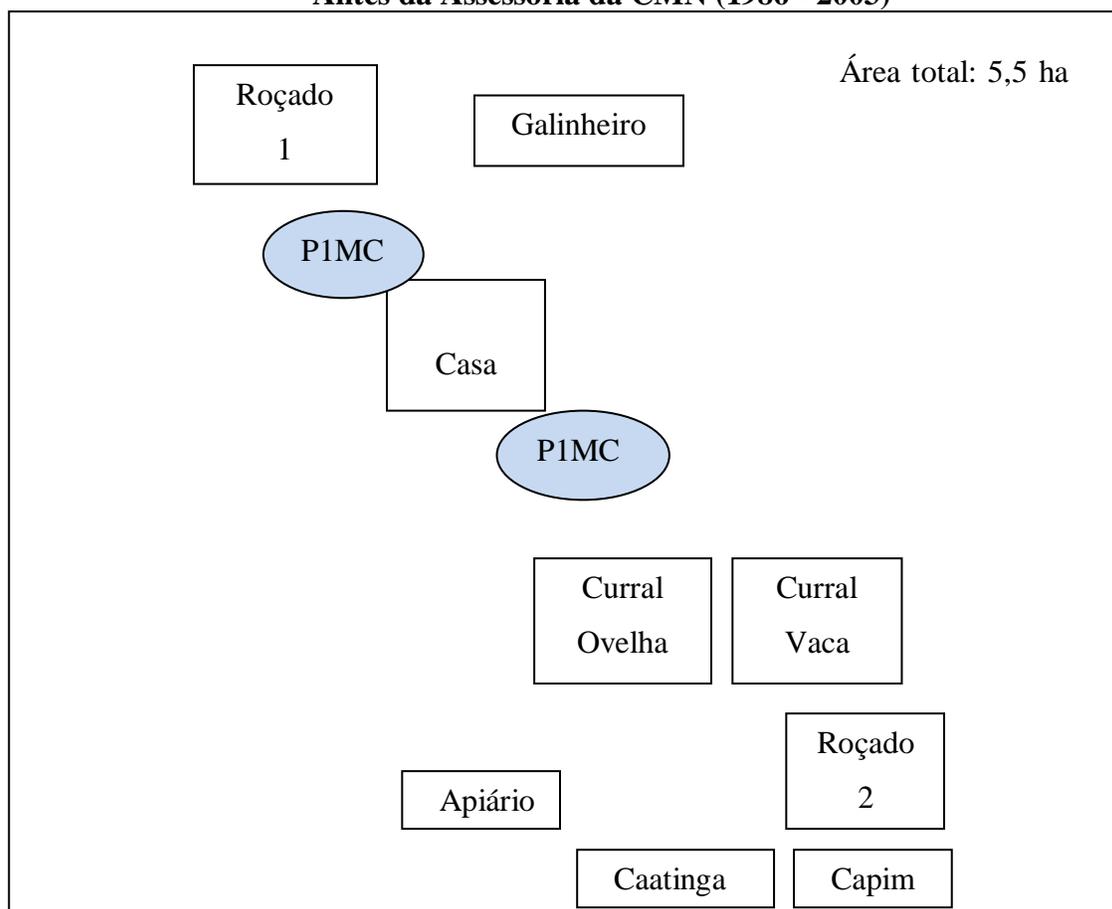


Figura 7: Mapa da Unidade Produtiva – Dona Lina Umbuzeiro/Antes da Assessoria da CMN (1986 - 2003)

Após inserção da assessoria da CMN no grupo, D. Lina inicia o fortalecimento do seu quintal, com práticas de manejo ecológico e cultivo das espécies vegetais (frutíferas, hortaliças, plantas medicinais). Nesse período, há a construção da unidade de beneficiamento do Grupo de Mulheres Xique-Xique na sua propriedade, como veremos a seguir na Figura 8.

Mapa da Unidade Produtiva – Lina Umbuzeiro
Depois da Assessoria da CMN (2003 - 2013)

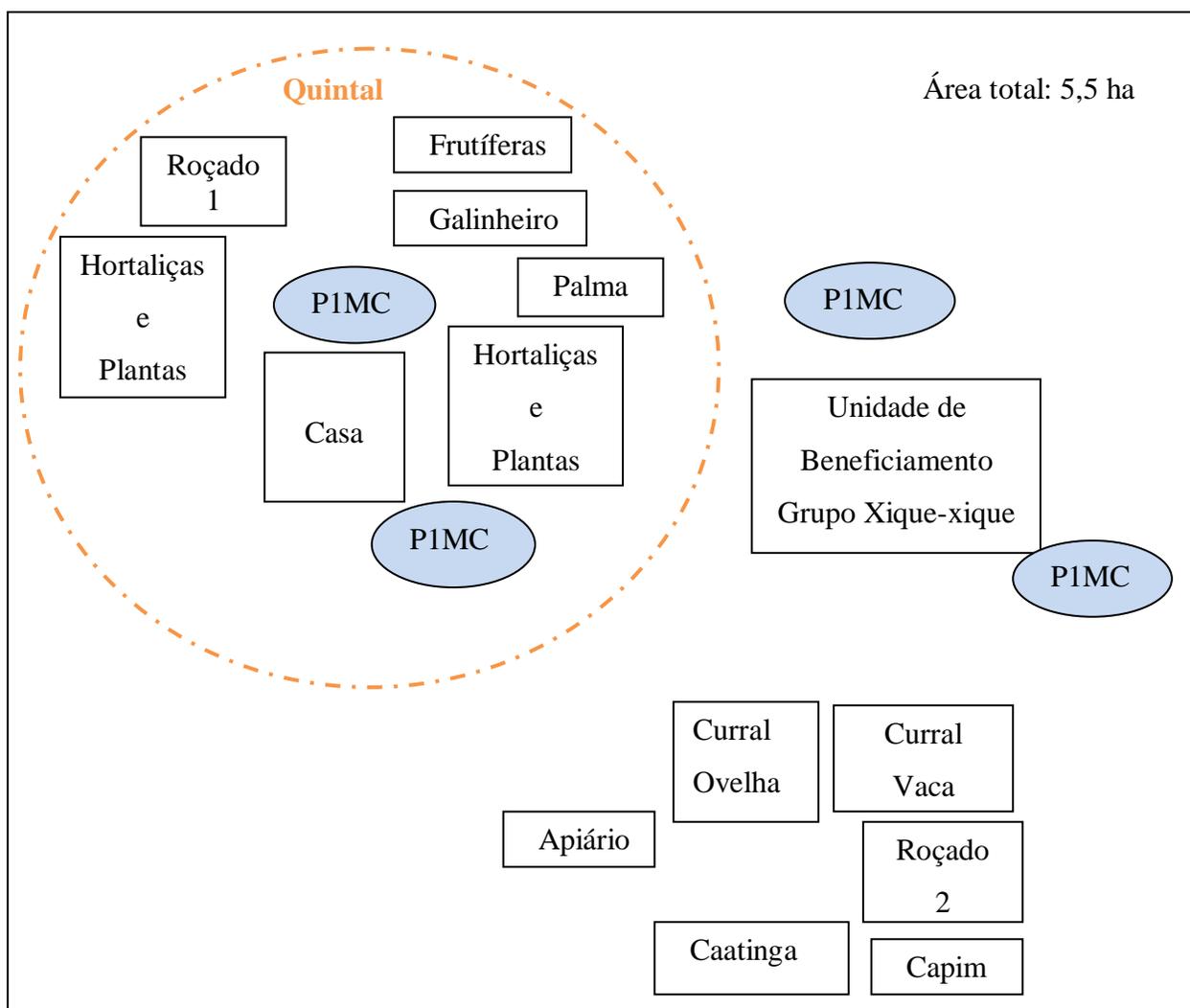


Figura 8: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Lina Umbuzeiro/Depois da Assessoria da CMN (2003 - 2013)

Destacamos a importância dos intercâmbios e das oficinas agroecológicas para o melhoramento do quintal, pois é a partir desse espaço que D. Lina colocava seus experimentos em prática, colhia as frutas para a unidade de beneficiamento, além de assegurar alimentos saudáveis para sua família. A seguir, visualizaremos a expressiva quantidade de espécies que D. Lina cultiva em sua propriedade, mesmo passando por um período de seca latente nos últimos anos (ver Figura 4 e 5).

Quadro 4: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Lina – 2013

Mapa agroecossistema 2013						
Categoria	Medicinais	Hortaliças	Frutíferas	Forrageiras	Nativas	Roçado
Espécies Vegetação	Hortelã	Cebolinha	Acerola	Leucena	Mandacaru	Milho
	Malva 7 ervas	Alho	Laranja	Sabiá	Umburana	feijão
	Boldo do Chile		Limão	Glerícia	Pereira	Sorgo
	Capim santo		Graviola	Nim	Ameixa	Jerimum
	Erva-cidreira		Mamão		Angipo	Melancia
	Babosa		Romã		Mororó(pata de vaca)	Caxixi
	Anador		Goiaba		Quixabera	Abobrinha
	Mertiolate		Azeitona		Barauna	Girassol
	Arruda				Catingueira	
	Poejo				Paudálio (não sabe ao certo)	
					Ipê	
					Jiquizeiro	
Total de espécies: 39						

Quadro 5: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Lina – 2013

Espécie Animal	Bovino	Vaca	2
		Garrote	1
		Garrota	3
	Ovino		15
	Equino	Cavalo	
	Avicultura	Ganso	1
		Pavão	2
		Galinha	15
		Guiné	15
	Total de espécies: 4; Quant. 54		

A agricultora relata que seu esposo modificou suas práticas também e deixou de utilizar agrotóxicos, depois de participar das formações da CMN na associação:

Marcos, no roçado, no plantio de tomate, usava antes com veneno. Aí desmancharam toda essa consciência que ele tinha, e ele depois da CMN atuando na associação da comunidade, ele também foi beneficiado e agente buscava por em prática, tudo que a gente aprendeu. Para as pragas a gente tinha todas as receitas com o próprio mato. Agente não tinha veneno e cuidava da terra (Dona Lina).

Porém, para D. Lina, a agroecologia vai além da não utilização de veneno ou de uma produção de base ecológica, perpassando também pelas relações sociais, econômicas, subjetivas:

Agroecologia é você cuidar sem agredir. Que o conhecimento de agroecologia não é só na produção, o meu quintal, as plantas. É minha vida mesmo, é toda a família, é tudo, ao meu redor. É meu animais, é tá bem com os meus vizinhos, é ser justo e solidário no que eu faço, nas atividades que eu faço. Agroecologia não é só não botar veneno, tem todo um conjunto (Dona Lina).

Assim, questionamos à D. Lina o fato de a assessoria ter sido direcionada ao grupo de mulheres, ao invés da sua unidade produtiva familiar, e ela argumenta que os momentos de formações e oficinas supriram as demandas internas da sua propriedade:

Eu acho que eu posso aproveitar com a assessoria que eu recebo no grupo. E na própria formação você adquire conhecimento que dá pra você cuidar do seu espaço familiar. O aprendizado que eu tive, que participei dos espaços de formação e oficinas, nas atividades de campo, tanto capacitações, eu tenho bagagem que dá pra mim fazer sem precisar da assessoria todo dia aqui. No meu quintal eu cuido das minhas fruteiras, eu sei manusear todas elas, as receitas orgânicas pra combater as pragas e tudo. Elas já tiverem esse papel importante, porque eu já tive a oportunidade de aprender com elas e agora eu já posso botar em prática o que eu aprendi (Dona Lina).

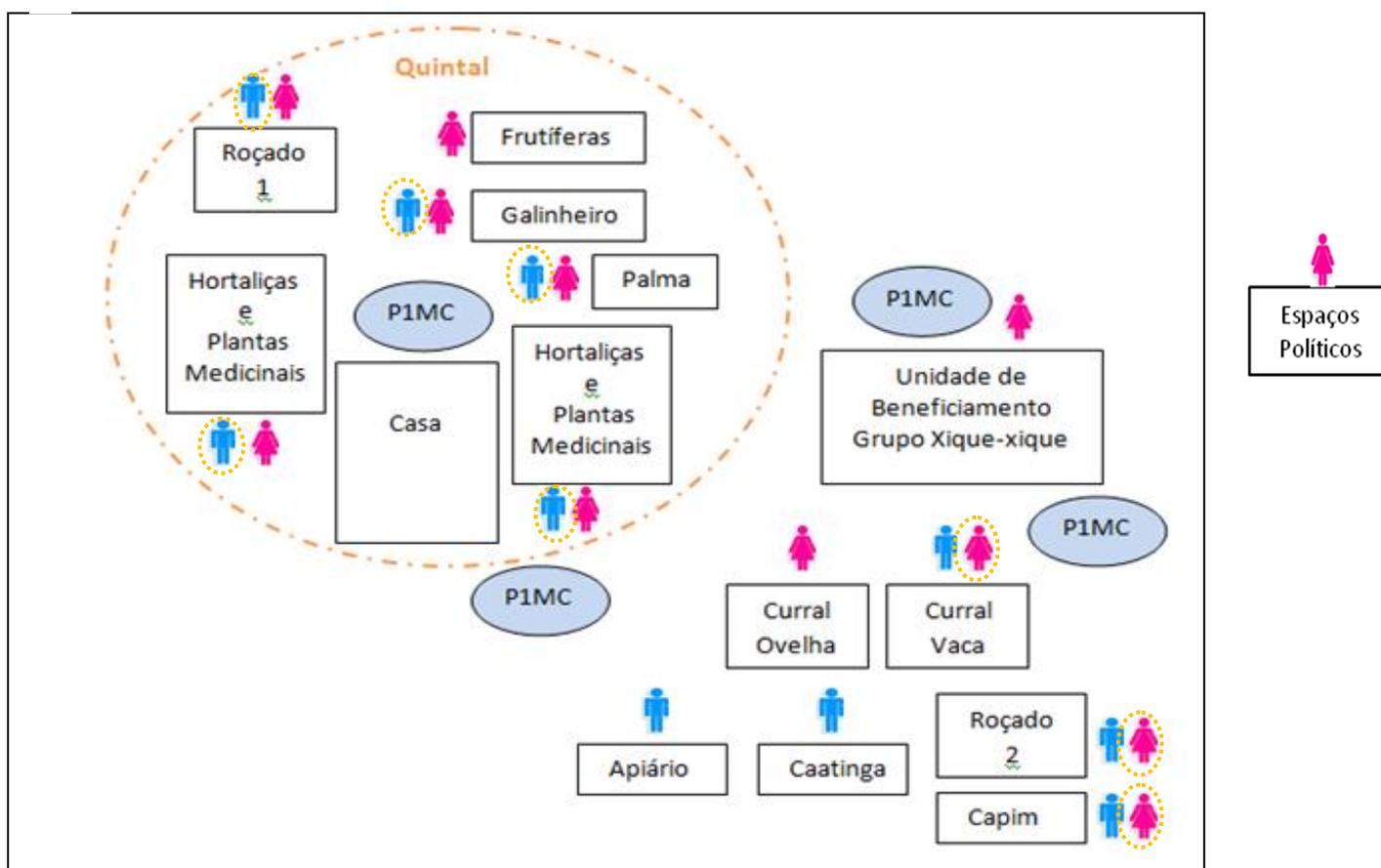
D. Lina relata como seu conhecimento foi adquirido, assim como tem se dado o seu processo de empoderamento:

Eu sei o que eu sei, quando eu preciso fazer e eu faço. Eu adquiri nessas participações, nesses espaços que eu tive oportunidade de estar. Eu não me neguei e tive coragem de enfrentar. Eu sai de casa sabendo da dificuldade que a gente tem, mas eu tive a coragem de sair pra aprender. E foi bom pra isso, pra eu cuidar da minha vida, do espaço onde eu vivo, no ambiente aqui. Eu posso cuidar aqui porque eu me apropriei de muito saber e aí eu tenho que botar em prática. (Dona Lina).

A seguir, trataremos das relações de gênero na unidade produtiva familiar de D. Lina (ver figura 5), assim como apresentaremos a distribuição das tarefas e a tomada de decisão por parte dos homens e das mulheres na família.

Mapa da Unidade Produtiva – Lina Umbuzeiro (2003 – 2013)

Fluxo de Homens e Mulheres



Legenda: Homem tomador de decisão Mulher tomadora de decisão/ Homem “ajudante” Mulher “ajudante”

Figura 9: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Lina Umbuzeiro/Fluxo de Homens e Mulheres

A família da D. Lina atualmente é reduzida, pois somente ela e o esposo trabalham na agricultura. O filho mais novo, apesar de morar com eles, trabalha na construção civil, em obras da região. Assim, quem assume a maior parte das atividades produtivas é D. Lina, pois o esposo realiza o transporte coletivo para a prefeitura local – o traslado das crianças do campo para estudar na cidade, para, assim, complementar a renda da família.

A família da D. Lina caracteriza-se pela pluriatividade como forma de sobrevivência, pois, de acordo com Camargo (2004), a pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; as famílias que residem no espaço rural integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (CAMARGO et al., 2004).

D. Lina tem uma rotina bem agitada, dividindo-se entre as atividades produtivas na sua propriedade, a unidade de beneficiamento, com a agenda de trabalho do grupo Xique-Xique, além do trabalho doméstico e dos espaços políticos em que atua. Assim, observamos que, na área do quintal, D. Linda é responsável pelo plantio e cultivo das hortaliças, das frutíferas, das plantas medicinais, da palma, da criação dos animais de pequeno porte. No roçado (1) diversificado é Marcos, seu marido, o responsável pelo plantio e cultivo. Assim, o quintal sintetiza um espaço protagonizado pela mulher, pois quem assume o papel de “ajudante” é o esposo, com o trato das culturas e o preparo do solo. Nos demais espaços: o apiário, o roçado (2), o capim e a criação de animais de grande porte, é o esposo Marcos o responsável, sendo D. Lina a “ajudante”.

Com relação à gestão e o controle da unidade produtiva são os dois que tomam as decisões conjuntamente. Contudo, Marcos é quem normalmente compra os insumos e os equipamentos da unidade produtiva. Quanto ao trabalho doméstico e do cuidado, diferentemente de muitas famílias, D. Lina teve a oportunidade de vivenciar outra relação com sua mãe e seu pai, que criaram os/as filhos/as fazendo as mesmas tarefas dentro de casa: *Porque a gente foi criada com pai ajudando a mãe no serviço, os meninos fazendo as coisas, tudo misturado, não tinha isso de homem não podia e mulher tem que fazer aquilo, não.*

Desta forma, ela compreende que, apesar da cultura machista patriarcal latente em nossa sociedade, aos poucos ela conseguiu introduzir e socializar essas tarefas com o marido e seus

filhos. Ela relata que não tem sido fácil e muitas vezes depende da disposição da família e de consecutivas negociações para se responsabilizassem de fato pela esfera do cuidado: *Eles fazem, mas na maior parte sou eu. Eles colaboram às vezes quando eu não estou em casa.* No Quadro 6, visualizamos a rotina diária de D. Lina e do Marcos, com uma sobrecarga de trabalho doméstico para a agricultora.

Quadro 6: Rotina diária e o uso do tempo da D. Lina e do Marcos – 2013

	Período	Dona Lina Umbuzeiro	Marcos
Manhã	5:30 – 6:00	Prepara e toma o café da manhã.	Toma o café da manhã e dá ração para os animais.
	7:00 – 9:30	Trata o quintal produtivo e a unidade de beneficiamento.	Faz o transporte escolar.
	10:00 – 11:30	Prepara o almoço.	Almoça.
Tarde	13:00 – 14:30	Lava a louça e lava as roupas.	Descansa.
	16:00 – 17:30	Colhe as frutas.	Faz o transporte escolar.
	17:30 – 18:00	Dá ração para os pequenos animais, bovinos e cabras.	Dá ração e água para os animais.
Noite	18:30 – 19:00	Prepara o jantar.	Faz o transporte escolar.
	20:00 – 22:00	Assiste televisão e dorme.	Chega em casa e dorme.

D. Lina relata que, antigamente, apesar de na sua casa os homens e as mulheres terem sido criados compartilhando as responsabilidades, ela teve muitos entraves com seu esposo, pois ele teve outra educação. Mas hoje já consegue se impor e ter outra reflexão sobre a importância de ambos assumirem as atividades produtivas e reprodutivas:

Antes eu não pensava assim não. Amanhecia dia, tinha que varrer casa, lavar banheiro, lavar calçada, carregar água de açude que não era encanada nesse tempo. Vou até dez horas carregando água de balde em balde pra encher pote. Bota água em cima de casa de banheiro, pra homem toma banho e tudo. Porque eu pensava que era obrigação, que eu tinha me casado. Deus me livre, chega até me dá gastura quando eu me lembro que eu fiz tudo isso. E a inda tem mulher que faz isso ainda, que tem que fazer bem feito que é pro meu marido, eu tenho que voltar pra casa porque meu marido tá chegando, tem que tá em casa. Isso eu não

acho certo, e eu acredito que Marcos não vai achar que eu deixei de ser boa esposa pra ele porque eu deixei de fazer essas coisas. Porque eu faço agora dentro do meu limite. Se não ele tivesse arrumado uma empregada pra ele, e não uma esposa. Não faço mais nada por obrigação, nem pra agradar ele não. As luta é assim de nós mulher, é muita coisa, muito moído (Dona Lina).

D. Lina, ao refletir sobre esse momento da sua vida, consegue visualizar muitas mudanças, que foram fundamentais para conseguir conquistar outros espaços além da sua casa, se fortalecer, se impor, ter sua renda, assegurar sua autonomia e liberdade para sonhar e desenvolver seus projetos. Porém, muitas mulheres ainda não conseguem vislumbrar, nem sequer imaginar, sua vida longe das amarras do machismo patriarcal, sofrendo distintas violências (física, sexual, psicológica, simbólica), como ela relata:

Ainda no dia de hoje tem deles aqui que empata a mulher. Eu já vi homem empatar mulher até dela votar em quem quiser, esconder título dela eu já vi fazer. E nos encontros que a gente participava, nós chorava tanto nos encontros, porque a gente ouvia tanto relato de mulher que apanhava, baixinho, porque tinha vergonha de dizer que elas apanhavam. Sofriam muito com isso. Aí elas dizia assim: eu aprendo tanto isso, eu sei tanto, que eu não posso botar em prática, porque fulano é tão brutão, tão violento que eu tenho medo dele fazer uma arte em mim. Aí era muito triste ouvir aquilo ali. Coisa absurda que eles faziam com elas, de querer usar elas na força. Tomar cartão de Bolsa Família, comprar as coisas até pra cachaça. A mulher ia receber o dinheiro e tinha que trazer em casa do mesmo jeito, não podia gastar nenhum centavo não, só o dinheiro da passagem que ele sabia quanto gastava e entregava a eles, porque era deles (Dona Lina).

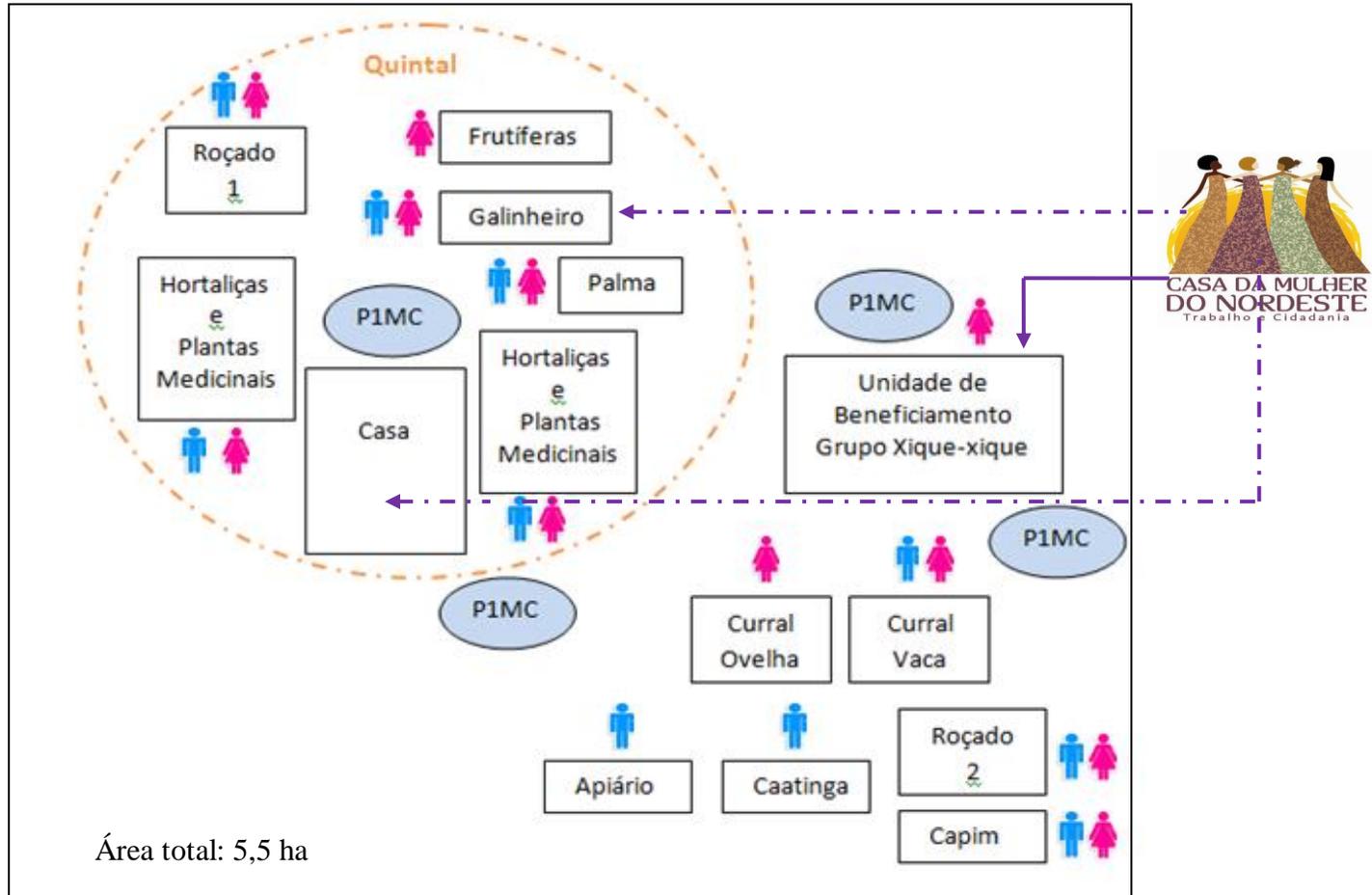
Segundo a pesquisa de Daron (2008), “na roça, ninguém ouve o grito de socorro da mulher, ela não tem como buscar ajuda. Não tem transporte, o povoado fica distante 40, 50 km. Não tem delegacia da mulher, não tem nada.” No caso da violência doméstica e familiar, 93,7% das mulheres do campo e da floresta que as denunciaram, afirmaram que convivem com a violência dentro de seus lares, sendo apenas 6,3% das violências denunciadas ocorrerem fora da casa ou família (DARON, 2008, p. 19).

Neste sentido, a assessoria da CMN fomentou, a partir dos grupos de mulheres, a reflexão e autoconsciência de subjugação em que as mulheres são acometidas nessa sociedade. Assim, promovia os momentos de socialização da experiência vivida, de solidariedade e compartilhamento generoso por essas mulheres – por vezes dolorosos e sofridos –, mas que foram fundamentais para o processo de empoderamento.

Assim, a partir da assessoria realizada à D. Lina por meio do grupo de mulheres Xique-Xique, possibilitaram-se outras modificações indiretamente na sua unidade produtiva, a exemplo da experiência do quintal, tal como as relações subjetivas, de afeto e do privado na família (ver Figura 10).

Mapa da Unidade Produtiva – Lina Umbuzeiro (2003 – 2013)

Fluxo de Homens, Mulheres e da Técnica da CMN



Legenda: Homem Mulher

Assessoria direta da CMN

Assessoria indireta da CMN

Figura 10: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Lina Umbuzeiro/ Fluxo de homens, mulheres e da técnica da CMN

5.3 A História de Dona Fátima Baraúna: resgatando identidade e autoestima

Dona Fátima Baraúna⁴¹ é camponesa, reside no sítio Monte Alegre, no município de Afogados da Ingazeira, e, como tantas outras mulheres sertanejas, tem sua história marcada por muitas lutas e resistência. D. Fátima é uma mulher branca, com 53 anos de idade e tem somente a 4ª série de ensino. É casada com o camponês João com quem teve seus dois filhos: Janaína (26 anos) e Jorge (23 anos).

Desde muito cedo D. Maria começou a trabalhar com a agricultura e, sendo filha de agricultores, não deixou a roça, mesmo depois de casada, mantendo os laços de proximidade com a família e um grau de pertencimento com a terra e a sua família. Para ela: *viver no semiárido é muito bom, você vê muita floresta. Uma pena que o povo tá fazendo muita queimada, desmatando muito a caatinga, mas é muito bom. Porque você tem o ar do vento, o ar da natureza.* Sua referência de saber e conhecimento sempre foi a sua mãe, pois foi com ela que iniciou seus primeiros experimentos e práticas ecológicas de manejo: *porque desde que eu era criança que minha mãe já plantava. Minha mãe fazia os canteiros, com um giral de pau, butava o estrume e plantava o alface, o coentro, ela nunca comprava verdura.*

Na sua adolescência, D. Fátima enfrentou muitos preconceitos, pois as pessoas em sua comunidade a confundiam com homem, porque era forte, resistia como eles no roçado, além de não gostar de usar vestido ou saias, como era de bom costume às mulheres da época. Tinha pouca vaidade e sofria com os estereótipos.

Quando eu era solteira, só vivia em cima de um carro de boi carregando ração para o gado da minha mãe. Me falavam: como é que tu aguenta um rojão desse? Quando eu via tu passando, eu pensava que tu era um homem. Andava com chapéu de palha e calça comprida, bota de borracha no meio da canela (...). Mamãe não gostava de calça comprida e eu usava saia por cima da calça comprida (Dona Fátima).

Esse contexto se repercutiu ao longo da sua vida, principalmente depois de casada, quando D. Fátima começou a participar dos espaços públicos da sua comunidade, a exemplo da

⁴¹ A planta preferida de D. Fátima é a Baraúna, pois é planta nativa que ela acha muito bonita.

associação comunitária de Monte Alegre e do Grupo de Mulheres Xique-Xique. D. Fátima é uma mulher muito ativa: já foi secretária da associação, agente de comercialização do grupo de mulheres, sindicalizada, integra e acompanha as reuniões da Associação Agroecológica do Pajeú.

D. Fátima relata que se ela não tivesse se engajado, participado desses espaços públicos-políticos e buscado uma auto-organização junto às outras mulheres da comunidade, dificilmente teria conseguido alguma oportunidade para si e sua família: *as mulher que querem, esses espaços é muito bom. Porque se você não participar, você não consegue nada. Porque você participando, você consegue alguma coisa.* Afinal, para ela, iniciativas como essa é que resgataram a sua identidade e autoestima, melhorando o seu relacionamento não apenas em casa, mas também na localidade onde vive.

No entanto, apesar de protagonizar diferentes iniciativas na sua comunidade, nem sempre seu esposo deu apoio. Segundo seus relatos, os filhos a encorajavam, pois já eram engajados no grupo de jovens da mesma localidade. No início, o esposo fazia várias ressalvas, desencorajando D. Fátima, mas depois acabou se inserindo nas atividades também:

Meu esposo no começo começou a chiar. Falava que isso não era certo. Que era errado as mulher viver pro mundo. Mas depois ele entrou no movimento também, tinha semana que eu saia pra reunião e ele ficava mais os dois menino. Aí tinha semana que eu ficava e ele saia. E eu ficava sozinha. Aí foi tudo se encaixando, e foi tudo dando certo (Dona Fátima).

Assim, quando questionamos quais foram as barreiras que D. Fátima enfrentou para incidir nesses espaços, ela relata:

Porque quando você começa a participar, você começa muito triste. Você tem medo de falar. Você tem medo de perguntar as coisas. Aí tinha muita dificuldade, pra mim mesmo, muita. Às vezes, me entregavam um papel, que era pra eu anotar aquilo que as pessoas tava falando. Ainda hoje eu não sei anotar, mas eu gravava tudo na minha cabeça. Tudo que falava lá. E quando eu chegava na associação eu comentava, eu falava, eu dizia tudo que eu ouvia falando, eu falava. Então a dificuldade era mais essa, mas agora o povo tá botando eu pra falar no microfone (Dona Fátima).

Além dessas dificuldades, D. Fátima acrescenta que, conjuntamente com outras mulheres, enfrentava constrangimentos por parte dos homens na associação: *Tinha bastante homem que tinha preconceito. Que quando a gente começou no grupo, tinha um sócio mesmo da associação que disse que não ia ter futuro, que mulher não sabia fazer nada. Mas foi nisso que a gente cismou e disse: vamos mostrar a eles que a gente sabe fazer alguma coisa.*

Assim, quando perguntamos que espaços favorecem a sua atuação, se nos espaços mistos ou só com mulheres, D. Fátima argumenta: *No grupo de mulheres a gente se divertia, fazia brincadeira, a gente fazia muita coisa, se sente mais à vontade.* Mas D. Fátima tem a compreensão de que seja importante as mulheres atuarem nos dois espaços, mesmo não sendo reconhecida pelos homens.

Neste contexto é que surge o Grupo de Mulheres Xique-Xique. Atualmente o grupo é referência regional em cozinha de beneficiamento (polpas de frutas, doces e geleias), assim como para as demais mulheres que buscam autonomia econômica, oportunidade, conhecimento e fortalecimento. Foi a partir do grupo que D. Fátima conheceu a assessoria da CMN e, a partir desse contato, começou a receber a assessoria na sua unidade produtiva.

Antes de assessoria da CMN (ver Figura 11), a propriedade de D. Fátima restringia-se somente ao roçado, com o cultivo do milho e do feijão, da criação de pequenos animais e da palma como base alimentar para a ração animal.

Mapa da Unidade Produtiva da D. Fátima Baraúna (1973 - 2003)

Antes da Assessoria da CMN

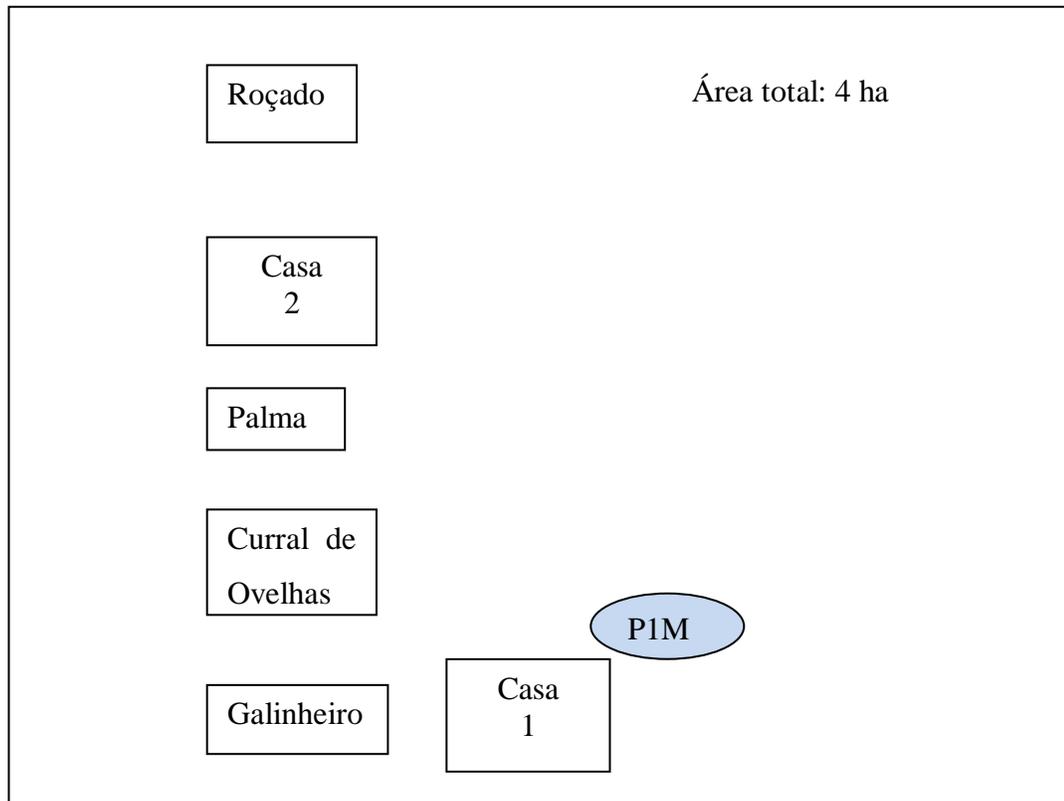


Figura 11: Mapa da Unidade Produtiva – Dona Fátima Baraúna/Antes da Assessoria da CMN (1973 - 2003)

Como poderemos ver a seguir na Figura 12, na unidade produtiva familiar de D. Fátima houve uma substancial mudança após a intervenção da assessoria da CMN. Notamos a crescente diversificação de atividades e culturas na sua propriedade.

Mapa da Unidade Produtiva da D. Fátima Baraúna (2003 - 2013)

Depois da Assessoria da CMN

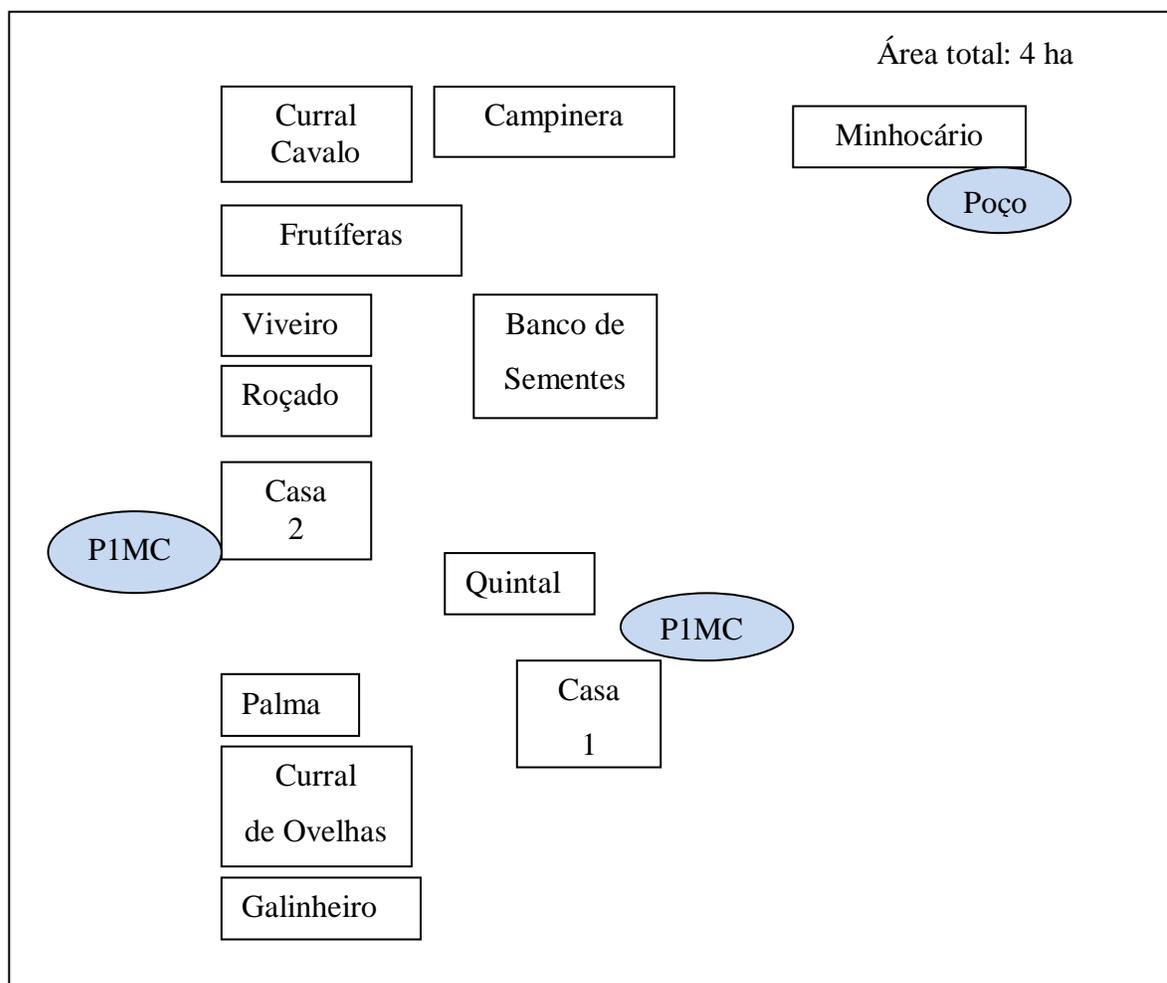


Figura 12: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Fátima Baraúna/Depois da Assessoria da CMN (2003 - 2013)

O quintal e o viveiro foram apontados pela agricultora como um dos espaços de maior experimentação e agregação de valor para sua família. É a partir deles que D. Fátima retira sua renda, além de assegurar alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, para sua família. Infelizmente, a estiagem dos últimos três anos na região tem assolado a sua produção bruscamente, diminuindo a diversidade, a quantidade das culturas e das espécies de animais, como notamos no seu depoimento:

(...) apesar dele hoje ter parado um pouco. O quintal era muito importante, porque você não carecia de ir numa feira e comprar verdura.

Porque, olha, eu produzia a beterraba, a cenoura, o coentro, a alface. Eu tirava pra vender e tirava pra minha família comer em casa. Aí foi importante também por isso, mas eu vou voltar a fazer de novo quando chover (Dona Fátima).

Apesar desse contexto desfavorável os/as agricultores/as, resistem assegurando a produção para o autoconsumo e comercialização. Nos Quadros 7 e 8 seguintes, podemos observar:

Quadro 7: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Fátima – 2013

Mapa agroecossistema 2013						
Categoria	Medicinais	Hortaliças	Frutíferas	FORAGEIRAS	Nativas	ROÇADO
Espécies Vegetação	Capim santo	Tomate cereja	Caju	Capim	Ninho	Milho
	Mastrus	Pimentão	Manga	Gramão	Umburana	Feijão
	Erva cidreira	Cebolinha	Goiaba		Leucena	
	Hortelã G e P	Alho	Graviola		Jatobá	
	Arruda		Umbú		Tamburiu	
	Malva		Pinha		Mororó	
			Acerola		Sabiá	
			Noni		Angico	
			Mexirica		Aruera	
			Laranja		Pau-darco	
					Carnaúba	
Total de espécies: 35						

Quadro 8: Categoria de Espécie Animal do Agroecossistema da D. Fátima - 2013

Espécie Animal			Quant.	
	Ovino	Ovelha	9	
	Equino	Égua	1	
	Avicultura		Ganso	
			Pavão	
			Galinha	15
			Guiné	
	Galo	1		
Total de espécies: 3; Quant. 26				

Outra experiência importante foi a construção do viveiro agroecológico de mudas, espaço no qual seus filhos estiveram engajados inicialmente e, no momento, D. Fátima e seu esposo trabalham na atividade. A iniciativa do viveiro advém da formação do grupo de jovens na comunidade, com o objetivo de estimular a organização comunitária e resgatar a cultura local.

A CMN teve um papel importante nesse processo, pois, a partir do planejamento realizado na comunidade pela assessoria técnica, revelou-se a necessidade de investir em atividades que possibilitassem alternativas e estimulassem a permanência dos jovens no campo, bem como a valorização da convivência com o semiárido. No viveiro são utilizadas várias tecnologias de manejo, como: minhocário, biofermentado, cultivo de plantas alopáticas (defensivos naturais), gestão da água, banco de sementes etc.

As mudas são comercializadas para instituições da região, para os agricultores da comunidade e na feira agroecológica do município. A comercialização da produção representa uma fonte de renda pra D. Fátima, que conta com a gestão participativa e com a distribuição compartilhada dos lucros, devido ao auxílio de um regimento interno construído por eles mesmos. Questionada sobre a importância do viveiro na sua vida, Dona Fátima expõe a importância da gestão solidária na atividade:

O viveiro mudou mais a minha vida, porque no viveiro era dividido em partes iguais, quando eu trabalha junto com os jovens, se vendesse um real, a gente guardava, aí quando vendesse mais a gente sentava e dividia, era em partes iguais. E hoje eu tô com meu esposo e é do mesmo jeito, a gente vende e divide em partes iguais (Dona Fátima).

Além do trabalho do viveiro, D. Fátima acrescenta a importância do fogão agroecológico, uma tecnologia social⁴² fomentada pela CMN e que implica diretamente na vida das mulheres. Para ela, as ações e os projetos que a CMN tem realizado na sua propriedade têm promovido diversas mudanças na sua vida, como exposto:

⁴² O conceito de tecnologia social resulta de um trabalho coletivo, que encontra sustentação e legitimidade no diálogo com a sociedade. E, principalmente, no diálogo com as entidades da sociedade civil organizada e na observação de seu modo de ação que nasce a percepção da tecnologia social como um princípio que pode definir práticas de intervenção social que se destaquem pelo êxito na melhoria das condições de vida da população, construindo soluções participativas, estreitamente ligadas às realidades locais em que forem aplicadas (HORTA, 2006).

Olha minha filha, todos esses trabalho foi importante pra mim, todos eles porque eu só vivia em casa, eu só ia numa feira quando eu ia comprar uma roupa prum filho. Então eu só vivia em casa, o meu era só casa e trabalho. Então depois que apareceu esses programas eu fiquei muito conhecida, em mercado, em feira, em reunião. Pra mim foi uma alegria, foi muito incentivativo, porque mudou muita coisa na minha vida (Dona Fátima).

A melhoria da gestão da água também foi realizada com a construção de um poço Amazonas, cujo bombeamento é realizado através da energia solar – tecnologia promovida pela CMN, pois na área não existia energia elétrica. Assim, com os momentos de formações, os intercâmbios e as tecnologias de convivência com o semiárido, D. Fátima e sua família conseguiram diversificar a sua produção e aperfeiçoar suas práticas ecológicas: *não usar veneno, não fazer queimada, ter cuidado com o lixo*. Assim, D. Fátima compreende vivenciar a agroecologia na sua propriedade.

Com relação ao acesso às políticas públicas, D. Fátima e sua família recebem o Bolsa Família e o seguro Safra, devido à estiagem dos últimos anos. D. Fátima já acessou 3 (três) vezes o Pronaf Mulher, contudo, duas vezes os recursos foram destinados para as atividades do seu esposo de infraestrutura na propriedade.

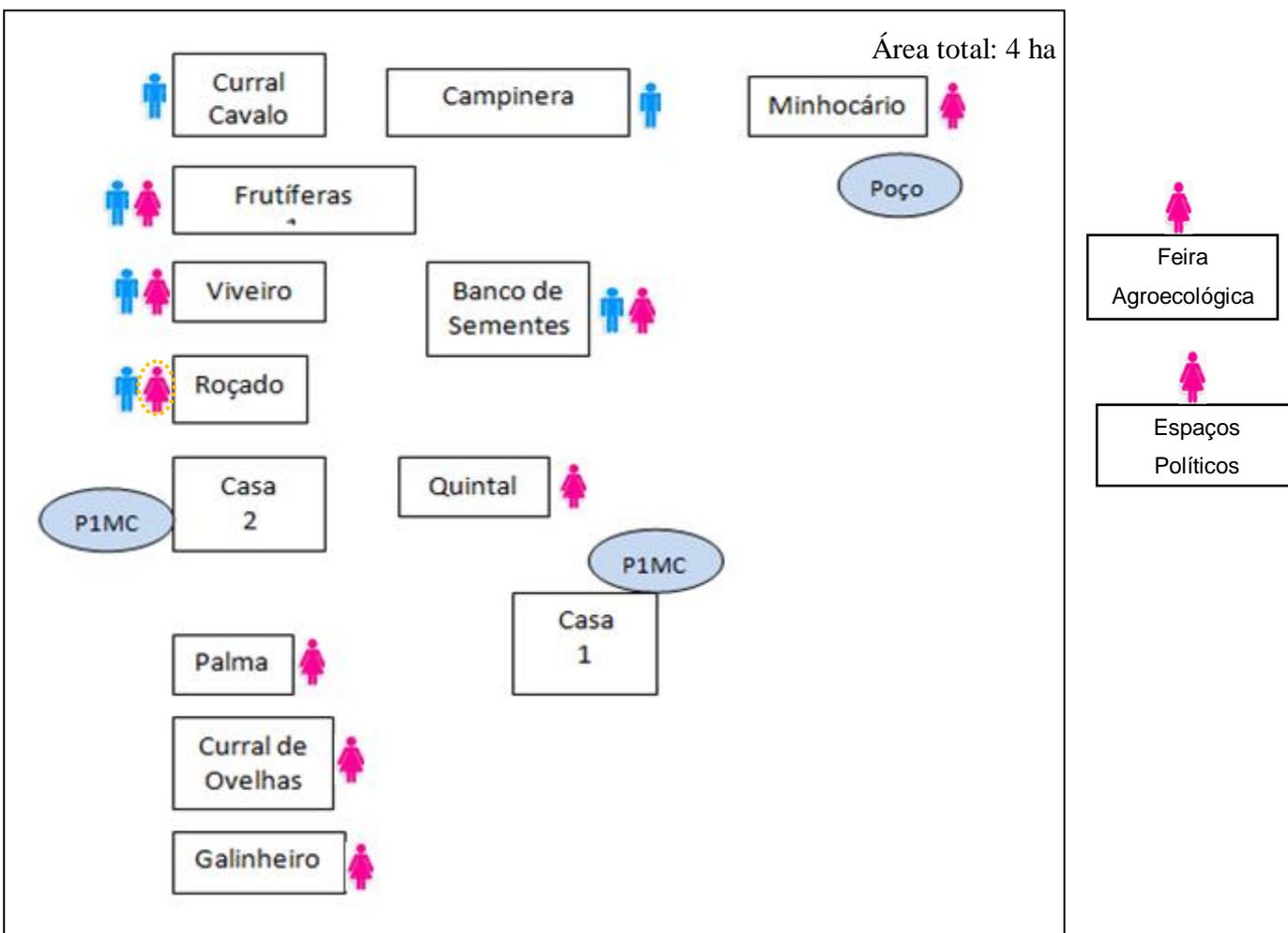
Para Hernandez (2008), um dos fatores da falta de autonomia das mulheres para decidir sobre o destino e uso do crédito se deve ao esgotamento das linhas de crédito que podem ser contratadas pelos maridos e por isso buscam o Pronaf Mulher para atividades que os maridos consideram importantes. No entanto, consideramos que, do casal, somente D. Fátima pode acessar as políticas públicas, pois a titularidade da terra e a DAP encontram-se em seu nome.

Quanto aos canais de comercialização institucional, a agricultora já acessou o PAA pelo grupo de Mulheres Xique-Xique e de forma individualmente também. Atualmente, comercializa na feira local agroecológica, juntamente com seu marido, galinhas (vivas ou abatidas), hortaliças, frutas, sucos, doces e bolos fabricados artesanalmente.

Trataremos a seguir (ver Figura 13) como se dão as relações de gênero na unidade produtiva familiar, evidenciando a distribuição das tarefas e a tomada de decisão por parte dos homens e das mulheres na família de D. Fátima.

Mapa da Unidade Produtiva da D. Fátima Baraúna (2003 - 2013)

Fluxo de Homens e Mulheres



Legenda: Homem tomador de decisão Mulher tomadora de decisão / Homem "ajudante" / Mulher "ajudante".

Figura 13: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Fátima Baraúna/Fluxo de Homens e Mulheres

Como observamos, D. Fátima encontra-se praticamente em todos os espaços da unidade produtiva familiar. É responsável por todo o preparo do solo, plantio e trato no espaço do quintal (frutíferas, hortaliças e plantas medicinais), da palma, da criação dos pequenos animais e da manutenção do minhocário. Assim, nesses espaços é ela quem coordena e toma as decisões.

João é responsável pelo preparo do solo, plantio e colheita dos cultivos alimentares no roçado, da “campinera” e da criação dos animais de grande porte, sendo, assim, o tomador de decisão nesse espaço.

Nos espaços mistos, como o do viveiro, das frutíferas e do banco de sementes, os dois exercem o controle e a tomada de decisão conjuntamente. No entanto, ressaltamos que no roçado ainda é o esposo quem toma as decisões, tendo a D. Fátima o papel de “ajudante”. Os filhos do casal não moram mais com eles, pois saíram da área rural e foram morar em São Paulo, em busca de oportunidades.

Em relação aos aspectos da gestão na unidade produtiva, são os dois que decidem conjuntamente. O controle da renda e despesas da família, os dois assumem também essa tarefa, mas D. Fátima alega ter dificuldades na gestão da sua renda individual, pois gostaria de ter maior controle sobre a precificação e os custos dos produtos que comercializa na feira.

O trabalho doméstico e do cuidado ainda é uma responsabilidade de D. Fátima, e são raros os momentos em que João assume essa tarefa, a exemplo das viagens e encontros em que a esposa participa e fica fora da casa, conforme relata: *Ele me ajuda quando eu saio pra reunião. Porque eu saindo a casa vai ficar só, vai ficar bem muito serviço e ele ajuda, ele sabe cozinhar.*

D Fátima também acrescenta, reconhecendo a desigual divisão sexual do trabalho e a sobrecarga de atividades sobre ela: *Os homem têm uma tarefa muito pesada que é trabalhar no sol quente, só que eles tem mais descanso, porque eles trabalham no sol quente e já chega tem comidinha pronta e vai assistir televisão, e você vai lá e continua batalhando no seu serviço.* No Quadro 9, observaremos melhor a distribuição das tarefas no dia-a-dia da família.

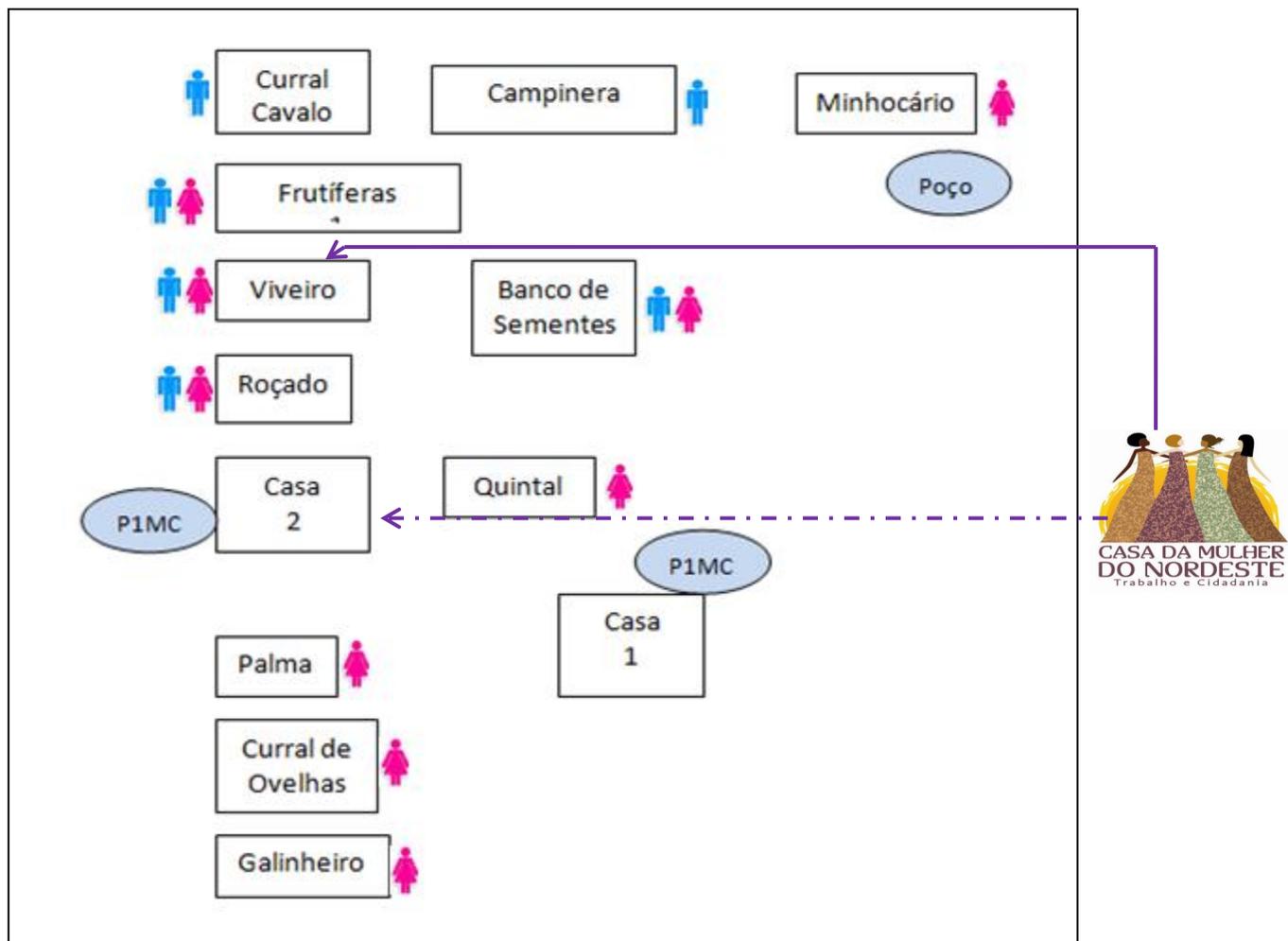
Quadro 9: Rotina diária e o uso do tempo da D. Fátima e do João – 2013

	Período	Dona Fátima Baraúna	João
Manhã	5:30 – 6:00	Prepara e toma o café da manhã.	Toma o café da manhã e rega o viveiro.
	7:00 – 9:00	Dá a ração para os pequenos animais e rega o viveiro.	Trabalha como diarista na propriedade do vizinho.
	10:00 – 11:30	Prepara o almoço.	Descansa.
Tarde	13:00 – 14:30	Lava a louça e lava as roupas.	Trabalha como diarista na propriedade do vizinho.
	16:00 – 17:30	Trabalha no viveiro.	Faz a manutenção da cerca e capina o mato.
	17:30 – 18:00	Faz a manutenção da casa da vizinha.	Tranca os animais.
Noite	18:30 – 19:00	Prepara o jantar.	Descansa e janta.
	20:00 – 22:00	Assiste televisão e dorme.	Assiste televisão e dorme.

É visível a sobrecarga de trabalho de D. Fátima, pois, além de estar praticamente em todos os espaços produtivos da propriedade, ela desempenha todas as funções reprodutivas para a sobrevivência da família, além do engajamento na comunidade e nos espaços políticos da região. Assim, quando visualizamos o trabalho realizado pela assessoria diretamente na unidade familiar (ver Figura 14), a fim de redefinir os papéis de gênero indiretamente na casa – o trabalho reprodutivo –, observamos que ele está centrado atualmente na experiência do viveiro de mudas. O contexto de escassez de água tem também dificultado o fortalecimento da assessoria em outras atividades.

Mapa da Unidade Produtiva da D. Fátima Baraúna (2003 - 2013)

Fluxo de Homens, Mulheres e da Técnica da CMN



Legenda: Homem Mulher
—> Assessoria direta da CMN
- - -> Assessoria indireta da CMN

Figura 14: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Fátima Baraúna/Fluxo de homens, mulheres e da técnica da CMN

5.4 A História de Dona Maria Girassol: produzindo alimentos e saberes no semiárido

A agricultora D. Maria Girassol⁴³ reside no Sítio Pereiros, localizado a 17 km do município de Flores, em Pernambuco. Além de desenvolver a atividade agrícola na pequena propriedade familiar, é pedagoga – professora aposentada – e técnica em enfermagem. D. Maria é uma mulher branca, tem 66 anos de idade, casada com Jacinto e mãe de 8 (oito) filhos. Atualmente, vive com seu esposo e cuida dos dois netos: Andressa (22 anos) e Lucas (14 anos).

A História dessa mulher é marcada pelo esforço, dedicação e compromisso com a sua família e a vida política na comunidade – em especial com as mulheres. Filha de agricultores e órfã de pai ainda na infância foi criada pela avó e pelo tio na cidade. Desde pequena, sempre teve como referência a luta da mãe (viúva, com quatro filhos) e o estímulo da avó, que, apesar de analfabeta, sempre a impulsionou nos estudos, a fazer cursos, a buscar por uma vida melhor. Em seu relato, D. Maria agradece a criação que teve e a presença dessas mulheres como propulsoras do seu aprendizado e conhecimento:

Eu agradeço tudo isso a minha vó e meu tio que me criou. Ela me criou assim: se ela saísse na cidade, e se soubesse que tava abrindo um espaço, qualquer coisa, era um bordado, um crochê, uma confeitaria, uma pintura, o que fosse, ela dizia: eu já coloquei seu nome. E eu, mas vó, eu não vou. Vai, e eu ia. E agradeço a ela (Dona Maria).

D. Maria recorda que as mulheres da sua família sempre foram estimuladas a participar dos espaços públicos e que tinham uma visão “liberal” para a época: *Porque a gente observa que as mulheres não tinham acesso à educação. A gente já ia pra escola, já era liberal. Não tinha essa história de moça não poder participar de reunião, não. Nossa família não tinha isso, não. E a gente foi criada assim, participando (Dona Maria).*

A importância das mulheres (mãe e avó) na educação e vida de D. Maria, assim como o direito e o acesso à educação, foram fatores preponderantes para que ela fosse capaz de tomar

⁴³ A planta preferida de D. Maria é o girassol: “Bem grande para brilhar e ver o sol nascer. Muito bonita e produz novas sementes. Eu queria ser muito multiplicadora. Não tem coisa melhor do que ser multiplicadora”.

suas próprias decisões, incidir nos espaços políticos e a se engajar nas problemáticas da comunidade ao longo da sua vida. Segundo Santos (2012), a educação não aponta apenas para a melhoria nas condições de vida dos camponeses/as, mas também para a criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões.

D. Maria sempre teve uma vida ativa, dividindo-se entre o trabalho da escola local, o serviço doméstico em casa, o cuidado com as crianças e as ações na comunidade. Dentre as experiências que mais marcaram a sua vida foi a participação na fundação da Associação Comunitária Kolping⁴⁴ e na formação do grupo de mulheres “Flores do Campo”, apontadas como iniciativas elementares para o seu fortalecimento e a auto-organização das mulheres na comunidade.

Quanto ao grupo de mulheres, ela nos relata com orgulho a iniciativa empreendida, haja vista o contexto de subjugação e vulnerabilidades que muitas enfrentavam:

A gente fundou um grupo de mulheres, porque muitas mulheres não tinham oportunidade de sair, nem documento elas tinham. Porque os maridos não deixavam sair. E através disso, a gente adquiriu documento, escola pra elas. Muitas eram analfabetas, vota, mas só sabia escrever seu nome. As dificuldades eram grandes. Mas depois, foi se expandindo e hoje graças a Deus a gente tem muito conhecimento. Nós se reunimos todo final de mês e através disso que vêm os conhecimentos (Dona Maria).

Como observamos, nem todas as mulheres tiveram a mesma oportunidade que D. Maria, de estudar e conseguir enfrentar as distintas barreiras para participar dos espaços públicos ou mistos e melhorar suas condições de vida. D. Maria foi sócia-fundadora da associação, já assumiu o cargo de presidente e atualmente é secretária. É importante destacar que a associação (fundada

⁴⁴ A Obra Kolping do Brasil (OKB) é uma entidade civil, beneficente, sem finalidades econômicas. No nordeste a Obra Kolping está presente desde 1974 e atua nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí. Cada estado dispõe de uma direção estadual e de uma coordenação estadual. Nesses estados existem 110 Comunidade Kolping (CKs), que reúnem 2.500 associados. A obra Kolping contribui para a criação de uma sociedade mais justa, humana e solidária, através de programas de ação que combatam a exclusão social no seu âmbito de atuação, na perspectiva do exercício pleno da cidadania. Os “eixos” são temas transversais que estão presentes nos oito programas de ação: Espiritualidade; Inclusão cidadã; Igualdade de gênero; Formação associativa e humana; Respeito e preservação da vida (KOLPING DO BRASIL, 2010).

em 1996) possui mais de 50 sócios/as ativos/as, estando na maioria as mulheres na diretoria. Em 1997, D. Maria assumiu também a presidência da Cooperativa dos Agricultores Rurais de Santana das Almas, um povoado próximo ao município de Flores, e hoje integra o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Flores.

Quando questionamos à D. Maria se ela encontrou dificuldades para participar desses espaços por ser mulher, se sofreu algum preconceito, ela responde: *Eu não enfrentei, não. Porque assim, quando eu entrei nos espaços, eu morava na cidade e já participava lá, já era mais liberal. Aí eu já fui me engajando, entrando e ninguém nunca me barrou não, até hoje. Já to velha, acho que não vou ser barrada, não.*

Embora D. Maria não tenha sofrido nenhum preconceito por ser mulher, ela relata a dificuldade que muitas enfrentavam por não conseguirem falar ou se posicionarem:

Porque às vezes elas não conseguem devida a timidez. Elas querem, mas não conseguem. Eu acho que todo mundo tem o direito e a oportunidade. Antigamente não tinha não, mas hoje tem, de ir atrás batalhar, trabalhar e resolver. Porque hoje em dia é liberal. Pra você vê, a gente tem uma mulher presidente, que tá defendendo o Brasil. É uma mulher. Já houve muito preconceito, muito. Mas eu sou gente igual a eles, por isso eu nunca me intimidei não (Dona Maria).

O relato de D. Maria é emblemático, quando pensamos no valor simbólico de ter o cargo máximo da República ocupado por uma mulher. No entanto, esse poder não se estende às demais esferas, pois nos deparamos com os homens majoritariamente ocupando os espaços de poder, a exemplo da pequena participação das mulheres na Câmara dos Deputados, 8,6%, número semelhante aos 16% registrados no Senado (UNIÃO INTERPARLAMENTAR, 2012).

Assim, mesmo sendo esses dados revertidos com a possível ascensão das mulheres no poder ao longo dos anos, devemos problematizar esse lugar e compreender que não necessariamente o fato de haver uma mulher no poder, as relações desiguais de gênero vão ser visibilizadas ou redefinidas na estrutura macrossocial-política do país.

Referente à articulação das mulheres no grupo “Flores do Campo” (composto por 35 mulheres da comunidade, dentre elas D. Maria), observamos que novas oportunidades foram potencializadas a partir da construção da unidade de beneficiamento de frutas em polpa, geleia e

o licor – iniciativa que foi estimulada e hoje é assessorada pela CMN. Tal experiência possibilitou renda própria e certa autonomia financeira a muitas delas.

Assim, ressaltamos o importante papel da assessoria técnica em impulsionar e visibilizar o trabalho das mulheres nesse momento:

Quando a assessoria veio, na época em que a gente começou, a gente tinha o Cecor, o Sabiá, a Diaconia, e a CMN também assessorava a gente. A CMN é muito ativa com a gente. E aí, a gente foi descobrindo que tinha necessidade das mulheres fazerem alguma coisa. A gente teve muitas oficinas com a CMN. Já teve oficina de bijuteria, beneficiamento de palha, beneficiamento de frutas, faz polpa, geleia, licor (Dona Maria).

Uma outra experiência que tem sido concretizada pelo grupo de mulheres é o FRS (Fundo Rotativo Solidário), que se deu a partir do projeto de galinhas que é assessorado pela CMN. Inicialmente, algumas mulheres acessaram e, por meio dessa poupança comunitária autogestionada, outras também tiveram a oportunidade de multiplicar e acessar esse recurso. De acordo com D. Maria:

Então, tudo que a gente faz aqui na comunidade: cisterna, projeto, caprino, bovino, suíno, conforme qualquer projeto a gente devolve 20% pra comunidade. Que é o fundo rotativo. Ele fica dentro da comunidade, que serve pra outra serventia, pras outras pessoas que não entraram no projeto. Agora mesmo esse galinheiro que a gente tirou, a gente vai receber outros materiais pra fazer. Então a gente vai fazer. Então a gente com o dinheiro do fundo rotativo nós vamos beneficiar novas mulheres que não entraram no projeto. É assim que a gente trabalha, tudo nosso aqui é com fundo rotativo solidário (Dona Maria).

A partir do grupo é que D. Maria e as demais mulheres tiveram acesso às políticas públicas de escoamento da produção (as polpas de frutas) pelo PAA e da linha de crédito – o PRONAF Mulher. Em relação ao Pronaf Mulher, D. Maria relata as dificuldades e as barreiras institucionais, que foram recorrentes:

Quando a gente chegava no Banco do Nordeste, eles falavam assim: ah! Aqui não existe Pronaf Mulher. Aí quando a gente dizia as características, ele voltava e dizia: ah! Então, isso aí é nos sindicatos. Aí

as mulheres daqui, na nossa região foram no sindicato e foi lá que elas conseguiram. O sindicato reuniu, foi através de reuniões com o pessoal do Banco do Nordeste, que elas foram se conscientizando. E a CMN deu muita força pra essas mulheres, aí elas foram lá atrás do projeto, se engajaram e até hoje tá dando certo (Dona Maria).

De acordo com a pesquisa realizada por Brumer & Spanevello (2012, p. 10), a fim de analisar o impacto do acesso das mulheres trabalhadoras ao Pronaf Mulher, em territórios da cidadania no estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, assim como o papel dos mediadores no acesso, as autoras argumentam que normalmente, “na elaboração do projeto, as mulheres contam ou precisam do apoio de órgãos públicos, de empresas de assistência e extensão Rural (como é o caso da Emater no Rio Grande do Sul), de organizações não governamentais (ONGs), cooperativas, sindicatos, entre outros”.

Os bancos deveriam orientar as mulheres sobre a disponibilidade do crédito, a forma e os critérios de uso, execução do projeto produtivo e auxílio na documentação necessária. No entanto, segundo Romano (*apud* Brumer & Spanevello, 2012, p. 11), a lógica dos bancos consiste em ser:

a) voltada a atender principalmente os grandes empreendedores; b) a imposição de atividades a serem financiadas; c) a excessiva demanda de requisitos e documentos; d) a exigência de garantias vinculadas à concessão de empréstimos; e) a cobrança para a elaboração do cadastro, para a abertura do crédito e para remuneração do agente financeiro; f) a ocorrência de atrasos na liberação dos recursos, em descompasso com as necessidades do calendário agrícola.

Assim, quando questionamos à D. Maria sobre a participação da assessoria da CMN nesse processo, ela relata que foi necessária:

A CMN sempre dá uma força pra gente e quando foi descoberto que estava tendo esses projetos, Laura (a técnica) agilizou pra gente. Vinha, fazia as reuniões. Porque ela é muito técnica nesses contratos, nessas coisas, muito ativa na nossa região. Ela quer que a gente sempre cresça mais e mais. A CMN é muito ativa aqui na nossa região. A gente não tem o que falar, só de bem (Dona Maria).

Desta forma, identificamos a relevância das organizações não governamentais e dos sindicatos nesse processo, uma vez que o Estado, por meio dos seus instrumentos, não favorece o acesso às mulheres rurais em seus empreendimentos. No caso da política setorial de ATER Mulher, D. Maria e o grupo de mulheres nunca acessaram a linha específica pelo governo. Especificamente em relação à assessoria da CMN, D. Maria teve seu primeiro contato com a instituição em 2004, a partir das ações que a instituição realizava junto ao grupo de mulheres e às atividades na associação da comunidade. Posteriormente, D. Maria e Silvana, sua filha (que hoje não reside mais na propriedade), foram convidadas para participar do “grupo de interesse”, que tinha como objetivo modificar a produção em sua propriedade.

Com a inserção da assessoria da CMN na unidade produtiva de D. Maria, podemos observar que algumas mudanças foram significativas em relação ao (re)desenho do agroecossistema e das práticas ecológicas adotadas pela família ao longo desse percurso.

Inicialmente quando seu esposo comprou a terra (1968) – a titularidade e a DAP encontram-se em seu nome –, toda a área da propriedade era destinada ao modelo convencional da agricultura familiar sertaneja: o roçado, com o plantio do milho, feijão e o sorgo; o curral, para criação de bois e o cultivo da palma, utilizada na ração animal. A área da barragem subterrânea⁴⁵ era dedicada à plantação de capim, a “campinera”, que nas épocas de estiagem praticamente deixava de existir (ver Figura 15).

⁴⁵ É uma obra construída na areia do riacho, que tem como finalidade principal impedir que a água nela acumulada continue a escoar.

Mapa da Unidade Produtiva – Dona Maria Girassol (1968 - 2004)

Antes da Assessoria da CMN

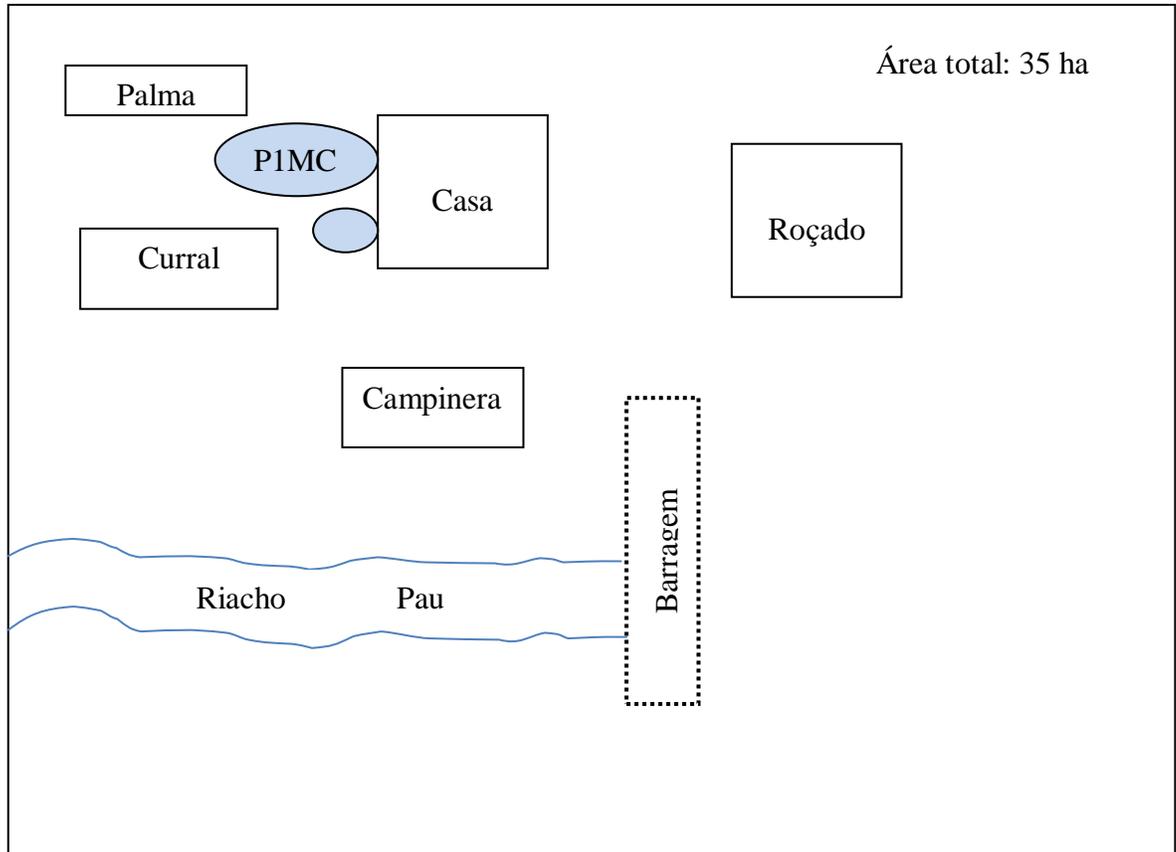


Figura 15: Mapa da Unidade Produtiva – Dona Maria Girassol/Antes da Assessoria da CMN (1968 - 2004)

Assim, com o passar dos anos, D. Maria, em conjunto com o apoio da assessoria técnica da CMN, passa a diversificar a produção e repensar a unidade produtiva a partir da perspectiva agroecológica. Com o intuito de assegurar a autossuficiência da família e a sua autonomia em relação aos insumos externos, foram realizadas as primeiras ações com as construções dos silos de forragem, cujo objetivo é assegurar uma alimentação balanceada para os animais e reduzir os custos com a compra de ração. Atualmente, a família expandiu a armazenagem para 3 (três) silos com recursos próprios.

Para D. Maria as formações e capacitações realizadas pela assessoria da CMN foram fundamentais nesse momento. D. Maria participou de vários intercâmbios agroecológicos, em

idades e estados diferentes, além de um curso de 2 (dois) anos sobre hortas e pomares, sistemas agroflorestais (SAFs). Todo esse conhecimento adquirido foi aos poucos sendo aplicado na sua propriedade e multiplicado em sua comunidade:

Teve vários intercâmbios, Campina Grande, Monte Alegre, São José do Egito, Afogados da Ingazeira, Santo Antônio. São vários lugares. A gente tanto vê a experiência do outro como a gente leva a experiência nossa pra eles. A gente ensina e aprende. Vem técnico de fora também. Vem do Ceará, já passou vários com a gente. Eu mesma me sinto muito realizada. Eu sinto muita vontade de fazer uma agronomia. Não fiz, mas entrei mais ou menos na agroecologia e to levando (Dona Maria).

Assim, quando questionamos à D. Maria o que para ela significava agroecologia, ela responde: *Vem da agricultura e do eco, do espaço da água, da natureza, isso é o que entendo da natureza. E assim, como na política social, você pode trabalhar a sua cultura, você pode trabalhar o seu lazer, o seu quintal, o seu lixo, você trabalha tudo dentro da agroecologia.*

Desta forma, compreendemos que a visão da D. Maria sobre agroecologia vai além da relação ecológica com os recursos naturais, mas também na possibilidade de construir outras relações sociais e culturais – em harmonia com a sua comunidade e seu ambiente natural –, a favor de um desenvolvimento rural mais solidário e ambientalmente justo.

Neste sentido, segundo Trujillo (2006), a agroecologia percorre um ambiente muito mais amplo e complexo do que a utilização responsável dos recursos naturais – não desconsiderando essencial fator – mas ao passo que reconhece nas distintas formas do conhecimento-científico, do saber popular dos agricultores (as) e dos movimentos sociopolíticos articulados, ela avança na perspectiva da autonomia e da equidade nas relações sociais entre seus sujeitos, tornando-os agentes determinantes e propulsores do almejado desenvolvimento rural sustentável.

Assim, a partir da vivência com os intercâmbios e as formações, D. Maria e sua filha vão aos poucos ampliando o número de espécies vegetal e animal em sua propriedade, potencializando os espaços que anteriormente não tinham valor – simbólico ou econômico – para a família, a exemplo da experiência do quintal produtivo, como podemos observar na Figura 16.

Mapa da Unidade Produtiva – Dona Maria Girassol (2004 - 2013)
Depois da Assessoria da CMN

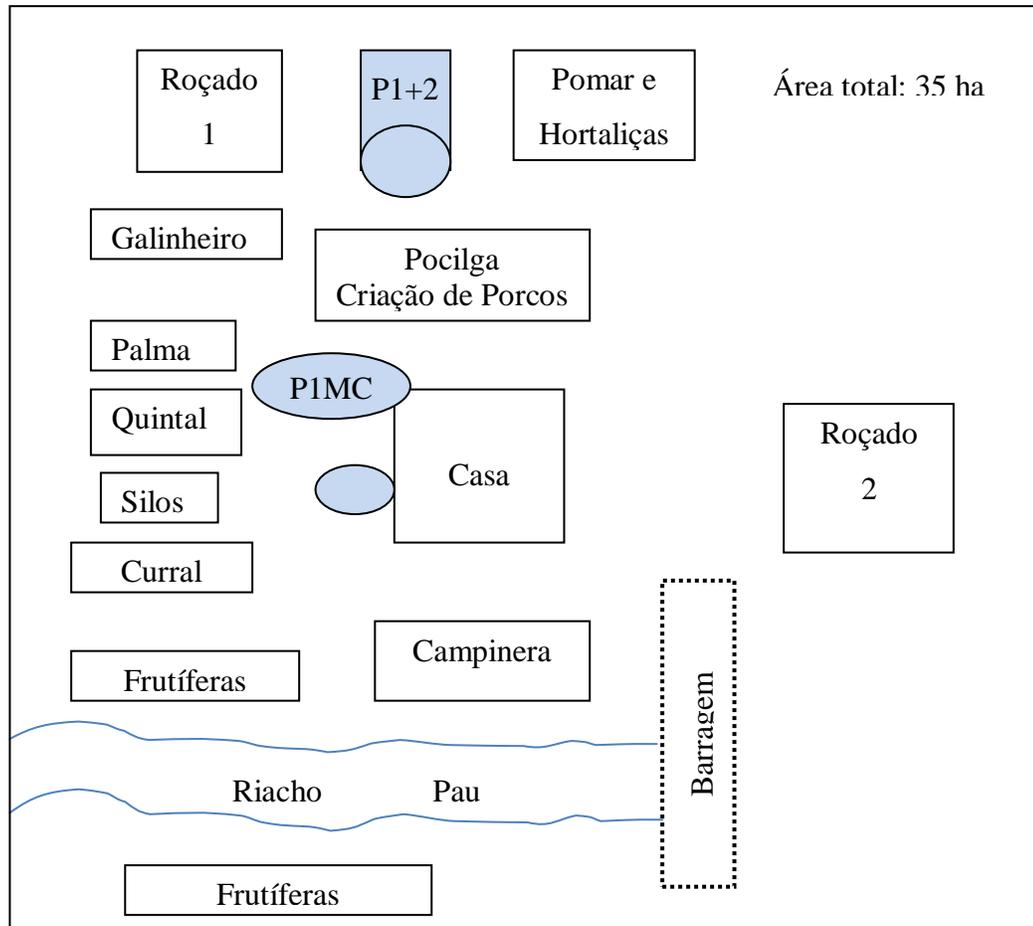


Figura 16: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Mara Girassol/Depois da Assessoria da CMN (2004 - 2013)

Para D. Maria, a experiência de melhoramento do seu quintal, desde o ano de 2002, foi fundamental para sua conscientização em relação à não utilização dos agrotóxicos, da necessidade de otimização dos recursos, em especial a reutilização da água. Ela relata que, com o espaço do quintal, conseguia assegurar os alimentos saudáveis para o consumo familiar e renda com o excedente comercializado na feira agroecológica local durante 8 (oito) anos:

Ele é bom. Maravilhoso, porque eu já fazia algumas coisinhas, já plantava, mas a gente se conscientizou de plantar sem agrotóxico. A gente come uma comida saudável, e o rendimento é bom. Eu como, eu vendo na feira agroecológica. Passei 8 anos na feira agroecológica, agora eu não to indo mais por problema de saúde, mas pra mim foi maravilha, uma experiência ótima (Dona Maria).

D. Maria também produz doces, bolos e geleias, que são comercializados na Feira Agroecológica local do município. Segundo ela, a renda dos seus produtos girava em torno de R\$100,00 por semana (antes da seca). Nesse período, D. Maria participou do II Encontro Nacional de Agroecologia ENA em Recife, em 2006, representando, enquanto agricultora assessorada da CMN, a sua experiência do quintal e o manejo ecológico realizado. É importante destacar que D. Maria nunca utilizou agrotóxico em sua propriedade, mas que não tinham consciência da importância do seu trabalho para a sustentabilidade dos recursos naturais:

A gente nunca usava veneno não, mas cada vez mais eu fui aprendendo fazer o composto, preparar o adubo pras plantas. Porque eu botava tudo de qualquer jeito, e hoje em dia eu sei a importância. As plantas que são as adubadeiras eu não conhecia. Hoje eu já conheço, na minha horta eu posso plantar que elas adubam a terra. Eu sei que a introdução da CMN na minha casa ela foi 10, tá sendo (Dona Maria).

Podemos observar (Quadro 10 e 11) a diversidade de espécies vegetais (62) e animal (2) na produção adotada por D. Maria e sua família. No espaço do quintal são cultivadas as plantas medicinais, as hortaliças e as frutíferas; nos roçados diversificados 1 e 2 são cultivadas as frutíferas e as leguminosas; na “campinera”, as nativas e as forrageiras.

Quadro 10: Categoria de Espécie Vegetal do Agroecossistema da D. Maria – 2013

Mapa agroecossistema 2013						
Categoria	Medicinais	Hortaliças	Frutíferas	FORAGEIRAS	NATIVAS	ROÇADO
Espécies Vegetação	Malva do reino	Alface	Manga	Leucena	Caatingueira	Milho
	Amplicilina	Alface roxo	Acerola	Gliricídia	Pereiro	Feijão
	Hortelã	Rúcula	Goiaba	Mandacaru	Marmelero	Abóbora
	Erva Cidreira	Cebolinha	Cajueiro	Palma	Jurema	Melância
	Romã	Tomate cereja	Limão taiti		Pau-ferro	
	Boldo	Salsinha	Amora		Jurema	
	Mororó	Quentro	Graviola		Juazeiro	
	Caatinga branca	Beringela	Limão galego		Umbuzeiro	
	Favela	Gerimum	Laranja		Barauna	
	Umburana	Maxixe	Mamão		Algaroba	
	Barauna	Quiabo	Melancia		Arueira	
		Couve			Favela	
		Repolho			Alecrinho do serrote	
		Pimentão			Caatinga branca	
		Pimenta			Umburana de cheiro	
		Abobrinha			Umburana de cambão	
		Espinafre			Pau Piranaha	
		Rabanete			Biratanha	
				Pinhão		
				Mororó		
Total de espécies: 62						

Quadro 11: Categoria de Espécie Animal do Agroecossistema da D. Maria – 2013

Espécie Animal	Bovino		Quant.
			Boi
		Vaca	1
		Bezerro	1
	Avicultura	Galinha	10
Total de espécies: 2; Quant. 14			

Para o esposo, Jacinto, a introdução da assessoria da CMN na sua propriedade trouxe muitas melhorias e inovações, a exemplo das cisternas e o quintal produtivo:

A CMN incentivou muita coisa. Mudou muita coisa. Porque a gente era só, a gente fazia o que vinha no pensamento. E hoje elas vêm, dá o treinamento. Diz como que é, e a gente tá fazendo, dá certo. Melhorou porque as coisinhas, muitas coisas que não sabia fazer, que esse negócio

da cisterna, porque a gente bota água, quando chovia elas enche. O quintal foi bom, mas agora eles já morreram quase tudo (Jacinto).

Neste relato afirmativo referente às tecnologias e melhorias advindas com a assessoria da CMN, Jacinto acrescenta o impacto da seca na sua propriedade e a perda na produção e diversidade nos últimos anos:

Antigamente era mil maravilha. Hoje tá, faz tempo que a gente vem assim. Mas de três anos pra cá é um castigo imenso. A terra tá dando e a terra tá comendo. A terra deu e a terra comeu. Porque tá acabando as árvores. O que a gente tinha pra gente viver e produzir, já acabou tudo, e as outras coisas tá acabando. Antigamente a gente comprava alguma coisa, mas era muito raro. A gente criava e se servia com ele pra se alimentar e pra gente vender. Tudo era pra alimentação, tá triste dá até vontade de chorar (Jacinto).

Apesar do contexto de vulnerabilidades que a família tem enfrentado, compreendemos que há um descompromisso em relação às políticas públicas macroestruturais de convivência com o semiárido por parte do governo. Afinal, desde 2010 o Semiárido brasileiro passa por uma das maiores secas dos últimos trinta anos, atingindo fortemente as famílias agricultoras, em especial as mulheres, que são as principais responsáveis pela gestão da água (MOURA, s/d; BAPTISTA et al, 2013).

Assim, quando questionamos qual o diferencial em sua propriedade, que, apesar das condições adversas como essa, ainda tem conseguido assegurar a sobrevivência da sua família e uma rica diversidade de espécies, D. Maria afirma:

É devido o manejo, sobre as capacitações que eu frequentei. Me capacitei e, aí a gente vem fazendo aquele manejo. E sabendo conviver com o semiárido você vive. Dependendo do manejo a gente vai conseguindo mais espécie ainda. Tem espécie que morre, porque ela não aguenta o clima, mas tem outras que ela resiste, e através disso foi que a gente chega lá. Aprendendo com o semiárido, porque o nordestino, ele ainda não sabe viver com o semiárido, ele está aprendendo, estamos caminhando nessa luta (Dona Maria).

Assim, a estratégia de diversificação da produção, tal como a perspectiva agroecológica, tem proporcionado melhores condições e resistência às famílias nesses períodos. De acordo com Gliessman (2001), a agroecologia proporciona o reconhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Desta forma, a perspectiva agroecológica é uma das dimensões para se repensar o semiárido.

Segundo Silva (2007), “a valorização do espaço territorial para a convivência requer, novas formas de pensar, sentir e agir no ambiente no qual está inserido, é um aprendizado da comunhão intrínseca entre os sujeitos e a realidade do semiárido através das experiências vividas”, e, nesse sentido, a partir de processos participativos e construção de alternativas apropriadas e impulsionadas pela população local.

A infraestrutura hídrica que foi fortalecida pela assessoria, a exemplo da cisterna calçada (P1+2), destinada para a produção da família, e a cisterna P1MC, utilizada para o autoconsumo, tem assegurado uma sobrevivência à família. Destacamos o privilégio da existência do Riacho Pau em sua área, embora, durante esse período de estiagem, estivesse seco, sem utilidade para todos/as.

Assim, D. Maria relata a importância da CMN na sua propriedade e suas percepções sobre o serviço prestado pela instituição:

A CMN assessora muito bem. A assessoria da casa é 10 pra nós. O que a CMN promove com o grupo, as capacitações, projetos, tudo, a CMN é bastante ativa. E ela vem todos os meses aqui, que é a visita técnica. Tanto vem nas nossas casas, como no nosso grupo. Na casa da gente tem vezes que ela vem 4 vezes. Tudo o que eu to querendo a CMN tá realizando (Dona Maria).

No entanto, apesar do engajamento e iniciativa de D. Maria em acompanhar as atividades e formações da assessoria, ela argumenta que há mulheres que reproduzem o comportamento das políticas assistencialistas, alimentando vícios prejudiciais à autonomia e ao processo de empoderamento das mulheres:

Muitas mulheres só querem participar se tiver um recurso. Como não tem recurso muitas se distanciaram. Porque a CMN não vem trazer dinheiro

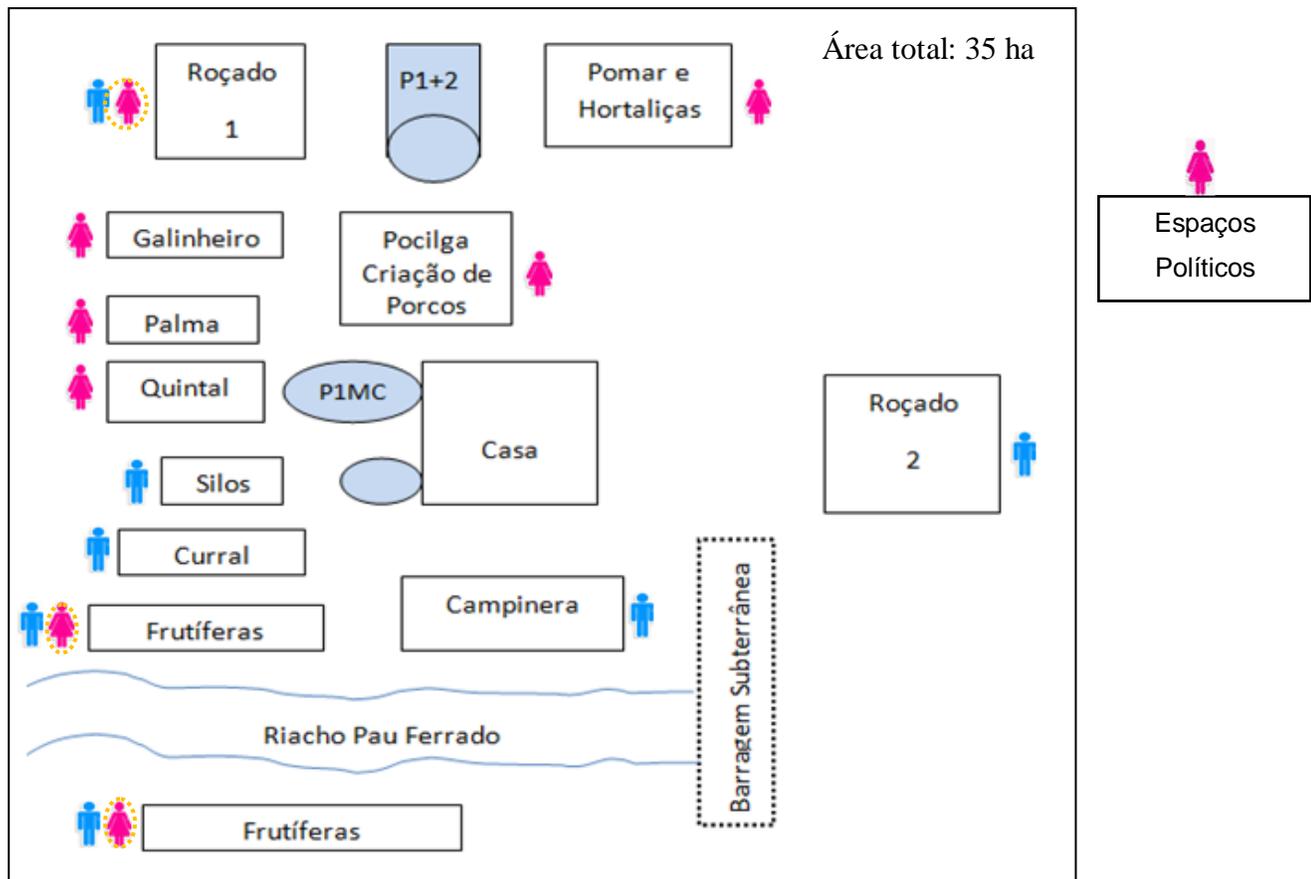
pra você, ela vem trazer experiência, ela vem trazer conhecimentos, não é dinheiro. Mas tem muita gente que pensa assim. É por isso que a gente sempre vê um comentário. Se tem alguma coisa vem, mas se é só pra conversar, dar palestra pessoal, muita gente não se interessa não. Se disser que tem alguma coisa de interesse pra levar pra casa tudo bem (Dona Maria).

Neste sentido, observamos que a CMN tem correspondido ao seu objetivo de fomentar uma assessoria de caráter “Humanismo Crítico”, a fim de estabelecer uma nova relação democrática e emancipadora entre extensionista – agricultor/a (sujeito-sujeito) (MDA, 2010).

A seguir, apresentaremos as relações de gênero dentro da unidade produtiva familiar de D. Maria (ver Figura 17), assim como evidenciaremos a distribuição das tarefas e a tomada de decisão por parte dos homens e das mulheres na família.

Mapa da Unidade Produtiva – Dona Maria Girassol (2004 - 2013)

Fluxo de Homens e Mulheres



Legenda: Homem tomador de decisão Mulher tomadora de decisão Homem "ajudante" Mulher "ajudante".

Figura 17: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Maria Girassol/Fluxo de Homens e Mulheres

Como observamos, na propriedade da D. Maria, as atividades são praticamente realizadas por ela: o preparo do solo, o plantio, os tratamentos culturais e a colheita dos cultivos alimentares, forrageiros, frutíferas (no espaço do quintal) e o reflorestamento das nativas. As plantas medicinais e as hortaliças também ficam sob sua responsabilidade. Quanto à criação animal, ela se dedica à criação das galinhas e dos porcos (devido à seca não há a criação de porcos no momento). A neta contribui nos finais de semana com o manejo das frutíferas e com o trabalho doméstico, pois durante a semana cursa a graduação de administração em Serra Talhada.

Seu esposo Jacinto é responsável pela colheita, pelo cultivo dos forrageiros, das frutíferas, das árvores nativas e da criação animal de grande porte. A manutenção dos silos com as rações

também fica sob sua responsabilidade. O neto contribui no cultivo das frutíferas, na criação dos animais, na busca da lenha e da água, juntamente com seu avô.

Quanto à tomada de decisão nesses espaços e o significado da expressão “ajuda”, naqueles protagonizados por D. Maria – o quintal produtivo, o pomar e as hortaliças, a criação dos pequenos animais é ela quem decide, tendo como “ajudante”, o Jacinto para “aguar” os cultivos, preparar o esterco para o adubo ou quando ela viaja. Já nos espaços dos roçados diversificados, das frutíferas (em torno do Riacho Pau), quem assume o papel de “ajudante” é D. Maria, pois é seu esposo quem toma as decisões, assim como no curral e na “campinera”.

A gestão da unidade produtiva e da renda familiar é feita em conjunto pelo casal, sendo a compra de materiais, equipamentos e insumos decidida por D. Maria. Quanto à distribuição das tarefas domésticas, somente D. Maria assume essa responsabilidade atualmente. Quando era mais nova e os filhos/as eram pequenos/as, D. Maria podia contar com o apoio do marido. No entanto, com o passar dos anos, essas atividades foram sendo assumidas pelas filhas mais novas:

Ele sempre me ajudou. Sempre quando eu andava pro mundo e eu tinha minhas crianças pequenas, eu chegava do trabalho e saía de 6 da manhã. E tinha dia, que eu chegava, eles tudo pequenininho, de 1 a 2 horas da tarde que eu chegava, eu ia lavar roupa, ia lavar casa e ele dava banho nas crianças. Ele varria a casa comigo, ele ia buscar a água pra mim lavar roupa. A noite, eu ia passar ferro pra deixar tudo passadinho. Ele sempre me ajudou. Só deixou um pouco quando as meninas foram crescendo porque tinham muitas moças eram 6. Aí depois as minhas filhas tomaram de conta né (Dona Maria).

Assim, a realidade da casa de D. Maria não se diferencia de outras mulheres no interior dos lares brasileiros. Ainda há uma enorme diferença entre os homens e mulheres quanto à divisão dos trabalhos domésticos. Referente à jornada média semanal, verifica-se que as mulheres trabalham mais que o dobro dos homens nessas atividades (24,8 horas/semana), segundo os dados do IBGE (2007). A seguir, no Quadro 12, podemos visualizar a rotina do casal e seus afazeres.

Quadro 12: Rotina diária e o uso do tempo da D. Maria e do Jacinto – 2013

	Período	Dona Maria Girassol	Jacinto
Manhã	4:30 – 5:30	Prepara o café da manhã e varre o terreiro.	Toma o café da manhã.
	6:00 – 9:30	Trata a horta e o quintal; -alimenta os pequenos animais.	Alimenta e busca água para os animais.
	10:00 – 11:30	Limpa a casa e prepara o almoço.	Descansa.
13:00 – 14:30	Costura e dá a alimentação para os animais		
Tarde	16:00 – 17:30	Trata a horta e o pomar.	Trata no roçado; dá alimentação e água para os animais.
	17:30 – 18:00	Prepara o jantar.	Descansa ou assiste televisão e dorme.
Noite	18:30 – 19:00	Assiste televisão.	
	20:00 – 22:00	Prepara as encomendas de bolo e dorme.	

É visível a sobrecarga de trabalho que D. Maria assume cotidianamente, desde o cuidado com a educação do neto, o trabalho doméstico e produtivo na unidade familiar, além dos espaços políticos de que participa. Assim, quando questionamos para D. Maria qual era a sua sensação com todas as dificuldades e sobrecarga de trabalho, ela responde emocionada, com orgulho e satisfação:

Trabalhei muito. Casei, sofri muito. Porque com criança pequena e meu marido é agricultor, vivia da roça. E eu tinha que deixar meus filhos na casa da minha sogra. Minha sogra trabalhava, minhas cunhada trabalhava, todo mundo agricultor. Era um sufoco, mas eu venci graças a Deus. Através desse trabalho foi aonde eu cheguei a essa aposentadoria. Foi através de todas as dificuldades, que hoje, graças a deus meus filhos estão criados. To aqui mais meu esposo, na mesma casinha que cheguei tô. Até a hora que Deus quiser. To aqui, to satisfeita (Dona Maria).

O relato de D. Maria reflete a realidade de muitas mulheres no sertão. Porque, de fato, conseguir dar conta de todas essas demandas e atividades é admirável e exaustivo também. D. Maria reconhece sua tripla jornada e sobrecarga de trabalho, mas não consegue reorganizar as tarefas com o marido no dia-a-dia. Quando necessita participar de algum encontro ou formação fora de casa, deixa tudo pronto com antecedência – é o famoso “jeitinho” caracterizado por ela.

Quando questionamos a Jacinto o porquê de ele não se inserir nas atividades domésticas, ele responde:

No meu ver, eu acho que ela tem mais tempo. O homem se perturba muito. O homem tem muita canseira. O homem vai pro roçado e vai dormir. Porque dentro de casa você sabe, ela não tá levando sol. A cabeça dela é mais fresca que a do homem. É que as vez muita família perturba, mas agora mesmo não tem mais família. Chega uma hora que a família vai pra escola, fica aquele tempo todo lá. Aí eu penso que a mulher tem mais descanso. Tem mais um tempinho de uma vez pra sair, pra aprender alguma coisa (Jacinto).

Para Jacinto, o fato de D. Maria não ficar exposta ao sol durante as atividades domésticas subentende que seu trabalho é mais “leve” que o dele. Contudo, se formos problematizar a rotina do casal, visualizamos a sobrecarga de trabalho da D. Maria. Além disso, Jacinto, por não ter sido socializado a realizar as tarefas domésticas, relata que não consegue problematizar esse trabalho: *Nem sei te dizer como é trabalho de casa, porque eu só como, a comida já tá pronta pra comer.*

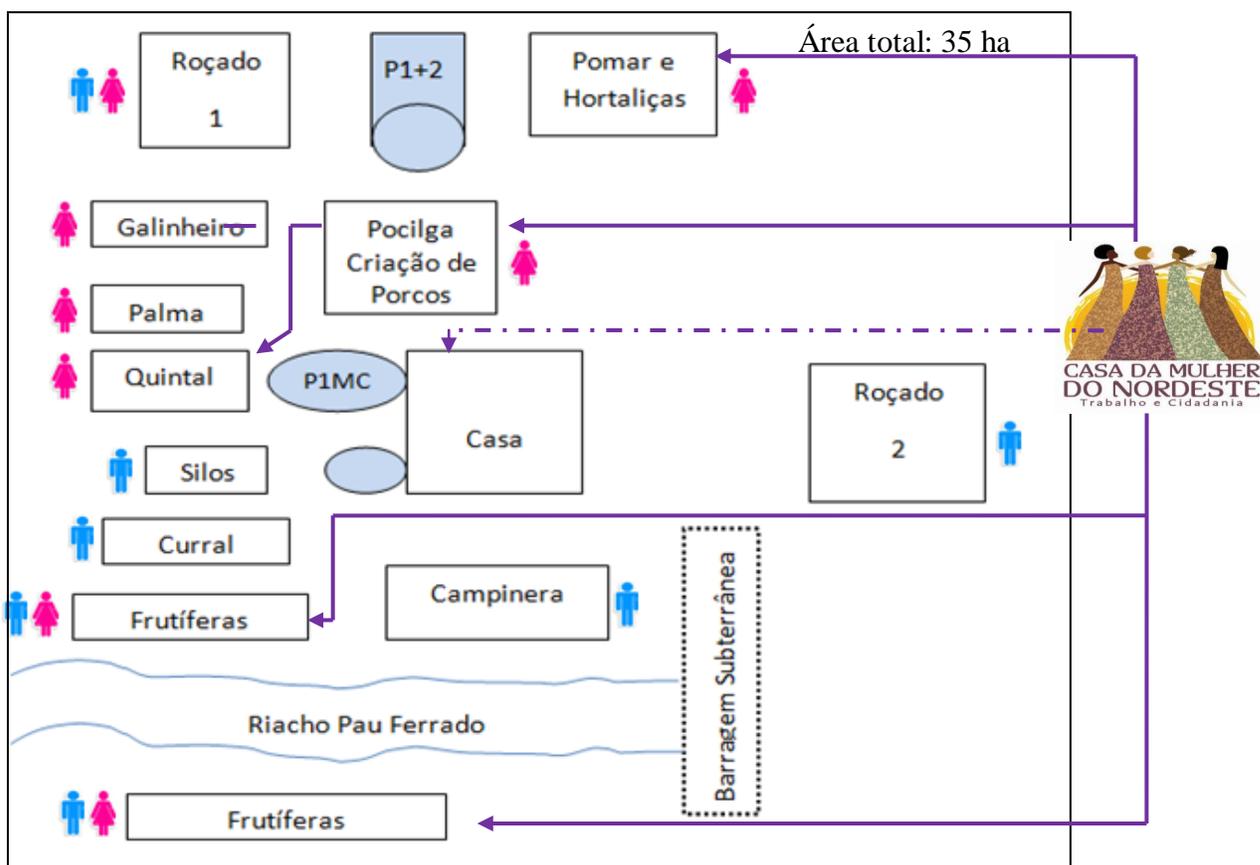
Desta forma, o trabalho exercido por D. Maria – a cultura histórica machista patriarcal – acarreta na invisibilidade e na desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres na ordem familiar, como reproduzido pelo seu esposo. A seguir, na Figura 18, veremos os espaços de maior inserção da assessoria da CMN na unidade produtiva familiar, no sentido de reorganizar as relações sociais de gênero.

A assessoria da CMN atua diretamente nos espaços onde D. Maria é responsável pela atividade, como: o quintal, na pocilga, hortas e pomares. Observamos que, com a estratégia de diversificação da produção, o esposo começou a se inserir nas atividades que comumente eram realizadas por mulheres, como o cultivo das frutíferas e o apoio no quintal produtivo. Com

relação à reorganização do trabalho doméstico com seu esposo, esta tem sido pouco debatida, mas, com o neto, D. Maria tem conseguido inserir aos poucos essa responsabilidade.

Mapa da Unidade Produtiva – Dona Maria Girassol (2004 - 2013)

Fluxo de Homens, Mulheres e da Técnica da CMN



- Legenda:** Homem Mulher
- Assessoria direta da CMN
- Assessoria indireta da CMN

Figura 18: Mapa da Unidade Produtiva - Dona Maria Girassol/Fluxo de homens, mulheres e da técnica da CMN

A seguir apresentaremos as principais mudanças observadas na vida das mulheres assessoradas, assim como os limites e entraves da assessoria da CMN.

5.5. Mudanças em curso: os limites e os avanços da CMN e na vida das mulheres

Ao longo desses anos de atuação no sertão do Pajeú, a coordenadora do Programa Mulher & Vida Rural, assim como as técnicas da CMN, observam algumas mudanças significativas na vida das mulheres – protagonistas desse processo ainda em curso –, mas os entraves e as dificuldades enfrentados por muitas delas ainda persistem.

Para Márcia, o exercício da fala pelas mulheres e a participação nos espaços políticos têm sido alguns dos maiores avanços que a CMN tem fortalecido:

A gente percebe que as mulheres que não falavam, as mulheres que não saíam de casa (...) através do relato de vida dessas mulheres(...) nos encontros, nos seminários, nos cursos que a gente dá, que a gente se encontra, percebe quem eram elas e como elas estão hoje. Porque ela tinha medo de falar na associação da própria comunidade e, agora, ela fala numa reunião de conselho de desenvolvimento territorial, hoje elas falam numa reunião de um fórum, elas estão presentes, elas estão atuando. Claro que a gente ainda está muito longe, de garantir a equidade de gênero nesses espaços, e esse é o grande objetivo das organizações feministas (que a gente garanta na nossa sociedade a equidade de gênero). Porque nós temos esse direito. Porque isso é muito importante para a vida dessas mulheres que saíram da invisibilidade onde elas eram colocadas, e hoje, elas se sentem sujeitos de sua história, construindo a sua história (...). A gente percebe através da fala, esse instrumento que pra ela é tão difícil no início, (que pra nós parece ser tão simples e que pra ela é tão difícil), conquistar o direito a fala, a dizer o que tá sentindo, a dizer o que quer, a reivindicar os seus direitos. Então a gente percebe que muitas já avançaram nesse sentido, mas ainda muito precisa ser feito (Márcia, coordenadora da CMN).

Segundo a técnica Laura, as capacitações e oficinas de comunicação têm auxiliado muito nesse processo da fala e no qual as mulheres se sentem mais confiantes e seguras para atuarem nos espaços políticos e mistos:

Eu percebo hoje, que as mulheres estão mais leves, mais soltas, não tem problema para se apresentar, perderam a timidez. Então, acho que isso contribui muito para essa autonomia das mulheres: na questão da fala, na questão de estar nos espaços de incidência, de tá realmente se sentindo parte disso. De poder dizer: Não, a minha opinião é essa, de

fazer acontecer alguma mudança. Então acho que todo esse trabalho contribui para a autonomia das mulheres de fato (Laura, técnica da CMN).

As tecnologias sociais, assim como a execução dos Programas PIMC e P1+2 da ASA pela CMN, são reconhecidas como ações estratégicas para a modificação e melhora da vida dessas mulheres:

O acesso a algumas tecnologias, que até então as mulheres não tinham. E quando a gente trabalha o quintal, a gente, de certa forma, trouxe algumas tecnologias, e essas mulheres se apropriaram dessas tecnologias. A gente tem várias: a implantação de um simples sistema de irrigação, de microirrigação, a questão do biofertilizante, (...), a questão do minhocário. Isso as mulheres se apropriaram e fazem muito bem. Não precisou vir ninguém de fora pra dizer como é que faz. A gente faz uma simples oficina, todo mundo se apropria e depois põe em prática. Então essas tecnologias também, deixam as mulheres mais autônomas em relação às estratégias que a gente tem utilizado para o bom resultado, para melhorar a produção. A questão de não procurar trazer insumos externos, procurar sempre o que a gente tem na própria área, reciclar, ter uma criatividade para o que vai fazer e não ficar esperando vir, cair do céu, ter a iniciativa de fazer, testar e dar certo (Laura, técnica da CMN).

Para a técnica Mariana, a CMN trouxe alguns benefícios de ordem econômica, política e subjetiva, como a autoestima e o reconhecimento pelas mulheres do seu próprio trabalho:

A assessoria da CMN trouxe primeiro uma questão de autoestima, de valorização do trabalho. Das mulheres se reconhecerem como sujeito de direito e deveres. Uma outra questão foi principalmente o processo de convivência com o semiárido. Acho que foi muito fomentado, tanto com a cisternas, a construção de silagem, como o melhoramento nas criações, infraestrutura de cercas, as várias tecnologias que se agregam à estrutura e também, os processos de formação, de intercâmbio. A visibilidade das mulheres, que muitas vezes seu mundo era sua casa, seu terreiro, seu quintal... Então, essa mulher começa a ver um mundo. Eu vejo muitas mulheres que passaram a se valorizar mais, a querer participar dos espaços, a querer decidir, a querer ser presidenta. Então, a gente vê mulheres que estão participando do sindicato, concorrendo à presidência, que estão em vários lugares da sociedade, participando

ativamente, decidindo. Esse pra mim é uma das coisas mais fantásticas, que é primeiro de se reconhecer como um sujeito de direito (Mariana, técnica da CMN).

A técnica acrescenta a importância do fortalecimento dos mais de 30 grupos de mulheres na Região do Pajeú, e, nesse sentido, mostra-nos a relevância desse espaço de ajuda mútua, solidariedade e experimentos entre as mulheres:

Nem todas as mulheres se identificam com a questão dos grupos produtivos, mas tá ali junto pra trocar experiência da educação do campo, a experiência dela criar galinha, o que ela faz, como ela criar seus animais, a medicina alternativa que ela utiliza. Então a gente vê que não é só um espaço pra produzir renda, mas é também pra produzir conhecimento, pra trocar experiências. E nos outros grupos que sobrevivem da renda, por exemplo, um grupo bem próximo, o Xique-Xique, é um grupo de mulheres que produz polpa. Elas tiram a renda ali daquele espaço. Então traz muito a inserção da renda para as mulheres, que aqui na nossa região é muito caracterizada pelos programas sociais, o Bolsa Família, por exemplo, que é uma característica. Se você for perguntar pra maioria das mulheres, elas vão dizer que a renda dela é a partir do Bolsa Família. Então, traz uma diferenciação da mulher que tá trabalhando no entreposto, a mulher que tá fazendo seu artesanato, tá fazendo sua renda, que tá reinventando várias coisas diferentes e tem uma renda sua. Por isso, é bem importante esse processo que a CMN fomentou (Mariana, técnica da CMN).

Apesar dos avanços observados, quando questionado às técnicas quais as principais dificuldades que as mulheres enfrentam, que limitam tanto seu desenvolvimento humano como o trabalho sistemático da assessoria, são apresentadas as seguintes:

- ✓ Demanda por estratégias estruturais de armazenamento da água tanto para o consumo como também para a sua produção, considerando que em épocas de forte estiagem elas recorrem aos carros-pipa, tornando a atividade muito onerosa e restrita.
- ✓ Em relação às políticas públicas de escoamento e comercialização dos seus produtos, a exemplo do PAA, a paralisação do mesmo por problemas de fiscalização do Governo Federal tem prejudicado os empreendimentos de beneficiamento na região.

- ✓ As dificuldades burocráticas institucionais e sexistas dos programas e dos bancos referente ao crédito PRONAF Mulher.
- ✓ A cultura machista patriarcal sobrecarrega o trabalho das mulheres, assim como a violência doméstica, simbólica e psicológica, é um dos principais entraves para a melhora na divisão sexual do trabalho das famílias.

O relato da técnica Mariana elucida claramente as distintas formas em que as mulheres são subjugadas no meio rural:

A gente tá numa região que, por exemplo, nenhuma mulher acessou o Pronaf Mulher, acessam o Pronaf B, porque tem a dificuldade que a DAP é familiar, e nem sempre o marido quer assinar pra mulher acessar um crédito. Então, isso é uma grande demanda porque não só a dificuldade de se acessar um crédito, mas tem a dificuldade institucional, que é o banco. Geralmente as mulheres produzem em pequenas áreas e nem sempre há uma credibilidade do assessor de um banco em uma produção de 0,5 ha, por exemplo, que são a grande maioria dos quintais produtivos. A outra também é em relação à violência, a gente vê que a maioria das mulheres sofrem, nem sempre a violência física, mas a moral, a psicológica. Então muitas vezes essa violência impede que as mulheres saiam de casa, e ela é muito abafada nas comunidades. Nos municípios a gente não tem uma Delegacia da Mulher, a gente não tem uma política específica, principalmente na zona rural que já está mais distante, então essa é uma grande dificuldade. Apesar de não ser na nossa linha de assessoria a violência, mas a gente sabe o quanto isso assola a participação das mulheres nos processos formativos. Além dessas, a hegemonia masculina, porque a partir do momento que a mulher começa a participar dos processos formativos a gente vê também que a gente tá aumentando a carga de trabalho dessa mulher, que antes cuidava de casa, dos filhos, do roçado. Agora ela participa do grupo de mulher, ela participa da associação, ela participa dos conselhos nas comunidades. Essa é uma grande barreira de quebrar e uma das mais difícil, porque está na estrutura familiar, está na cultura familiar de que o homem é o provedor, da segurança, da moradia, da alimentação, sendo que a gente sabe que em grande parte são as mulheres que garantem a alimentação, a educação dos filhos. Então isso, apesar de ser bom, traz demandas que é um processo difícil ainda de quebrar (Mariana, técnica da CMN).

Em relação à violência doméstica, a CMN atua em duas frentes de trabalho: o processo de formação com as mulheres sobre os seus direitos e o fortalecimento para que elas possam influenciar nos espaços políticos, cobrando políticas de enfrentamento à violência e no favorecimento da autonomia econômica e política das mulheres:

A CMN trabalha no sentido de formar as mulheres, levar as informações, o conhecimento às mulheres, para que elas possam adquirir informações, que muitas vezes elas não tem acesso, para que elas possam ser esse sujeito de libertação delas próprias. Porque não sou eu que vou libertar as mulheres, elas mesmo que vão se libertar. Mas para que isso aconteça, elas tem que ter a quem recorrer, e aí que entra a luta, que a CMN também participa do processo de luta de políticas que atendam essas mulheres. Então a CMN atua nessas duas vertentes, no processo de tá discutindo com as mulheres os seus direitos, dialogando com as mulheres e exigindo dos governantes, do município do estado, do governo federal a implementação das políticas para que as mulheres possam recorrer e que elas possam ser atendidas como elas têm direito a ser (Márcia, coordenadora da CMN).

Referente ao processo interno da instituição e dos limites da assessoria, as técnicas da CMN apontam a necessidade de expandir a atuação sistemática em todo o território do Pajeú; a necessidade contínua de formação política feminista com a equipe técnica; a sobrecarga do trabalho da equipe em gerenciar diferentes projetos – governamentais e de cooperação internacional, sendo o marco regulatório das ONGs fundamental para a sustentabilidade financeira e de atuação da CMN.

Outro fator muito relevante apontado pela assessoria foi a necessidade de aperfeiçoar o conhecimento de gestão da equipe e, assim, possibilitar melhorias aos grupos produtivos de mulheres, como apontado pela Coordenadora do Programa Mulher & Vida Rural:

Pra nós o que precisa melhorar enquanto assessoria é a gestão, pra gente poder melhorar as outras questões que é a auto-organização das mulheres, fortalecer a auto-organização das mulheres pra tá acessando o mercado, que aí não depende só das mulheres, aí depende também das políticas. A gente precisa estar avançando nessa luta que é mais externa, mas que o déficit nosso enquanto assessoria é a questão da gestão, trabalhar mais a gestão com os grupos e na questão da comercialização

são as políticas mesmo que deixam muito a desejar e que a gente precisa avançar muito nesse sentido (Márcia, coordenadora da CMN).

Como podemos observar, são inúmeros os desafios e limites, sendo a CMN um dos atores agentes nesse processo em busca de ações estruturantes que possibilitem outras formas de convivência no semiárido às mulheres rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das imensas adversidades, como a estiagem dos últimos três anos, são as mulheres agricultoras, portadoras de conhecimento, que resistem e lutam cotidianamente por alternativas que favoreçam a sua sobrevivência e da sua família no Semiárido. O acúmulo das práticas dessas mulheres e as experiências consolidadas de transição agroecológica são exemplos de como é possível conviver com a seca de forma ambientalmente justa e solidária a homens e mulheres.

As tecnologias sociais fortalecidas pela CMN, a exemplo das cisternas com o projeto P1MC, foram fundamentais para a melhora na vida das famílias e, em especial, das mulheres, principais responsáveis pela gestão da água na propriedade. As políticas de assistência técnica e extensão rural, de inserção econômica e financeira, ainda representam um entrave para a inclusão das mulheres no processo de gestão, decisão e participação dos projetos e políticas públicas no semiárido. Assim, não podemos deixar de considerar que, para haver de fato uma convivência no Semiárido, as relações entre homens e mulheres devem ser problematizadas e questionadas na agricultura familiar camponesa.

As estratégias de auto-organização nos grupos e movimentos de mulheres e da assessoria técnica social feminista com perspectiva agroecológica e de convivência com o semiárido, a exemplo da Casa da Mulher do Nordeste – que prioriza e potencializa o trabalho das mulheres –, tem possibilitado maior autonomia, geração de renda e inserção nos espaços públicos a essas mulheres, favorecendo sua autoestima e seu processo de empoderamento.

Contudo, as estratégias da CMN a fim de redefinir os papéis de gênero dentro da unidade produtiva familiar, a partir do redesenho dos agroecossistemas, da diversificação produtiva e da perspectiva agroecológica, têm possibilitado maior integração entre os homens e as mulheres na tomada de decisão, ainda que poucos avanços tenham sido notáveis no âmbito da reorganização das tarefas domésticas, acarretando na sobrecarga de trabalho às mulheres, que já não são jovens.

O conhecimento de gestão e dos processos de comercialização foi apontado como insuficiente pelas agricultoras, sendo uma das lacunas da assessoria técnica da Casa da Mulher do Nordeste, tal como o contexto de violência doméstica e da cultura machista patriarcal da região configura-se como um fator limitante às ações da assessoria da CMN.

As mulheres centram críticas às políticas de combate à seca e, por meio da auto-organização, dão visibilidade às suas lutas e reivindicações. Dentre as principais demandas, são apresentadas as seguintes: (i) fortalecer as experiências de convivência com o Semiárido protagonizado pelas mulheres; (ii) garantir políticas públicas estruturantes para o acesso à água, como a cisterna de placas, poços artesanais próximos aos quintais produtivos, entre outros; (iii) incluir, como parte das necessidades imediatas da “produção do viver”, o trabalho doméstico e do cuidado; (iv) fortalecer a autodeterminação econômica das mulheres, com ampliação do acesso aos programas como PRONAF Mulher, ATER Mulheres, PAA/Compra Direta etc.

Observamos que o processo recente das novas institucionalidades pelo Governo Federal em descentralizar as ações e estratégias junto aos diferentes atores rurais, tem possibilitado positivas conquistas, no entanto, ainda se apresentam tímidas às mudanças nos processos e estruturas que redefinem os papéis entre homens e mulheres na ordem da agricultura familiar - reproduzindo por vezes o machismo patriarcal institucional.

Assim, compreendemos que são imprescindíveis estudos futuros sobre o papel do Estado e das políticas públicas, tal como das organizações mediadoras – ONGs – em fomentar estratégias estruturantes e metodológicas que propicie uma integração da família às questões de gênero, a fim de se redefinirem os papéis na divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, pois algumas mudanças em curso já são observadas, mas ainda são tímidas e árduas para muitas mulheres.

Afinal assegurar uma política para as mulheres não é o mesmo que problematizar as ordens e as estruturas que subjagam as mulheres, - a partir de uma leitura crítica do feminismo -, e de redefinições dos papéis entre homens e mulheres na agricultura familiar. Neste sentido, entendemos que a assessoria da CMN tem-se constituído como instituição ímpar nesse processo de construção de uma ATER feminista e social.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, S. R.; FERREIRA, M. V.; FAUSTINO DA SILVA, T.; LIRA DO NASCIMENTO, T. A. Os quintais produtivos e as mulheres: espaços de construção de autonomia e transição agroecológica. In Documentos: Casa da Mulher do Nordeste. 2012.

ALMEIDA, M. Feminismo e agroecologia: princípios para uma prática de assessoria técnica e social emancipadora. In Cadernos Feministas de Economia & Política. Recife – PE. Casa da Mulher do Nordeste, n 4, 2008.

ALMEIDA, M.; SANTOS, G. Diagnóstico das Relações de Gênero na Agricultura de Base Familiar no Sertão do Pajeú/PE. Recife – PE. Casa da Mulher do Nordeste, s/d.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H.; PIRES, A. H. B. O desafio da convivência: a estiagem e a seca em um novo contexto do Semiárido brasileiro. 2013b. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1400>>. Acesso em 18 abr 2013.

BARBOSA, V. O. A Caminho dos Babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In WOORTMANN, E. F; MENACHE, R; HEREDIA, B. (Orgs.). Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília, DF: MDA, IICA, 2006.

BRANDÃO, A. M. Economia Solidária e Feminista: a experiência da Casa da Mulher do Nordeste. NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, Jun/Nov 2010. p. 65-70

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, R. M. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF Mulher. Revista Antropológicas do PPGA/UFPE, Recife, ano 16, volume 23(1): 2012.

BUARQUE, Cristina; Vainsencher, S. A. ONGs no Brasil e a questão de gênero. S/D.

BUTTO, Andrea, HORA, Karla. Ater para Mulheres – a experiência recente do governo federal. In Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica. Cadernos Feministas de Economia & Política Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 4, 2008.

_____. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. BUTTO, A.; DANTAS, Isolda (Orgs.). Brasília: MDA, 2011.

CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz. Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

CMN. Casa da Mulher do Nordeste: programas, políticas e articulações. 2012. Disponível em: <<http://www.casadamulherdonordeste.org.br/quem-somos.php>>. Acesso em: 07 jun 2013.

_____. Mulher e trabalho. Casa da Mulher do Nordeste. Recife - PE. n 2, 2013.

CAPORAL, F. R. Bases para uma nova ATER Pública. Tese de Doutorado do autor. Santa Maria(RS), janeiro, 2003.

_____; COSTABEBER, José Antonio. Agroecologia: Alguns conceitos e princípios. Brasília, DF: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004.

_____. Lei de ATER: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável/EMATER/RS – ASCAR, Vol. 4, nº 1(2011) – 54 – Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, 2011, p. 23-33.

CARNEIRO, Maria José. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. 2006

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis – RJ: ed. Vozes, 2011.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das Mulheres. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, 2000.

DARON, Vanderléia. Um grito lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta. 2008. P. 18-27.

DIEESE; NEAD; MDA. Anuário Rural: estatísticas do meio rural 2010-2011. Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo, 2011.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Mulher rural no Brasil: Estratégias para o reconhecimento de ofícios e ação política. Rev. Latinoamericana Pacarina de Ciencias Sociales y Humanidades. Nº2. Out. 2011.

FAO; FIDA; BANCO MUNDIAL. La mujer rural y los Objetivos de Desarrollo del Milenio. 2012. Dados disponíveis em: < <http://www.fao.org/docrep/017/aj288s/aj288s.pdf>>. Acesso em: mai 2013.

HERNÁNDEZ, C. O. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In Gênero e geração em contextos rurais. Scott, Parry. Cordeiro, Rosineide e Menezes, Marilda. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, M. G. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil. In GASQUES, J.G. et al (Orgs). A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010.

HORA, K. E. R. Ater para mulheres: práticas e desafios na oferta e contratação dos serviços. 2010.

HORTA, C. R. Tecnologia social: um conceito em construção. Revista Diversa da UFMG Ano 5 – nº. 10 – outubro de 2006.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro – RJ. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD 2009. Dados disponíveis em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr/2013.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural; conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre – RS. Ed. da UFRGS, 2008.

KOLPING DO BRASIL. Programa de ação: obra Kolping do Brasil – Região Nordeste 2012-2017, Caruaru 12 a 15 de julho, 2010.

LIMA, J. R. T; MELO, M. C. A. Metodologias da assessoria técnica para a transição agroecológica de agroecossistemas familiares. Recife: Centro Sabiá, 2012.

MATOS, M. I. S. Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica/Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MDA. Políticas para as trabalhadoras rurais. Relatório de Gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA/Incrá. 2007. Dados disponíveis em: < http://www.mda.gov.br/portal/dpmr/arquivos/view/relatorio_de_gestao_2003-2006_para_trab_rurais.pdf >. Acesso em: abr 2013.

MDA. Sistema de Informações Territoriais. 2010. Dados disponíveis em: < <http://sit.mda.gov.br> >. Acesso em: abr 2013.

MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú. 2011.

MDA. Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013. 2012. Dados disponíveis em: < http://www.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf >. Acesso em: 4 abril 2013.

MOURA, M. S. B. et all. Clima e água de chuva no semiárido. s/d. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/36534/1/OPB1515.pdf>>. Acesso em: 18 abr 2013.

NOBRE, A. C.; SOUZA, E.; ALMEIDA, M. Unidades Agroecológicas de Mulheres: empoderamento a partir da gestão. In Cadernos Feministas de Economia & Política. Recife – PE. Casa da Mulher do Nordeste, n 4, 2008.

OLIVEIRA, I. J. Os quintais produtivos como espaços educativos para a convivência com o Semiárido: o caso da Agrovila Nova Esperança, Ouricuri/PE, set, 2012.

ORTEGA, T. R. R. Alternativas Agroecológicas em Regiões Semiáridas. In. Agroecologia: conceitos e experiências. FIGUEIREDO, M. A. B.; TAVARES DE LIMA, J. R. (Orgs.). Recife: Bagaço, 2006.

PETERSEN, Paulo. Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. ANA, 2007.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys, estudos feministas, número 3, jan/jul 2003.

RIBEIRO, Sílvia. Elementos para uma elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável. In ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2009.

SABOURIN, ERIC. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro -RJ: ed. Garamond, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, B. S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, G.; ALMEIDA, M. As relações de gênero na agricultura familiar. In Cadernos Diagnóstico. Pajeú: Casa da Mulher do Nordeste. 2003.

SEC MULHER/PE. I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco. Recife: Secretaria Especial da Mulher, 2010.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo – SP: Ed. Companhia das Letras, 2010.

SEN, Gita. Empowerment as an approach to poverty. PNUD.1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Rv. Educação & Realidade, v. 15, n. 2, jul./dez.1990

SCOTT, Parry; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, Jeiza. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Perry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). Ilha de Santa Catarina: ed. Mulheres, 2010.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. Rev. Agroecologia. e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

_____. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2009.

_____. O empoderamento das mulheres rurais e seu papel na erradicação da fome e da pobreza. 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw55/panels/CSW56-theme-panel-Siliprandi,Emma.pdf>> . Acesso em: 22 nov 2012.

SILVA, Carmen; PORTELA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT, Perry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas, 2010.

SILVA, A. D. Da tecnologia alternativa à agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede. In Tavares de LIMA, J. R.(Orgs.). Agroecologia e Movimentos Sociais. Recife: Bagaço, 2011.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. Rev. Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº3, jul -set. 2007.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. Sociologias. Porto Alegre, ano 13, no. 27, maio/agosto de 2011, p. 82-112.

TAVARES DE LIMA, J. R. AURELIANO DE MELO, M. C. Metodologias de Assessoria Técnica para a Transição Agroecológica de Agroecossistemas Familiares. Recife - PE: Centro Sabiá, 2012.

UFRPE; MDA. Relatório analítico e propositivo do Território do sertão do Pajeú. 2012. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra082.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2013.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR. Mulheres na política: Representação feminina no poder não acompanha emancipação observada em outras áreas da sociedade. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica/>>. Acesso em: 03 mar 2013.

VERDEJO, Miguel. Guia Prático de DRP. 2006. Disponível em: <<http://www.bs.cca.ufsc.br/publicacoes/diagnosticoruralparticipativo.pdf>>. Acesso em: 07 nov 2012.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, no. 15, outubro 2000, p. 87-145.

WEITZMAN, Rodica. Mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural. In Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. BUTTO, A.; DANTAS, Isolda (Orgs.). Brasília: MDA, 2011.

APÊNDICES

Roteiro de Entrevistas

CASA DA MULHER DO NORDESTE

Presidente e Coordenadora do Projeto Mulher e Vida Rural

Nome:

Data de nascimento:

Cor/Etnia:

Estado civil:

Grau de escolaridade/ Profissão:

Tempo de serviço na CMN:

Porque a CMN optou por trabalhar com mulheres rurais no Sertão do Pajeú?

Que dificuldades a CMN enfrentou na época em que iniciou os projetos no sertão do Pajeú (comunidade, agricultoras, os esposos/filhos das agricultoras)?

Quais são as principais fontes de recursos?

() Governo () Cooperação Internacional () Empresa Privada () Outra

(especificar)_____

Em que redes e espaços de representação política a CMN atua?_____ As mulheres assessoradas participam de alguma forma? Qual?

Qual a participação das agricultoras no processo de planejamento, ações e projetos da CMN?

Qual o conceito de agroecologia para a CMN e como é colocado em prática com as mulheres?

A assessoria da CMN tem contribuído para a mudança na vida das mulheres e na redução da desigual divisão sexual do trabalho? Em caso positivo de que forma? Em caso negativo, quais os limites e entraves para essa mudança?

O que gostaria de melhorar no seu trabalho e que ainda não é realizado?

Quais foram as principais mudanças no trabalho da CMN nos últimos anos?

Porque foi feita a opção de trabalhar com as mulheres? E a família, os filhos/as, agregados/as, como são essas relações?

Técnicas:

Nome:

Data de nascimento:

Cor/Etnia:

Estado civil:

Grau de escolaridade/ Profissão:

Tempo de serviço na CMN:

Periodicidade das visitas atual:

Periodicidade das visitas ideal:

Fale sobre sua formação e porque você optou por trabalhar com a CMN?

Quem você assessora (comunidades, famílias, grupos de mulheres)?

Qual a proposta da assessoria? Como é feita? Quais são os métodos?

São feitos estudos de intervenção?

Como é a sua relação com a agricultora?

Quais são as principais demandas das mulheres e como elas são incorporadas pela CMN?

Quais são os fatores que você considera limitantes para realizar um acompanhamento adequado e sistemático?

Quais foram as mudanças que você observou na vida das mulheres após a assessoria da CMN (objetivos e subjetivos)? E o que mudou no seu trabalho?

O que gostaria de melhorar no seu trabalho e que ainda não é realizado?

Quais foram as principais mudanças no trabalho da CMN nos últimos anos?

Porque foi feita a opção de trabalhar com as mulheres? E a família, os filhos/as, agregados/as, como são essas relações?

Quando se encerra a assessoria da CMN?

Questionário e Roteiro de Entrevistas

AGRICULTORAS

Identificação:

Nome:

Data de nascimento:

Cor/Etnia:

Estado civil:

Grau de escolaridade completo:

Ocupação:

Tempo de residência no estabelecimento:

Local de nascimento: Estado/ Município/ Comunidade:

Área da propriedade: UP/ Uso Externo

Regime de posse da terra: Herança () Compra () Reforma Agrária()

Não própria: Arrendada ()

Titularidade da terra: Homem () Mulher() Conjunta ()

Dependentes que moram na mesma casa:

Nome	Grau de Parentesco	Sexo	Ano nasc.	Cor/Etnia	Local de Nascimento: Estado/Município/Comunidade

2.Característica da habitação:

Nº de cômodos:

Tipo de construção:

Tem sanitário: Dentro de casa () Junto da casa () Próximo da casa () Não tem sanitário()

Fossa ()

Tipo de iluminação: Elétrica () Querosene () Outros ()

Tipo de fogão usado: Fogão a gás () Fogão a lenha () Outros ()

Telefone: Telefone de uso comum () Telefone privado() Não tem()

Televisão: sim() não()

Máquina de lavar roupa: sim () não ()

3. Acesso à água

Poço comum() Poço artesiano() Nascente() Rio() Açude () Rede Pública()
Cisterna() Poço salinizado() Carro pipa() outros()

4. Tipo de escoamento do esgoto

Sumidouro/direto nos rios() Fossa comum () Fossa séptica () Rede pública ()
Inexistente()

5. Tratamento e/ou destino dado aos resíduos/lixos gerados

Coleta de lixo normal ()

Coleta de lixo especial ()

Realização de algum tipo de tratamento dos resíduos antes de eliminar () Reaproveitamento dos
resíduos no estabelecimento ()

Despejo em esgotos sem tratamento ()

Despejo em rios, riachos ou córregos sem tratamento ()

Venda dos resíduos ()

Acúmulo no local do estabelecimento familiar ()

Queima ou incineração () Outro, qual? ()

6. Condições de acesso e transporte

Cidade com a qual as agricultoras se relacionam mais: Pra que? Onde vão? Tem acesso a
transporte coletivo na comunidade?:

Distancia média (Km):

Tempo de deslocamento médio (méd/min):

Tipo da estrada: Asfalto () Parte asfalto, parte terra() Terra ou cascalho()

Condições da estrada: Boas() Precárias() Difíceis na chuva() Inacessíveis()

Frequência do transporte coletivo: Várias vezes ao dia () Uma vez por dia () Duas a quatro vezes
por semana () Uma vez por semana ()

7. Educação

Onde estudou? Quando terminou?

Escola mais próxima: Pré-escola () Só alfabetização () Até 8ª série () Ensino médio ()
Ensino Superior ()

Percepção sobre suas condições de educação: Educação melhorou () Educação está igual()
Educação piorou()

8. Serviços de saúde

Quando alguém fica doente, como é o tratamento? Quem cuida? Como e Onde?

Distância do PSF mais próximo:

Agente comunitária da saúde visita a comunidade: uma vês no mês() a cada 3 meses () a cada
6 meses () uma vez ao ano() outra() especificar _____

Exames de mamografia e papanicolau nos últimos anos: sim() não()

9. Violência

Já sofreu violência doméstica (verbal/simbólica): sim() não ()

O que fez: prestou queixa() não ()

10. Sociabilidade e Lazer

Tem parente na comunidade?

Você sai da sua casa pra que?

Principais espaços de encontros de que você participa: Casas () Espaços coletivos () Espaços
religiosos () Reuniões () Outros()

Principais modalidades de lazer: Fica em casa() Esportes() Atividades religiosas () Visitas()
Outros ()

11. Políticas Públicas

Já acessou ou teve conhecimento do PRONAF Mulher ou ATER Mulher?

Sua família já acessou alguma linha de crédito ou programa do governo? Bolsa Família?
Aposentadoria? PAA/PNAE? Se sim, quem gerencia os recursos? Como você conheceu?
Alguém te orientou? A CMN participou?

12. Assessoria técnica em geral

Recebe ATER?

De quem? Pra que?

Quem teve contato com o técnico(a)?

13. Assessoria técnica CMN

Periodicidade:

Vocês gostam? Como avaliam? Se sentem valorizadas?

O nº de técnicas tem sido suficiente para realizar um acompanhamento adequado?

Quais são as atividades e ações que a CMN tem realizado na sua propriedade:

Produção:

O que tem sido feito?	
Quanto?	
Como isto funcionou?	
Como elas acompanham as atividades desenvolvidas?	
Quais foram as mudanças percebidas?	

Na comercialização:

O que tem sido feito?	
Quanto?	
Como isto funcionou?	
Como elas acompanham as atividades desenvolvidas?	
Quais foram as mudanças percebidas?	

No aumento da renda: atividade não agrícola

O que tem sido feito?	
Quanto?	
Como isto funcionou?	

Como elas acompanham as atividades desenvolvidas?	
Quais foram as mudanças percebidas?	

Formação Política

O que tem sido feito?	
Quanto?	
Como isto funcionou?	
Como elas acompanham as atividades desenvolvidas?	
Quais foram as mudanças percebidas?	

1. Como a senhora e sua família chegaram a essa localidade? Desde que nasceu até hoje?
2. O que significa ser sertaneja e viver no semiárido?
3. Fontes de renda por membro da família dentro e fora da U.P.

Participa de alguma associação, redes ou sindicato rural? De que forma?

Os dias e horários nesses espaços são convenientes para as mulheres participarem?

Qual a atitude do esposo/filhos em relação a essa participação?

Enfrenta dificuldades para estar nesses espaços? Quais são elas?

As mulheres enfrentam dificuldades nos grupos mistos por ser mulher? Em caso positivo, quais são essas dificuldades?

Participa de grupos constituídos somente por mulheres? Encontra menos dificuldades do que nos espaços mistos?

Como vê o seu relacionamento com a comunidade? Tem mutirões, qual a participação das mulheres?

Em que sentido a CMN tem mais lhe auxiliado? O que ainda não é realizado pela assessoria e gostaria que fosse? Em que momento já participou no planejamento e/ou proposições?

Percebe que seu trabalho tem reconhecimento por parte do seu esposo/filhos e comunidade?

Como aprendeu o que você sabe?

Hoje sua carga de trabalho diminuiu, sente melhora com a contribuição do esposo/filhos nas atividades domésticas? Se não, porque isso não acontece?

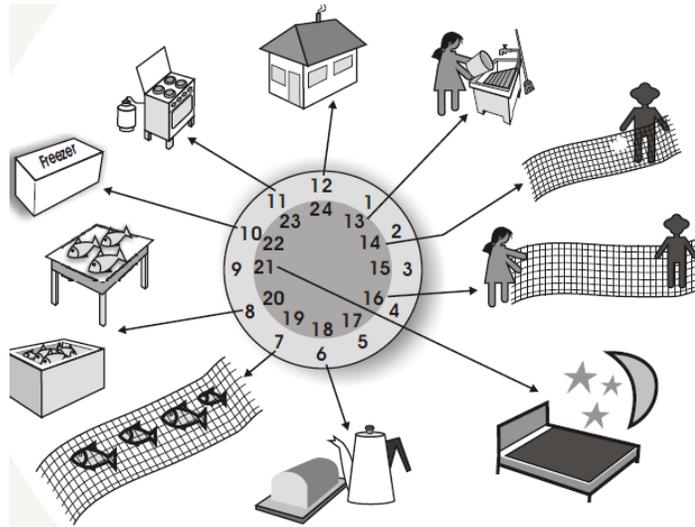
Como descreveria sua vida hoje em relação ao passado? O que mudou?

O que gostaria de realizar ainda, quais seus sonhos e perspectivas? Pretende continuar aqui?

Roteiro de Metodologias Participativas - Agricultoras e Família

Rotina diária da família: uso do tempo

Objetivo: visualizar a divisão de trabalho entre homens e mulheres. Tornar evidente a carga de trabalho real da mulher. Contribuir para a valorização do trabalho da mulher.



Fonte: VERDEJO, Miguel. Guia Prático de DRP. 2006

MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO DAS TAREFAS ENTRE MULHERES E HOMENS

TAREFAS	MULHERES				HOMENS				Variedades	Quantidade
	Atividade		Uso do tempo		Atividade		Uso do tempo			
	Adulta	Meninas	Adulta	Meninas	Adulto	Meninos	Adulto	Meninos		

Trabalho

Produtivo

Preparo do Solo										
Plantio										
Tratos culturais										
Colheita										
Cultivos alimentares										
Cultivos forrageiros										
Frutíferas cultivadas										
Arbóreas e Arbustivas										
Cultivos medicinais										
Horta doméstica										
Criação animal										

Outras atividades

produtivas

Administração do dinheiro										
Compras de insumos e equipamentos										

Trabalho
doméstico e do
cuidado

Preparar o café da manhã										
Lavar a roupa										
Fazer a feira										
Preparar o almoço										
Passar roupa										
Preparar o jantar										
Lavar as louças										
Pegar lenha										
Pegar água										
Cuidar das crianças										
Cuidar da educação										
Levar ao médico										

Legenda	Participa da Atividade			Emprega muito tempo na atividade	+
	Não participa da Atividade			Emprega pouco tempo	-

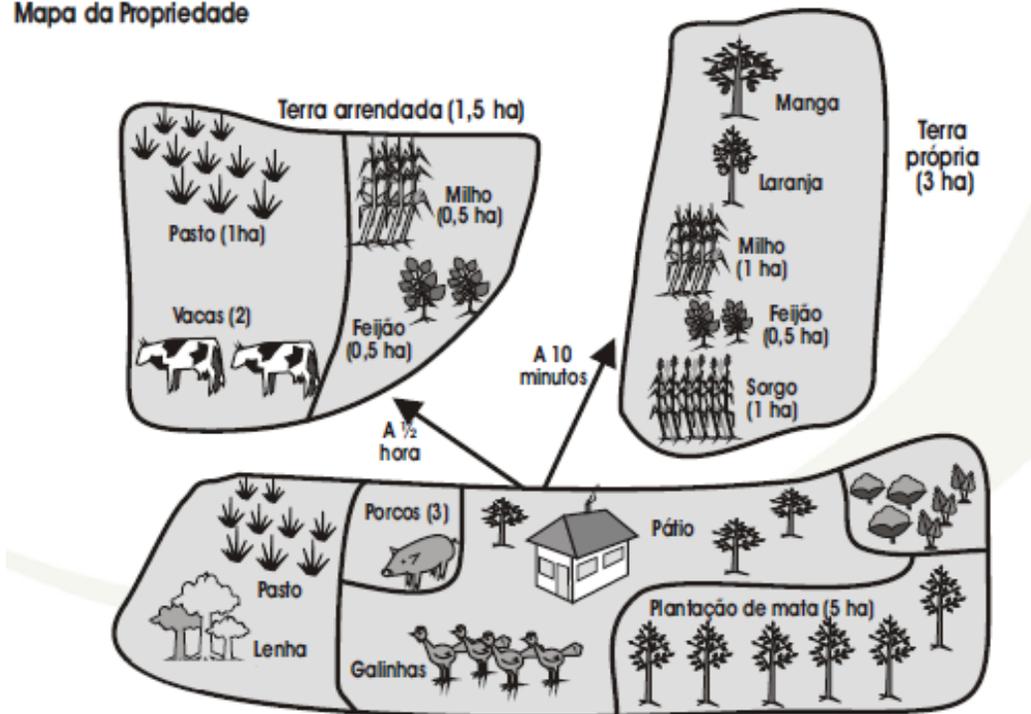
Fonte: Metodologia adaptada pela autora a partir de VERDEJO, Miguel. Guia Prático de DRP. 2006

MATRIZ DE TOMADA DE DECISÃO		
QUEM DECIDE?		
DECISÕES	Mulher	Homem
Uso da Terra		
Uso da Água		
Produção agrícola		
Quintal produtivo		
Renda		
Educação		
Filhos		
Participar dos grupos		
Festas		
Participar da igreja		
Tarefas domésticas		
Compra e venda de animais		
Comprar insumos		
Compra de objetos (móveis, tv)		
Comprar roupa e sapatos		

Fonte: Metodologia adaptada pela autora a partir VERDEJO, Miguel. Guia Prático de DRP. 2006.

Construção dos mapas do agroecossistemas: identificar fluxos de circulação de homens, mulheres, e técnicas extensionistas.

Mapa da Propriedade



Fonte: Metodologia adaptada pela autora a partir VERDEJO, Miguel. Guia Prático de DRP. 2006.

ANEXOS



Dona Rosa



Mandala produtiva de D. Rosa



Horta de D. Rosa e a criação de galinha





Unidade de Beneficiamento do grupo de mulheres Xique-Xique



Dona Lina



Dona Lina e técnica da CMN no COMDRU



Dona Lina na Arca das Letras



D. Fátima no encontro estadual de agricultores e agricultoras experimentadores/as de PE, 2013.



D. Fátima na Feira Agroecológica de Afogados da Ingazeira, PE.



D. Fátima no viveiro



Banco de Sementes da D. Fátima



D. Maria na horta



D. Maria na horta



D. Maria no grupo de mulheres Flores do Campo

GLOSSÁRIO CULTURAL

Aboio: chamado para o gado

Amojada: prenha

Arengar: brigar

Armadilha: experimento para pragas

Besta fora: zangado

Curral: criação de boi

Chiqueiro: criação de porco ou bode

Descambixado: dor no peito, no coração

Desmantelo: bagunça

Desconchavado: dor na coluna

Estatalada/o: cansada/o

Garrote/a: boi/vaca após um ano de vida

Gota serena: peste

Farrapá: não assumir compromisso

Forragem: moer

Muído: confusão

Pisa: brigar com outra pessoa

Silagem: armazenar

Treloso: menino/a sapeco/a, impossível

Trelando: perdido, sem lugar certo

Vexado: pessoa rápida, ligeira

Xerem: pó de milho moído